ESTADO DO AMAZONAS

COMO GOVERNEI O AMAZONAS

— ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

Manaus — Amazonas

ESTADO DO AMAZONAS

COMO GOVERNEI O AMAZONAS

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

— (Relatório dos dois anos e seis meses de seu mandato como Governador do Estado do Amazonas, no período de 27 de junho de 1964 a 31 de janeiro de 1967).

Manaus — Amazonas
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Janeiro, 1967

índice

I Parte

INTRODUÇÃO

ESTAVA a serviço do Brasil no exterior, na Conferência Internacional de Genebra, convocada pela ONU, para o exame dos problemas referentes ao comércio e ao desenvolvimento universais, quando a Revolução de 31 de março alterou os quadros da vida brasileira, pondo fim a um momento político que prenunciava experiência de conseqüências difíceis de medir. O processo revolucionário brasileiro vinha de longe, no tempo. Era um processo que não se alterava nem na densidade nem na motivação. Tôda uma imensa e profunda inquietação lavrava no país, sob os ângulos mais diversos e cobrindo, sem exceção, todos os quadros sociais. As reformas que se anunciavam ou se tentavam, visando, pelo menos, a conter aquelas inquietações, que refletiam um estado de espírito angustiado e o anseio generalizado por mudanças institucionais e estruturais, não se operavam com a velocidade desejada, nem pareciam suficientes. Vasta politização abrangia setores até então distanciados, prenunciando um sistema de reformas que poderia envolver a própria continuidade do país ou interromper o desenvolvimento material que se operava. A conspiração lavrava, assim, por tôda parte. Por mais de uma vez, na área militar, pretendera-se, com o concurso de áreas civis, a solução imediata, mas incerta, duvidosa. A simples mudança de homens no poder, que a muitos satisfazia e era, realmente, para êsses muitos, o suficiente, não parecia bastante para muitos outros que desejavam uma transformação mais radical.

Participei de alguns dêsses esforços para a mudança. A angústia de alguns, talvez a descrença de outros, impediram ou

retardaram a ação revolucionária que todos sentiam fatal, hoje ou amanhã.

No Amazonas, onde se criara uma situação política que devia envergonhá-lo, e onde se praticavam desatinos e desonestidades de que o país tinha inteira consciência, situação que parecia definitiva, irremovível, e era responsável pela destruição dos melhores padrões de civismo e de cultura e pela ascensão e predomínio de uma camada irresponsável, que destruía também as perspectivas de progresso e bem-estar do Estado, como nas outras áreas do país também havia a preparação revolucionária.

Será conveniente recordar que a demagogia mais primária era usada como instrumento de propaganda e exaltação aos que desfrutavam o poder. Ignoravam-se aquêles que realmente haviam dado a sua parcela efetiva e digna para criar a vida social, política e cultural no passado, a fim de dar preferência sencerimoniosamente a quem não tinha direito ao respeito e à consideração coletiva. Exaltavam-se nomes sem expressão, a não ser o da aventura no uso do poder. A escolha dos que deviam ocupar os postos da administração ou do legislativo não se processava em têrmos que merecessem consideração de quem possuísse um mínimo de respeito a si próprio. O recrutamento realizava-se sem atenção a qualquer título que importasse em valor espiritual. Fraudavam-se as eleições. O Dr. PAULO PINTO NERY, é fato sabido, foi eleito Governador do Estado. Seus votos desapareceram, porém, nas operações de mapeamento.

Pasquins, a serviço do situacionismo, insultavam em linguagem fescenina os que caíssem em desgraça. As Fôrças Armadas sofriam restrições, ferindo-se os seus chefes mais ilustres em comícios e em publicações. Nas campanhas eleitorais, os candidatos da oposição, sem garantias, sofriam ataques em têrmos ofensivos, que não respeitavam a dignidade dos lares. Vivia-se, assim, num clima de mal-estar e do primado, não da inteligência criadora, mas do subhumano, do vazio de idéias sãs,

expresso na perda de substância cultural. A vida municipal era modorrenta e realizada sem obediência a bons padrões morais. Criavam-se municípios para obter dotações federais, que não beneficiavam senão a procuradores e a mais uma meia dúzia de protegidos do situacionismo, municípios cujos prefeitos desconheciam sua localização nos mapas que lhes apresentava, mesmo porque, as mais das vêzes, êsses executivos locais não estavam presentes nas sedes das unidades, permanecendo em Manaus como usufrutuários de um estranho e culposo bem-estar material. O Amazonas, anterior à implantação do Govêrno advindo da Revolução de 31 de março de 1964, era um imenso espaço franqueado ao desregramento.

Entre 1956 e 58, quando dirigi o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, participei ativamente dos preparativos para a solução revolucionária que esteve a deflagrar por mais de uma vez.

A história política que se escrever, um dia, daquele período de tanta demagogia, de tanto desatino mas, também, de tanto descontentamento, há de registrar o que aqui ocorreu e justificava plenamente aquela solução revolucionária.

Quando, por isso, ao desembarcar no Rio de Janeiro, em junho de 1964, tomei conhecimento de que fôra eleito Governador do Amazonas por decisão da Assembléia Legislativa Estadual, compreendi imediatamente porque fôra preferido nos mais altos escalões do Comando Revolucionário. Ademais, à frente de órgãos e serviços da União, conquistara o respeito de meus superiores hierárquicos na administração federal, autorizando a escolha de quem não participava da vida partidária e se realizava como professor universitário e servidor da União.

Lembro-me bem de que, às vésperas de minha partida para o exterior, como integrante da delegação brasileira na qualidade de delegado — representante do Ministério da Indústria e Comércio, de cuja estruturação fizera parte como membro da comissão encarregada da tarefa, ao despedir-me de Marcial Dias

Pequeno, então Secretário Geral do Ministério, ouvi daquele companheiro, com quem tanto aprendi a dirigir, que o País não demoraria a experimentar a solução revolucionária.

Conhecia êle as minhas decisões, os meus pontos de vista a respeito. Não se espantava, portanto, se um repentino rompimento sacudisse o País. E' tempo de registrar que a solução revolucionária, no momento, parecia a solução vinda da própria direção do País, o que teria, no entanto, conseqüências imprevisíveis pela direção que tomaria.

Afastado de um convívio mais intenso com os homens novos que deveriam compor a elite capaz de ser utilizada para a nova ordem de coisas, ou antes, a restauração da dignidade do Govêrno no Amazonas, ao assumir o Govêrno enfrentei o primeiro problema. Ouvira advertências do Senhor Presidente da República, que me chamara a Brasília. Fôra informado sôbre o quadro local pelo órgão que manipulava os arquivos referentes a pessoas e coisas do País. Devia ter cautelas extremas na composição do Secretariado. Pouco antes, o Governador que fôra afastado pela decisão do Alto Comando da Revolução, apesar de todos os esforços que fizera para manter-se no Poder, tentara composição com elementos que não estavam comprometidos com o passado recente e contra os quais certamente não haveria a restrição daquele Comando.

E' preciso compreender que o não enriquecimento da sociedade amazonense, com a entrada de novos valôres humanos, plasmara-a através de laços internos que, a certos aspectos, fazia que se organizasse como um todo endogâmico. Os laços que a apertavam eram laços poderosos que criavam dificuldades a quem tivesse de utilizá-la para os novos tempos que se abriam. Ademais, havia uma parada violenta na elaboração de elites culturalmente capazes de dar a sua contribuição. Por fim, era preciso agir de maneira a não permitir, a quem quer que fôsse, a idéia de que vínhamos servir a interêsses pessoais ou dar

cobertura a ajustes de contas dos que viam na hora o momento oportuno para vinganças.

Desejo esclarecer que, na certeza de que seriam grandes as dificuldades a vencer, nesse particular, fôra-me sugerida, antes de minha posse, uma relação de nomes para ocupantes de cargos. Decidi, por tudo isso, correr o risco, o grande risco da escolha pessoal, tendo em vista, é certo, as advertências sôbre pessoas que me haviam sido apontadas no Rio. E' possível que tenha desagradado no primeiro momento, aos que pretenderam limitar-me no direito e na liberdade da composição do Secretariado. E' possível que tenha surpreendido a muitos e desencantado a muitos outros. Devia, no entanto, fazer sentir que vinha disposto a governar sem submissão senão face aos postulados da Revolução e nunca a freios e cangas de quem quer que fôsse. Compreendi que tinha de agir com energia, rapidez e sem temores. Não pleiteara o Govêrno. A experiência a que me ia submeter não me permitia, porém, vacilações ou condescendências. Certo? Errado? Agi de acôrdo com o meu modo de pensar e de atuar no passado. A minha natureza não permitia a mudança que me restringisse ou de qualquer forma importasse em diminuição ao meu raciocínio e às minhas decisões. Minha vida foi sempre assim. Na perseguição de um objetivo não esmorecera nunca. Não possuía de fortuna senão a biblioteca que formava, dia a dia, e sabia, em certos setores, rica e perfeita naquilo que podemos aceitar como perfeição. Se não havia a fortuna material, representada em bens que não fôssem os dos utensílios de uso pessoal e a biblioteca, possuía em alta dose o sentimento de responsabilidade e a vontade para realizar.

Para muitos eu seria o professor, o funcionário que poderia ser manejado fàcilmente pelo raposismo dos políticos e dos ambiciosos de mando. Como se enganavam! Como iria surpreendê-los!

Os incidentes que marcaram, em certo momento, as relações do Executivo, que eu exercia, com o Legislativo e com o

Judiciário, servem bem para evidenciar aquela tomada de posição e o fracasso da experiência a que tentavam submeter-me. Parece-me que todos passaram a compreender, de então em diante, que surgiam novos tempos, realmente, e eu não me arreceiava de enfrentar quem quer que fôsse. Não procurava o conflito, não o desejava, pensava em têrmos de trabalho e de reconstrução do Estado. Não me mostrava, contudo, disposto a contemporizar ou a arreceiar-me de ameaças, de provocações, de tentativas de pressão.

À Comissão de Inquérito, que devia apurar as irregularidades, os vícios, os desmandos, as desonestidades dos que se haviam servido das posições para desservir à coletividade, por isso mesmo deixei a liberdade de que precisava para bem desincumbir-se da pesada tarefa que enfrentava e de que se desincumbiu com rapidez e sem paixões que lhe comprometessem a atuação. Quem, por conseqüência, sofreu punição, sofreu-a porque os fatos apurados não podiam senão levar-me aos atos que pratiquei. Êsses atos, por mais de uma vez, deixaram-me marca no coração. Pratiquei-os porque era êsse o meu dever. Não via amigos nem desafetos. Todos recebiam o tratamento que a hora e os erros cometidos impunham.

O início de meu Govêrno foi, portanto, um início áspero. A tomada de contacto com o meio social, político e cultural, como também o econômico, deixava-me um tanto desencantado. Ademais, encerrada a fase crítica, era preciso enfrentar a dura realidade com que me defrontava. Em longa Exposição ao Senhor Presidente da República, expus a situação que encontrara. Divulgo-a em anexo. Fiz relato sincero, que permitia compreender a gravidade da situação que exigia mão forte.

Governar sem uma programação seria continuar a incidir no tremendo êrro do passado personalista e desarvorado. Com a colaboração de técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e os que de pronto pude encontrar em Manaus, fiz elaborar um Plano Bienal — 1965-66, que cobrisse os vários

ângulos da administração e me permitisse promover um nôvo estado de consciência, de trabalho, de ação realizadora, inclusive na área do espírito. O Amazonas precisava ascender no conceito do País e tomar uma decisão para o progresso.

O pêso da férula negativa envolvente do trópico, de que fazemos parte, não me parecia tão forte que nos submetêssemos a ela e não nos pudéssemos realizar para um destino que refletisse a nossa capacidade e o nosso êxito. Aquela fórmula política do colonialismo internacional não devia subjugar-nos, impedindo-nos de contestação material, expressa no sucesso que alcançássemos sôbre a natureza física e sôbre nossas deficiências como sociedade. Nossa presença permanente na terra, tão apregoada como hostil, valeria, já, como uma demonstração muito positiva de que a tese era generalidade apressada, senão falsa. O sentido de acampamento, que poderia levar a assim considerar a ocupação que promovíamos no espaço, não devia prevalecer. A economia predatória, que nos caracterizava e nos assegurava apenas a condição de exportadores de produtos primários, também devia ser desistimulada para a mudança necessária. O solo e o subsolo reagiam bem. Porque não admitir, portanto, a possibilidade de criar um Amazonas que se veria liberto, por sua própria decisão, por sua energia, pela reabilitação de seus recursos, daquela subalternidade vexatória, angustiante e de certo modo desprimorosa ? O que decidi promover com êsse objetivo e foi o que pretendi realizar no Govêrno, teve suas raízes no exame a que procedi e na certeza a que cheguei de que essa transformação, a exigir tempo, continuidade e o aproveitamento das novas gerações, levadas a viver uma consciência mais firme e mais cìvicamente despertada, podia ser executada.

O Plano Bienal de Govêrno, visando à equação e à promoção de soluções da problemática estadual, apesar das descrenças de muitos, de certas resistências e incompreensões, foi executada, como se pode verificar no balanço que se faz mais adiante balanço realístico de que se encarregaram a Secretaria de Coordenação e Planejamento e a CODEAMA.

Era necessário, no entanto, além de um Plano Bienal de Govêrno, ainda de acôrdo com o que nêle se expressava, a reformulação da máquina operacional do Estado, que era profundamente defeituosa, destituída de qualquer possibilidade de oferecer rendimentos positivos e já obsoleta em face das mudanças que se operavam por tôda parte no Brasil e era preciso iniciar no Amazonas. Com a ajuda de um grupo de especialistas da Fundação Getúlio Vargas, foi possível a elaboração de reforma, através da qual tôda uma mecânica nova foi sendo implantada no Estado para permitir que se abrissem novos horizontes à vida de nossa terra. A reforma exigia, porém, para que se tornasse efetiva, precisa, o censo dos servidores. Êsse foi feito e ofereceu informações surpreendentes — mais de metade dos servidores estaduais ocupava os quadros burocráticos, sem que houvesse passado pelo crivo das provas de seleção. A prestação de serviço militar e a comprovação de ser eleitor não vinham sendo exigidos para ingresso. O quadro era profundamente lamentável e exigia uma pronta correção. Fêz-se o enquadramento, procurando redistribuir o pessoal de acôrdo com a experiência que possuía e os conhecimentos que vinha demonstrando. Dessa maneira, e pela primeira vez, procedeu-se a uma lotação melhor do funcionalismo para as tarefas que devemos esperar executem bem.

O problema dos salários apresentava-se grave. Ninguém, na realidade, recebia proventos justos e humanos. O salário mínimo não era respeitado como ponto de partida, como manda a Lei. Os servidores aposentados, quando não haviam sido beneficiários do protecionismo partidário ou de leis injustas, não recebiam tratamento que significasse o reconhecimento do Estado ao que haviam feito quando na atividade funcional. No montepio, havia pagamentos de Cr$ 200 por mês a viúvas de antigos servidores. Maiores vencimentos foram decretados de acôrdo com as possibilidades financeiras. Não são bastantes. Não foi possível, no entanto, acrescê-los mais.

O IPASEA não funcionava dentro de suas obrigações, como órgão de Previdência : não prestava serviços e era um sorvedouro

de recursos, extraídos dos vencimentos do funcionalismo, para utilização que desrespeitava os seus objetivos. Foi por isso reorganizado e hoje é um estabelecimento modelar.

As limitações do meio social eram grandes e ainda são grandes. Vencê-las, exige tempo e uma coragem imensa de quem se decidir a enfrentá-las para estabelecer um nôvo estado de consciência cívica e cultural. Essas limitações são, a certos aspectos, é fácil de compreender, uma resultante do subdesenvolvimento que alcançava todos os setores e podia ser compreendido também como uma decorrência de condições negativas existentes, e avivadas pela imaturidade econômica. A sociedade tradicional, resistente a mudanças, essa funcionava plenamente. E como ocorre em tôda parte em que ela tem vida, oferecia oposição violenta a tudo quanto pudesse significar a transformação e abandono da rotina. Essa a realidade que encontramos em particular nos mundos até bem pouco dominados pelo Colonialismo Europeu. Não diferia da que encontrei no Amazonas. Era preciso, no entanto, enfrentar essas resistências, essas limitações e essas incompreensões. Foi o que procurei fazer, ajudado por uma equipe que apresentou comportamento exemplar, eficiência, dedicação, amor à causa pública e um sentimento de dever verdadeiramente admirável. Orgulho-me do que ela me proporcionou para que fôsse possível cumprir o que desejávamos realizar.

No campo educativo e cultural, demos ênfase especial aos três graus de ensino, à formação de especialistas, de servidores estaduais e ao lançamento, em têrmos de profundidade, de uma ampla ação de desenvolvimento cultural. Nesse particular, parece-me que os resultados são visíveis e não admitem contestação. Mesmo os que nos agridem ou não acreditam no que os olhos têm de ver, quando não são fechados à verdade, mesmo êsses serão forçados, um dia, a acreditar que houve melhoria, crescimento e um trabalho intensivo. Aumentamos o número de salas de aulas, abrimos Ginásios e cursos pedagógicos, rea parelhamos o ensino com instrumental necessário para que fun

cionassem bem. À Universidade, demos tudo que era possível dar, desde os recursos financeiros para que instalasse as suas Faculdades, e para que pusessem em condições de funcionamento as novas Faculdades (Medicina, Engenharia, Farmácia e Odontologia) que haviam sido criadas. Criamos os prêmios TENREIRO ARANHA e ESTELITA TAPAJÓS para premiar escritores e cientistas. Fizemos realizar Cursos de Treinamento, de Especialização e de Atualização para os servidores do Estado. Criamos a Escola de Serviço Público, já com seus cursos em funcionamento. Conseguimos a realização de cursos de alto nível — Gerência, Demografia, Análise Econômica, CEPAL. A Biblioteca Pública foi enriquecida, em seu acervo bibliográfico, em mais de Cr$ 100.000.000. Criamos o Instituto de Música "Joaquim Franco". O Arquivo Público deixou de ser um monturo de papéis para se transformar numa casa organizada, capaz de permitir o estudo do passado do Amazonas. Demos início à Pinacoteca do Estado. Decretamos a mobilização de universitários, professôres, pessoas de boa vontade, para a erradicação do analfabetismo.

Pela Secretaria de Imprensa, na intenção do incentivo à cultura, já fizemos editar 104 volumes nas séries TORQUATO TAPAJÓS, EUCLIDES DA CUNHA, RAIMUNDO MONTEIRO, ALBERTO TÔRRES, MONTEIRO DE SOUZA, EULÁLIO CHAVES, PAULINO DE BRITO e EDUARDO RIBEIRO, e na série Plaqueta, abrangendo o campo específico do ensaio literário, da geografia, da antropologia, da economia, da sociologia, da ciência política, da análise literária, do direito público e privado, da poesia, do romance, do teatro, da crônica, da história, da didática. Estão em edição nove obras, do próximo lançamento.

A política sanitária recebeu igualmente os nossos cuidados particulares. Conseguimos que o SESP voltasse a operar, graças à nossa contribuição financeira, proporcionada através de convênios, produzindo aquêles mesmos resultados que o haviam credenciado no passado e estavam agora limitados à falta daqueles recursos. A Secretaria de Saúde restaurou-se nas suas

funções. Abrimos o Hospital "Getúlio Vargas", a Maternidade "Eliza Souto", em Manacapuru, demos novas instalações ao Hospital "Chapot Prevost". Os Hospitais de atacados do "mal de Hansen" deixaram de ser os depósitos de enfermos que nos envergonhavam e haviam permitido desonestidades administrativas verdadeiramente monstruosas, transformando-se em estabelecimentos que acodem e dão aos enfermos as condições humanas e sanitárias a que têm direito. O Hospital de Alienados "Eduardo Ribeiro" passa por total transformação em suas instalações físicas. Postos de Saúde foram abertos em todo o Estado. O rendimento que estamos alcançando é expressivo — a mortalidade infantil, por mil pessoas, em 1964 foi de 100,6; em 1965, de 84,3; em 1966, de 67,0; a mortalidade geral, em 1964, atingiu êste índice : 13,6; em 1965, 11,4; em 1966, 10,0. O surto violento de endemias não tem ocorrido. O estado sanitário da população não é mal; ao contrário, é bom. No interior do Estado, no momento em que me empossei no Govêrno, havia apenas um médico. Hoje êsse número ascende a 14.

A política dos transportes e comunicações mereceu igualmente as nossas atenções. O DER-Am, pela primeira vez, apresentou resultados positivos. Antes de julho de 1964, em 18 anos, haviam sido construídos 276 kms de rodovia. De julho de 1964 ao dia de hoje, 561 kms. A Estrada Manaus-Itacoatiara permite tráfego diário já utilizado por uma linha de ônibus. A Cacau-Pirêra - Manacapuru, está também em pleno tráfego. Estradas pioneiras são a Humaitá-Lábrea e a Humaitá-Pôrto Velho, esta da maior importância porque nos vai permitir, com a construção da Humaitá-Careiro, a ligação direta com Brasília, o que significa vencermos o isolamento da Amazônia Ocidental para o contacto direto com o Centro e o Sul do País.

A CAMTEL, que vai assegurar a Manaus um nôvo serviço telefônico moderníssimo, ligará a nossa capital a Itacoatiara, Parintins, Manacapuru e Coari, levando essa ligação em futuro próximo às demais sedes municipais do Estado. A importância

dêsse serviço de comunicações é de tal ponto que já serve de modêlo a organizações que estão se criando em outros Estados e permitiu a celebração de um Convênio Preliminar entre o nosso Estado e o Pará para uma política inter-estadual de comunicações.

O incentivo à produção, como era natural, visando-se à criação de um nôvo "status" nas nossas condições econômicas, básicas no programa de mudanças de estruturas que planejáramos, esteve a cargo das Secretarias de Produção, de Coordenação e Planejamento e da CODEAMA. Foi eficiente e já vem autorizando a segurança de novos empreendimentos nos setores da agro-pecuária e da industrialização. Os programas da iniciativa privada estão assentados em grande parte nos estudos que as três unidades administrativas realizaram. O Senhor COSME FERREIRA, titular da Secretaria de Produção, em livro que circula ao mesmo tempo que êste, dá uma conta exata, minuciosa, clara e objetiva do que se realizou ali sob sua orientação e sua dinâmica de homem experimentado.

A CODEAMA, nos estudos que efetuou, trouxe contribuição admirável à promoção de nossas possibilidades. Editou, com êsse objetivo, 31 volumes, que cobrem os aspectos fundamentais do nosso processo econômico, inclusive as perspectivas da industrialização, na base do aproveitamento dos nossos recursos naturais, sejam aquêles da espécie vegetal, sejam aquêles da espécie mineral. A Companhia de Desenvolvimento, que planejou, está em vias de instalação. Será o instrumento mais atuante, se lhe assegurarem continuidade e vitalidade, para o processo visando ao progresso econômico, porque a ela caberá o planejamento e a montagem de unidades econômicas a serem transferidas, posteriormente, à iniciativa privada como experiência de incentivos. Êsses, de outro lado, além das providências decretadas pelo Govêrno Federal, encontraram cobertura nas medidas que decretamos, como seja, as isenções tributárias que permitam acolher bem quantos desejam participar do aumento de nossa riqueza.

Ainda que referir, nesse particular, o papel que vem exercendo o Banco do Estado. E' o depositário obrigatório de todo os nossos recursos financeiros. Através dêle, a CODEAMA realiza a política estadual de subsídio e de financiamento à produção. Em convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, para as operações de repasse, representa aquela entidade bancária que agora atua no Estado. Significa, assim, o Banco, um suporte admirável às iniciativas públicas e privadas, estas principalmente. Sua eficiência é registrada diàriamente. Devemo-lhes muito do êxito que foi possível alcançar no que diz respeito ao nosso crescimento econômico.

O saneamento das finanças, por uma política tributária nova, esclarecida e humana, de maneira a que ninguém se visse ferido em seus direitos de criar riquezas e servir à coletividade, recebeu o tratamento conveniente. Diminuíram-se certas alíquotas, apesar das restrições de muitos, que entendiam a providência desacertada e prejudicial às rendas públicas. A fiscalização exercida produziu resultados magníficos. A rotatividade no exercício dos exatores também serviu a uma melhor arrecadação. A circulação clandestina de mercadorias e de produtos nossos perdeu a vitalidade anterior. O descaminho, que era uma constante vergonhosa, perdeu a velocidade e importância do passado. Os orçamentos foram elaborados como autênticos instrumentos de vitalização do Estado e não mais de pressão tributária e de aplicações ruinosas ou desastrosas. Têm sido tècnicamente preparados e através dêles pode apreciar-se um retrato exato do que é a nossa vida. São exatamente orçamentos-programas.

E' preciso assinalar que, nos últimos tempos, a arrecadação perdeu aquêle ritmo de crescimento, face a certa retração de mercados compradores de nossos produtos, conseqüência global da crise econômico-financeira que se observa por todo o País. Também é causa muito expressiva dessa perda de conteúdo da arrecadação a nova política tributária, decretada pelo Poder Federal, e que retirou aos Estados substanciais recursos que lhes

eram afetos por disposições constitucionais. Acredito que essa situação se altere, uma vez que a própria política tributária do Poder Federal não visa ao esmagamento das finanças estaduais, às quais assegurará subsídios visando a complementá-las e a subsidiá-las, para corrigir as perdas que se constatam. Já se anuncia mesmo certa mudança de posição do Poder Federal, que está compreendendo os perigos a que expõe o sistema federativo e a existência tranqüila dos Estados, se fôr executado, em tôda a sua extensão, aquêle conjunto de medidas que se subtraíram à competência dos mesmos Estados.

As obras públicas que conseguimos realizar em Manaus e no interior são espelhos muito claros de tôda uma decisão para criar, na infra-estrutura estadual, as bases físicas que permitam o bom funcionamento dos serviços públicos. Imensa programação foi executada. No balanço que vai anexo pode ser verificada a obra admirável que a Secretaria de Viação e Obras conseguiu realizar em dois anos e meio de atividades. Quero confessar que é êsse um dos motivos de que me possa orgulhar como Governador do Amazonas. Acrescente-se a essa tarefa material, a nova arquitetura, que obedeceu aos imperativos ecológicos e nos apresenta, perante o Brasil, como área modelar. As novas construções de escolas e demais edifícios públicos são apontadas, nas revistas especializadas de arquitetura e de urbanismo, como construções que precisam ser consideradas no que representam como revolução. Deixo ao meu sucessor algumas dessas obras em fase de conclusão. São elas :

1 — Ginásio "Marquês de Santa Cruz" (São Jorge).
2 — G. E. "Princesa Isabel" (Av. Epaminondas).
3 — G. E. "Hermenegildo de Campos" (B. Presidente Vargas).
4 — Quartel da Polícia Militar (B. Petrópolis).
5 — Casas Populares — 5.ª Etapa (Raiz).
6 — Centro de Saúde do IPASEA (Parintins).
7 — Grupo Escolar em Parintins ("José das Chagas").

8 — Inst. "Benjamin Constant" — Manaus (prosseguimento da reforma).
9 — Colégio Estadual do Amazonas (prosseguimento da reforma).
10 — Hospital "Eduardo Ribeiro" (prosseguimento da reforma).
11 — Prédio da Imprensa Oficial (prosseguimento da reforma).
12 — Secretaria de Produção (conclusão).
13 — Estádio "Vivaldo Lima".
14 — Palácio Rio Negro (instalação de elevadores).
15 — Casas Populares e conclusão da reforma do Leprosário do Aleixo.

Estão prontos os projetos da Assembléia Legislativa, do Palácio "Lobo D'Almada", de reformas e ampliação do Palácio Rio Negro e da construção do prédio da CODEAMA e Secretaria de Planejamento.

Manaus, como sede dos três podêres de Govêrno, exigia um tratamento especial. Seu Govêrno Municipal, hoje de uma eficiência incomum, não podia arcar com a solução de todos os problemas que lhe são afetos. A nossa participação, portanto, não podia deixar de existir. Fizemos traçar, por isso, um Plano-Diretor para a capital, plano que, uma vez executado, dentro da melhor técnica urbanística, assegurará a Manaus uma posição ímpar no quadro da rêde urbana brasileira. Êsse plano divide a cidade nos vários setores que a devem marcar. Depois do que EDUARDO RIBEIRO fêz, traçando um projeto inicial do centro urbano que êle encontrara uma aldeia e transformara numa cidade, pela primeira vez se cogitou de dar, à capital, aquelas condições físicas que lhe garantam um desenvolvimento futuro dentro de linhas harmônicas e progressistas.

O problema habitacional, numa cidade em crescimento como Manaus, precisava ser cogitado prontamente. A COHAB-Am é o órgão que criamos e está fazendo surgir bairros novos

com casas populares, bairros traçados a rigor e nos quais moradores encontrarão tudo de que carecerem para uma vida tranqüila. Mas havia em Manaus uma excrescência, a "Cidade Flutuante". Vimo-la, pela primeira vez em Genebra, em dois filmes que tinham por cenário o Brasil. Apareciam como páginas degradantes na vida de uma Cidade. Quando assumi o Govêrno e a vi diretamente, decidi exterminá-la. Fêz-se inicialmente o levantamento do que representava, inclusive de sua população. Foi emprêsa que confiei a alunos meus, habilitados e amorosos da tarefa, da Escola de Sociologia e Política, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tivemos a cooperação da Capitania dos Portos, que se revelou eficiente, retirando moradores e extinguindo habitações. No bairro da Raiz, traçado um plano urbanístico e arquitetônico, construímos 132 casas, das quais 46 já ocupadas, destinadas tôdas elas aos que, deixando a "Cidade Flutuante", e não tendo regressado ao interior, desejaram permanecer em Manaus, vivendo uma vida, agora de espécie humana.

A divulgação do Amazonas não se fazia em têrmos publicitários que nos honrassem. Servíamos ao comentário irreverente, ao noticiário deprimente. Era preciso promover em linhas novas. O DEPRO, inteiramente reformulado, passou a exercer as atividades, divulgando-nos com realismo e com intensidade invulgar. Comparecemos a exposições nacionais, promovemos exposições locais, difundimos nos Estados, pelo cinema, pelo rádio e pela imprensa, o Amazonas que se alterava na sua fisionomia. Várias centenas de estudantes, em caravanas, vindos do Sul, como professôres, intelectuais, sob os cuidados do DEPRO e coordenação da Senhora PAULINA KAZ, visitaram Manaus e ao regressar se transformaram em divulgadores do que somos hoje, sem que nisto as despesas do Estado tivessem sido senão aquelas, relacionadas com os passeios que proporcionamos. Tudo mais, constante de passagens, alimentação e divulgação, foi à conta dos interessados. Não há notícia de promoção mais barata no mundo, nem mais eficiente. Horas em televisões e

rádio e páginas de jornais divulgaram-nos, sem nos custar um cruzeiro.

A política de assistência social, de que nenhum Govêrno pode ausentar-se, esteve a cargo de Divisão especializada, integrante do meu Gabinete Civil. Realizou um trabalho da maior eficiência com resultados que se podem fàcilmente averiguar à simples visita aos internatos de menores, o "Maria Madalena", para meninas, e o "Melo Mattos", para meninos, onde há hoje disciplina, trabalho, compreensão, humanidade, asseio físico e moral e onde realmente se processa a recuperação e a formação de novos sêres humanos.

Os Gabinetes Civil e Militar, como os serviços de comunicações instalados no Palácio Rio Negro, apresentaram o rendimento que eu esperava, confiados que estavam a quem tinha a paixão do dever e o objetivo de cooperar comigo na execução de diárias tarefas, difíceis, que exigiam não apenas dinâmica mas a decisão de fazer.

As Representações do Amazonas na Guanabara, em São Paulo, Brasília e Belém, cumpriram zelosamente as suas obrigações. Sem menosprezar as demais, cabe uma referência particular à do Rio de Janeiro, pelo vulto e excelência do trabalho, que permitiu contactos rápidos e com sucesso, com a alta administração federal e serviu à divulgação do Estado no centro de onde realmente ainda não emigrou a Capital da República.

A Procuradoria Geral do Estado, no desempenho das graves funções de defensora dos interêsses do Estado e da sociedade, atuou com galhardia e segurança, de maneira a merecer a minha integral confiança.

Os serviços de estatística, essenciais aos programas de trabalho de qualquer natureza, como indicativas da realidade que os algarismos propõem, depois de anos de estagnação, reincorporaram-se à dinâmica que imprimíamos aos negócios da

administração. O Anuário referente a 1964 foi publicado, o que não ocorria antes, estando pronto o referente a 1965 e em elaboração o de 1966.

Nem Manaus, nem o Amazonas, prestaram, até êste momento, a homenagem de gratidão e de respeito àquele capitão português, Francisco da Mota Falcão, que lhe lançara os fundamentos, quando, em 1669, construiu, de pedra e barro, onde hoje se ergue a Secretaria de Fazenda, o fortim de São José do Rio Negro, o forte da Barra, como também lhe chamavam, raiz e garantia do núcleo urbano que mais tarde se transformou na nossa formosa e dinâmica capital. Queremos, no momento em que deixamos o Govêrno, gravar-lhe o nome. A placa que fizemos inaugurar no local próprio, importa, na singeleza de seus dizeres, na homenagem que lhe quisemos prestar. Os nomes do Agiológio cívico dos povos não podem perder-se no tempo. São numes tutelares que guiam, orientam e lhes dão a substância necessária à continuidade.

Desejo esclarecer, ainda, que, no decorrer de minha administração, as relações que mantivemos com os Podêres Judiciário e Legislativo processaram-se, depois de desentendimentos iniciais, em absoluta concordância. Nenhum fato nôvo alterou essas relações. Na Assembléia Legislativa, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a meu pedido examinou reservas que se faziam. Nada do que se afirmava foi verificado como real. As acusações eram improcedentes, e expressavam, antes, atitudes oposicionistas e nada mais.

Com a União, as relações se fizeram da maneira mais perfeita. Em momento algum, encontrei obstáculos às nossas reivindicações, sempre consideradas com rapidez para atendimentos totais. Um empréstimo federal, somando 700 milhões de cruzeiros, de acôrdo com o plano de ajuda aos Estados foi-nos concedido, depois da autorização legislativa necessária. Desti-

naram-se a obras educacionais e de saúde pública. Estamos prestando contas à União das aplicações realizadas. Convênios recentemente firmados no Ministério da Educação, no total de Cr$ 1.601.440 vão permitir, a meu sucessor, realizar programas de ensino primário, ensino médio, construção e equipamento de salas de aula, bôlsas de estudo, a que acrescentar mais 87 milhões de cruzeiros para a construção de escolas de fronteira, constantes de convênio anterior, ainda não liberado.

Com o GEF e os Comandos Militares das três armas mantivemos, igualmente, a maior cordialidade, nenhum episódio marcando distanciamento foi registrado. Ao contrário, tudo se processou no ambiente da maior cordialidade, aproximação e cooperação franca e leal.

A contribuição da antiga SPVEA não foi ponderável. Os convênios firmados não nos ministraram recursos substanciais. Deve-nos aquêle extinto órgão federal mais de oito bilhões de cruzeiros. Sòmente no período em que o dirigimos, o Amazonas recebeu integralmente os recursos que lhe haviam sido destinados.

Dois bilhões de cruzeiros foram concedidos ao Estado, pelo Govêrno Federal, na base da política de cooperação com as unidades federais. Empregamo-los nas operações de saúde, construção de casas do bairro da Raiz, enriquecimento do acervo da Biblioteca Pública, construção de grupos escolares.

A Polícia Militar, o Batalhão Amazonas, de tantas tradições que enobrecem a história do Estado, comportou-se magnìficamente nos momentos delicados que tivemos de enfrentar.

O Estádio "Vivaldo Lima" é obra de envergadura que iniciamos e não tivemos a ventura de ver inaugurado. Quando terminado, será o maior do norte do País, apropriado a grandes provas desportivas, nacionais e interamericanas.

O Banco de Crédito da Amazônia, como órgão creditício por excelência, para as operações da valorização regional, estêve

presente, à minha administração, com regularidade, em mais de um momento prestando-nos o seu concurso valioso.

A Legião Brasileira de Assistência, seção local, e que entrara em marcha lenta nas suas atividades, recuperou-se e voltou a realizar-se plenamente.

Os órgãos do Ministério da Agricultura, em convênio com o Estado, atuaram regularmente, com excelentes resultados.

Não sendo político partidário, tive, porém, a incumbência de organizar, em nosso Estado, a ARENA. Cumpri as instruções que recebi. As recentes eleições que se realizaram garantiram-lhe uma vitória esmagadora — o Senador Federal, cinco Deputados Federais, numa bancada de sete, e vinte Deputados Estaduais, num Legislativo de trinta. Desejo que fique bem registrado que nessas eleições, as mais tranqüilas, as mais livres e as mais reais que se realizaram em nossa história nesses últimos quinze anos, sem que houvesse fraude ou pressões do Poder Público, não usei a máquina do Estado, seja a policial, seja a do Tesouro, seja a dos transportes, para que êsses resultados fôssem obtidos. Tenho a satisfação de afirmar que isso é absolutamente exato e não admite a contestação de quem quer que seja.

II Parte

COMO ENCONTREI O ESTADO

DEPOIS de dado um balanço geral da situação em que encontrei o Estado do Amazonas ao assumir o Govêrno, em junho de 1964, fiz ao Excelentíssimo Senhor Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO, Digníssimo Presidente da República, um circunstanciado relatório no qual escrevia :

SENHOR PRESIDENTE :

Ao vir ao encontro de Vossa Excelência apresentar êste sucinto e rápido relatório das condições político-administrativas-sociais, econômicas e financeiras — em que encontrei o Estado do Amazonas, ao tomar a responsabilidade do seu Govêrno, outras palavras não tenho para dizer a Vossa Excelência, Senhor Presidente, senão as que traduzem caloroso apêlo, que expressa veemente chamamento, no objeto de que acorra Vossa Excelência, com o espírito de seu patriotismo sincero, com a autenticidade de seu sentimento do dever, com seu alto senso da obrigação que o mandato impõe, acorra Vossa Excelência em auxílio do Estado do Amazonas, com a fôrça de seu exemplo e com a grandeza de seu estímulo. É que, faltando-nos sua ajuda, nem em dez anos de esfôrço duro, de trabalho rude, de disciplina áspera, terá sido realizada a obra de recuperação indispensável para compassar esta Unidade Federativa com o ritmo de ordem e progresso que está sendo impresso, por Vossa Excelência, à vida da Nação Brasileira.

Aqui encontrei, Senhor Presidente, ao assumir o cargo, em data de 27 de junho, a mais triste, a mais desoladora situação.

Havia desorganização, descomedimento, desordem, anarquia. A ordem que convém ao funcionamento regular das organizações políticas e administrativas não existia e a aplicação metodizada, sistemática, dos recursos da finança pública, era ignorada; a rigidez da obediência ao duodécimo orçamentário era apenas palavra vã, inútil; o recrutamento de pessoal para o serviço público não se condicionava a quaisquer fórmulas de seleção, nem mesmo à existência de claros nos quadros, ou de cobertura de verbas próprias para o atendimento de compromisso. Sacava-se contra o futuro, com o aval do Estado, em benefício de grupos, de indivíduos, como se em véspera de falência fraudulenta. Nas obras públicas, de caráter essencial, comandava o empirismo, a charlatanice. A técnica de planejamento estava ausente, substituída pelo primarismo demagógico, erigido em sistema. Enfim, para definir em curtas palavras a exata condição do caos, erguera-se como princípio, forrado em Lei sancionada e vigorante, a inconstitucionalidade flagrante do estôrno de verbas, coonestando-se, dessa forma, a prevaricação e o crime de responsabilidade.

1 — FINANÇA PÚBLICA

À altura de 27 de junho de 1964, data em que se instalou a minha Administração, a situação financeira real do Estado era a seguinte :

A RECEITA do Orçamento estimada para 1964 é de	Cr$	4.529.793.900,00
A DESPESA autorizada no mesmo Orçamento é de		5.283.775.565,00
ATÉ aquêle dia 27 de junho, a receita orçamentária, extra-orçamentária e a classificar já arrecadada era de		3.752.667.379,20

A DESPESA orçamentária e extra-orçamentária já efetuada somava o total de	3.654.683.183,60
ALÉM dessas despesas já realizadas, os compromissos assumidos pelo Estado, naquela data, eram da ordem de	854.165.868,00
OS SALDOS em Caixa, em moeda corrente, em vales e em Bancos somavam	425.393.731,00

Verifica-se, assim, que o atual Govêrno recebeu o Estado com um total de 854 milhões 165 mil 868 cruzeiros de compromissos a pagar, tendo em Caixa apenas 425 milhões 393 mil 731 cruzeiros, o que significa haver encontrado os cofres da Fazenda Pública com 428 milhões 772 mil e 137 cruzeiros de dívidas à descoberto.

Êsses dados desdobram-se nas seguintes cifras, balanceadas pela Secretaria de Economia e Finanças :

Receita orçamentária	Cr$	3.320.089.951,50
Receita extra-orçamentária . .		184.214.868,80
Receita a classificar		248.362.558,90
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	Cr$	3.752.667.379,20
Despesa orçamentária	Cr$	3.143.581.457,00
Despesa extra-orçamentária . .		511.101.726,60
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	Cr$	3.654.683.183,60

Saldos em Caixa

Representado por moeda corrente e vales	Cr$	160.896.705,30
Em Banco		264.497.025,70
TOTAL DE SALDOS		425.393.731,00

Compromissos assumidos pelo Estado apurados em . . . . . 26 / 6 / 64 :

Despesa empenhada	Cr$	311.039.523,80
Despesa do exercício, pendente de processamento		170.221.042,70
Restos a pagar de exercícios anteriores		70.832.509,10
Contas de exercícios anteriores não inscritas em restos a pagar		20.607.203,90
Saldos de Prefeituras Municipais		4.649.691,70
Depósitos provenientes de consignações em fôlhas de pagamentos recebidos pelo Estado e não pagos a diversas entidades. .		90.520.522,50
Verbas federais utilizadas pelo Govêrno do Estado sem a correspondente comprovação dos gastos		124.305.147,50
Empréstimo da União realizado por intermédio do Banco do Brasil, no Estado, sem a devida comprovação dos gastos		41.384.587,00

Empréstimo do Banco de Crédito da Amazônia ao antigo "Serviços Elétricos de Manaus" . . .	20.605.639,80
TOTAL DOS COMPROMISSOS	854.165.868,00
Menos o valor do saldo encontrado	425.393.731,00
DÍVIDAS A PAGAR À DESCOBERTO	428.772.137,00

À exceção da Comissão Estadual de Compras, da Secretaria de Assistência e Saúde, da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio e da Secretaria de Viação e Obras Públicas, tôdas as demais Secretarias e Serviços do Estado foram recebidos com os seus gastos ultrapassados das dotações orçamentárias fixadas. Há casos, dentre outros como o Departamento de Imprensa, Turismo e Propaganda (DITPEA), que em menos de seis meses consumiu tôda a verba orçamentária do ano de 1964, no valor de 96 MILHÕES DE CRUZEIROS, e mais 8 MILHÕES DE CRUZEIROS.

De 1.° de abril ao dia 13 de junho do corrente ano, foram pedidos à Assembléia Legislativa do Estado, e aprovados, créditos especiais no valor de 1 BILHÃO DUZENTOS E ONZE MILHÕES TRINTA E TRÊS MIL E DUZENTOS E NOVENTA CRUZEIROS E 80 CENTAVOS.

Os dados enumerados demonstram, na expressão fria das cifras, que a situação financeira do Estado apresenta-se difícil, não pelas arrecadações, que se processam em ritmo normal, mas pela massa de compromissos a pagar no resto do exercício corrente.

Afora essa situação, que diz respeito exclusivamente ao quadro na Secretaria de Economia e Finanças, cumpre ao Govêrno esclarecer sôbre a situação de outros órgãos vinculados à Ad-

ministração Estadual e Serviços Industriais, que se encontram insolventes. Enumeram-se exemplos nesta ordem desoladora:

a) DAPS — Devia a hospitais, fornecedores e funcionários 200 MILHÕES DE CRUZEIROS;

b) TRANSPORTAMAZON — Devia a fornecedores 51 MILHÕES DE CRUZEIROS. De um total de 42 ônibus, sòmente 7 trafegavam, encontrando-se cêrca de 30 em estado irrecuperável;

c) OLARIA DO ESTADO — Recebida com a sua aparelhagem em precárias condições de funcionamento, desorganizada e sem recursos para atender compromissos, uma vez que forneceu a particulares recursados, cêrca de 8 MILHÕES DE CRUZEIROS de material de construção (tijolos e manilhas de barro), estando ainda por receber essa importância;

d) ALIMENTAMAZON — Em estado total de insolvência, falida. O Estado providencia o levantamento do seu acêrvo.

O Govêrno ainda não possui conhecimento integral dos gastos autorizados para fins outros, os quais estão sendo apurados. Tão logo dêles disponha, dará as explicações que se impõem.

Os gastos com o pagamento de funcionários e servidores do Estado, que são da ordem de 430 MILHÕES DE CRUZEIROS mensais, agravaram-se com o excessivo número de extranumerários-mensalistas contratados, contra os quais, entretanto, o Govêrno não se inclina, no momento, a praticar qualquer ato considerando que essa situação não foi por êles criada. A êstes, em qualquer caso e antes de qualquer decisão, será oferecida a oportunidade da conquista dos postos que ocupam, por meio de concursos nas Repartições a que servem.

Os dados acima, recolhidos do relatório do Senhor Secretário de Economia e Finanças, Dr. Newton de Menezes Vieiral-

ves, dispensam sublinhamento, são enfáticos na sua simplicidade e rudeza.

Não obstante a eloqüência do perigo fatal que traziam no bôjo, e não obstante divulgados oficialmente para conhecimento amplo da população, que se deveria preparar para a severidade das medidas de correção indispensáveis, o delírio de grandeza não pereceu, e logo após curto espaço de tempo o Legislativo estadual, pela sua maioria partidàriamente inconformada, aprovava Resolução intempestiva, com agressiva irregularidade constitucional, fixando novos níveis dos subsídios dos Deputados, majorados em mais do dôbro, condições que, além de imoralidade política, envolviam absurdo processualista.

Não nos dobramos à conveniência da maioria parlamentar e recorremos aos meios a nosso alcance, indo bater às portas do Judiciário. Desta posição assumida originou-se a crise do corrente mês, cujas proporções exatas Vossa Excelência conhece perfeitamente.

Uma política nova, de realidade fiscal, está sendo implantada na Secretaria de Economia e Finanças, estabelecendo-se, pelo esclarecimento, pela elucidação, e perfeita compreensão ideal nas relações entre o exator e contribuinte. Esta política introduz-se no sistema de disciplina financeira do Estado sem violência, sem ódio, sem constrangimento nem preferência. A fim de alcançar o objetivo do entendimento entre o agente fiscal e o contribuinte, inaugurou-se um regime de portas abertas na Secretaria de Economia e Finanças. As cifras do movimento da Receita e Despesa do Estado, em seus exatos têrmos, são divulgadas diàriamente. Extinguiram-se as operações sigilosas, os compromissos secretos, as cartas-de-prego expedidas em favor de beneficiários escolhidos.

Estuda-se a codificação das leis tributárias, muitas delas incoerentes, arbitrárias, confusas.

Não havia, antes, limites para o desmando nas compras de material, na construção de serviços. O regime da licitação de

preços não existia. Tudo deve ser corrigido, como é dever punir os que subverteram em proveito próprio ou de terceiros a ordem financeira. Há sindicâncias em andamento, regidas rigorosamente pelas leis compatíveis, e quem fôr apurado em culpa será levado ao julgamento competente. Essas sindicâncias não padecem do excesso, processam-se com austeridade.

Uma eloqüente prova do império da irresponsabilidade que vigorava pode ser oferecida pelo seguinte fato. Nem mesmo os dinheiros de servidores públicos, — considerados pela boa ética depósitos sagrados de terceiros, eram respeitados. As suas consignações em fôlhas de pagamento, em favor de instituições de previdência, de entidades crediárias e outras, foram igualmente atingidas pela voragem da infidelidade.

2 — EDUCAÇÃO E CULTURA

A 3 de agôsto de 1964, o Sr. Secretário da Educação e Cultura, Prof. Dr. José Bernardino Lindoso, em relatório a êste Govêrno, dizia, explicando em síntese a situação do órgão então sôbre sua direção :

"Há claros e lacunas, muitos, é verdade, justificáveis na falta de organização sistemática verificada em vários setores, sòmente agora entrando na linha de ordem que norteará os serviços a serem realizados sob a mesma de planejamento e de disciplina funcional".

Mesmo assim, a Secretaria da Educação e Cultura era o órgão da Administração do Estado que em menor grau fôra ferido pela desorganização generalizada imperante.

Hoje está à sua frente um experimentado educador e sociólogo, o Des. André Vidal de Araújo, e são bem fundadas as esperanças de que, com clarividência, com abnegação, com lastro de ciência pedagógica, encontre esta Secretaria os caminhos apropriados de seu destino. Os benefícios colhidos já se fazem sentir. Sem ferir direitos adquiridos, há fixado um critério de seleciona-

mento e apuração de pessoal para o magistério e encargos técnicos, as bôlsas de estudos ministeriais são concedidas sob exigências reais de merecimento e não ao sabor de conveniências personalistas, a sábia Lei de Diretrizes e Bases entra realmente em vigor.

3 — ASSISTÊNCIA E SAÚDE

Em relatório ao seu Govêrno, o Secretário de Assistência e Saúde, Dr. Theomário Pinto da Costa, assinalou :

"... observei que em linhas gerais as deficiências estavam presentes em todos os serviços, quer de ordem técnica, pessoal e material".

"Os requisitos mínimos para a execução de qualquer trabalho não existiam, a centralização dos serviços e o comando direto dos Secretários anteriores sôbre todos os setores era o denominador comum"...

A verdade é que nenhuma ação de Saúde Pública existia, menos pela falta de homens de boa vontade em executá-la, mas pela absorção dos valôres aproveitáveis.

A Secretaria de Assistência e Saúde começa agora a funcionar, ainda com deficiências, é certo, mas em regime ordenado, embora heróico. Implanta-se, nesse setor fundamental da Administração Pública, a disciplina da concorrência pública para aquisição de material, até então desconhecido, premeditadamente desconhecido. Os ônus do pessoal numeroso e insatisfatório são pesadíssimos sôbre as dotações orçamentárias da Secretaria, mas o Govêrno procura corrigir os defeitos sem violentar, sem ferir, sem injustiçar, sem cobrar a inocentes a culpa dos transgressores.

Para alcançar suas finalidades e responder aos reclamos do povo do Amazonas, muito necessita a Secretaria de Assistência e Saúde. Em primeiro plano, aparece, sem a menor dúvida, a deficiência da rêde hospitalar do Estado. O número de leitos está gravemente aquém das necessidades mínimas, o deficit é

preocupador. Ainda mais, unidades foram construídas sem que se cogitasse de providenciar desde logo o cômputo das despesas de manutenção e, como resultado da imprevidência, da improvisação, essas unidades permanecem mudas aos apelos coletivos, fechadas umas, outras sòmente abertas por formalidade, não funcionando na realidade. No primeiro caso, o Hospital "Getúlio Vargas", o Hospital Infantil "Casa Dr. Fajardo". No segundo, as unidades móveis "Evandro Chagas" e "Tomé Medeiros", — a primeira desviada de suas finalidades, a segunda em condições as mais deploráveis de inutilidade. Na carreira, outra unidade móvel, a lancha "Carlos Chagas". Está condenada como imprestável pela Capitania dos Portos.

Um período curto do relatório do Secretário de Assistência e Saúde espelha a situação :

"Serviço de Socorros de Urgência — Está em situação irregular por ter sido extinto, sem qualquer lei".

Quanto a pessoal, a Secretaria de Assistência e Saúde oferecia esta absurda comparação :

Funcionários do quadro	—	263
Extranumerários	—	510
Credenciados	—	63

As verbas desta Secretaria de Estado, no primeiro semestre de 1964, foram estouradas, em grande parte, suplementadas algumas, e os saldos apresentados não oferecem senão margem de preocupação e dificuldades.

4 — VIAÇÃO E OBRAS

Talvez tenha sido, no Amazonas, a Secretaria de Viação e Obras Públicas, aquela em que o desmando mais se derramou, aquela onde a improbidade deixou vestígios de genuíno despudor,

ou quiçá, de tranqüila impunidade. O relatório do Secretário, Engenheiro Deoclécio Corrêa merece transcrição :

"O primeiro aspecto que logo me chamou a atenção como chamaria a de qualquer outro administrador imparcial — é a de verdadeira pletora de pessoal lotado nos Quadros Permanentes, além dos extranumerários mensalistas, quando a realidade flagrante e palpável é a de que todos os serviços funcionariam perfeitamente bem, e até melhor do que atualmente, com menos de 50% do pessoal encontrado.

No Departamento de Águas, "verbi gratia", estão lotados 150 funcionários efetivos, além de 42 extranumerários mensalistas. Ora, quem conhece as modestas instalações dêsse Departamento, à rua Miranda Leão, há de forçosamente reconhecer que lá não há espaço para tanta gente. Mesmo considerando-se que cêrca de 70 dêsses servidores trabalham no Bombeamento ou se dedicam a outros serviços fora da sede, ainda lá restam 122 pessoas. Destas, 35 são cobradores, o que é de causar estranheza, pois é público e notório que o Departamento de Águas não fêz cobranças a domicílio.

Muitos dêsses extranumerários mensalistas foram por mim dispensados ou porque pediram essa dispensa ou porque estivessem faltando ao serviço há mais de 30 dias. Os demais estão sendo mantidos até que seja verificado que as funções que desempenham são verdadeiramente necessárias.

Outro aspecto chocante da Secretaria é a posição das principais verbas do Departamento de Obras. A destinada ao **Início de Obras na Capital** e as de **Prosseguimento e Conclusão de Obras na Capital e no Interior do Estado** já estavam pràticamente esgotadas. Igualmente esgotada se encontrava a de **Reparos, Adaptações e Conservação de Bens Imóveis na Capital.** Para dar prosseguimento e atendimento à necessidade de obras civis no Estado foi aberto pela Lei n.º 8, de 4 de maio último, um crédito especial **750% maior do que essas citadas verbas** juntas, o qual, já em vias de esgotamento, se acha realmente reforçado por outro

aberto pela Lei n.º 33, de 13 de junho último, **1.250% maior do que essas mesmíssimas verbas.** A simples sanção dêstes fatos reflete cristalinamente o alheiamento técnico e administrativo que reinou durante a elaboração da Lei Orçamentária vigente e que tem perdurado na sua execução.

Quanto aos detalhes dessa execução orçamentária, do emprêgo dessas verbas, a situação é a mais caótica possível. A moralizadora e primária medida das concorrências públicas ou ao menos administrativas, mesmo para os gastos de maior vulto, fôra sumàriamente abandonada. As adjudicações, quando muito, eram simplesmente sancionadas com a simples aceitação de cartas-propostas de terceiros interessados em determinados fornecimentos ou na prestação de certos serviços. Quando essa aceitação se revestia da formalidade de um contrato lavrado na Procuradoria Jurídica e Fazendária do Estado, a Secretaria ficava sem os devidos traslados.

Como exemplos da adjudicação de serviços importantes sem qualquer formalidade estão os relativos a um edifício denominado Plínio Ramos Coelho, no terreno que foi da antiga Vara da Família. Dêsse edifício inexiste na Secretaria qualquer projeto arquitetônico, isto é, plantas comuns e de praxe do que iria ser construído. Foi ajustado, no entanto, com uma firma de Recife a cravação de 88 estacas de concreto, com 10 metros de extensão, para suporte das fundações — como se ali, nas vizinhanças do Teatro Amazonas e do Palácio da Justiça, em zona de terciário compacto, fôsse necessária tal consolidação do terreno. Por êsse serviço, do qual se percebem as cabeças de 3 estacas apenas, mas que se assegura existirem outras 6, foram dispendidos Cr$ 2.300.000 do total ajustado em Cr$ 4.800.000. Pelo projeto da estrutura de concreto armado, do qual foi encontrada uma relação incompleta de plantas, não firmadas por um engenheiro responsável como manda a Lei de regulamentação dessa profissão, foram dispendidos Cr$ 3.050.000. Em seguida, como se o edifício já estivesse na fase final de acabamento, ajustada a confecção das esquadrias, dispendendo-se mais de Cr$ 6.000.000

com a aquisição das respectivas madeiras e sua entrega à oficina que as deveria confeccionar.

Como exemplo de fornecimentos descabidos aí está a encomenda, parcialmente executada, de tintas no valor de mais de Cr$ 53.000.000. São mais de 5.000 galões de tintas encomendadas mediante contrato, segundo afirmam os dois fornecedores exclusivos por seus agentes nesta Capital, o que se procura verificar nos arquivos da Secretaria não existe qualquer estudo que justifique tão avultada encomenda, cuja simples guarda e conservação é difícil e precária, visto como o Departamento de Obras não dispõe de armazém ou local próprio que sirva de almoxarifado.

O descalabro no contrôle de contratos, ajustes, adjudicações e quejandas se evidencia com o seguinte fato : sòmente hoje, 17 dias depois de empossado como Secretário, fui sabedor que está sendo construído um Grupo Escolar em Humaitá, assim mesmo por informação oriunda de empreiteiro, que afirmou já haver dispendido mais de Cr$ 20.000.000 com a obra.

Uma loja de ferragens desta Capital vem requerendo o pagamento da segunda e última prestação contratual pelo **projeto** e **orçamento** de um nôvo Bombeamento de Águas para a cidade. A primeira prestação, já paga, foi de Cr$ 4.700.000 e a segunda será de igual monta.

Todos êsses fatos que venho de relatar a Vossa Excelência, Senhor Governador, são, na sua consumação e efetiva, outras tantas provas eloqüentes e irrefutáveis dos descalabros técnicos, administrativos e morais que constituem o acervo de realizações ou de iniciativas que me veio às mãos. No setor das **Reparações, Adaptações e Conservação dos Próprios do Estado** nada de maior monta foi realizado ùltimamente, excetuando-se o que vem sendo feito no Instituto Benjamin Constant, mesmo assim obedecendo a critérios técnicos e administrativos duvidosos. Haja vista ao Salão de Festas no 2.° pavimento da ala direita dêsse tradicional educandário, com a sua cobertura e fôrro removidos e substituído

por uma simples cobertura em arco, tipo hangar, revestida em telhas onduladas de alumínio, sem fôrro, dando ao nobre salão a triste aparência de uma imensa garage.

Mas o vasto acervo de próprios do Estado, só pelo que nos é dado ver nesta Capital, estava relegado ao mais completo abandono. Não existe o mais rudimentar serviço de conservação dêsses imóveis, quer por um conjunto organizado de pessoal especializado ou mesmo de tarefeiros, quer pela capacidade de pronto atendimento em materiais de construção. Para a reparação de uma fechadura, a substituição de um vaso sanitário ou a reposição de uma vidraça, não conta a Secretaria com especialistas hábeis ou com os materiais e ferramentas adequadas. É uma improvisação permanente. Foi por êsses motivos, Senhor Governador, que de início me vi obrigado a solicitar a Vossa Excelência dispensa de licitações públicas ou administrativas para despesas de pequena monta e pronto pagamento, visto como, de outra maneira, paralisados, ficariam êsses serviços de aparência secundária, mas de vital importância para qualquer imóvel. A que outro fator, para exemplificar, poder-se-á atribuir a obsolência com que Vossa Excelência se deparou no Arquivo Público do Estado, 7 Grupos Escolares novos, mal acabados de construir, são verdadeiras ruínas : sanitários imprestáveis, goteiras por tôda parte, fôrros apodrecidos, pisos deteriorados, esquadrias inutilizadas. Aí está o Palácio Rio Negro, sede do Poder Executivo, e que naturalmente atrai tôdas as atenções e todos os cuidados, com seus lambris apodrecidos, suas esquadrias desconjuntadas, suas instalações elétricas e hidráulicas em mau estado, seus paramentos carentes de pintura e seus toscos anexos, como se fôra um símbolo de todos os próprios estaduais da Capital, porque do Interior, pelo que nos é dado aquilatar da exposição de alguns Prefeitos, a situação há de ser estarrecedora.

Estou dando andamento a um rigoroso plano de recuperação de todo êsse patrimônio público. À falta de mapotecas na Secretaria, que nos permitam a avaliação e especificação imediata dos reparos mais urgentes, estou fazendo levantar "croquis" co-

tados, a começar dos mais valiosos imóveis, a fim de submetê-los à concorrência pública ou administrativa com o objetivo de recuperá-los. O rápido andamento dêsse plano ressente-se da falta de pessoal especializado nos Quadros da Secretaria, mas o seu desenvolvimento progressivo, estendendo-se mais adiante ao Interior, é tão premente e lógico que não permite dúvidas quanto ao seu resultado. Êste setor especializado do Poder Executivo tem o dever de conduzir-se como o fazia qualquer administrador particular que se visse incumbido de zelar por um valioso patrimônio".

5 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A escôlha do Sr. Cosme Ferreira Filho para o cargo de Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio foi determinada pela sua posição singular desde muito assumida no plano das atividades ruralistas em nosso Estado em tôda a Amazônia. Economista de visão larga, pioneiro do plantio sistemático de seringueiras e castanheiras, homem profundamente ligado, por vocação e por interêsse, aos problemas da terra e da produção, até esta altura do meu Govêrno, porém, não lhe foi possível tomar efetivamente o comando do setor que lhe confiei. Tem estado, a serviço do Amazonas, em contacto e entendimento com órgãos especializados do Govêrno da República, inclusive compareceu à Reunião dos Secretários de Agricultura dos Estados (Viçosa) para debate do Estatuto da Terra, na qual foi vencido em luta vã defendendo a Amazônia e até mesmo a própria intangibilidade da Constituição, no que tange à mobilização de recursos financeiros para atender aos compromissos da Reforma Agrária. O Secretário, em exercício, agrônomo Germiniano Soriano Alves da Silva, tem desempenhado, até esta altura, tarefas de rotina, inclusive balanceando os bens patrimoniais, móveis, imóveis e semoventes.

À Secretaria de Agricultura, na administração anterior, faltou dinamismo, faltou planejamento, faltou ação, não funcionou, foi ociosa, foi inerte, foi inútil. No desempenho do drama

da depredação econômica e social do Amazonas, seu papel foi de mero comparsa. No que se entende, porém, com artifício demagógico, com ficção eleitoreira, estêve sempre à bôca da cena. Até na distribuição de sementes para o plantio da juta, peça fundamental do equipamento produtivo do Estado, dois roteiros eram seguidos : um perdulário, com os correligionários políticos ; outro, jejuns, com os adversários.

Todo o sistema funcional da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio há que ser corrigido, há que ser revisado. Ou melhor, há que ser implantado.

6 — INTERIOR E JUSTIÇA

Na Secretaria do Interior e Justiça repousam as mais altas preocupações do Govêrno do Amazonas no que toca à aplicação da lei, às suas relações de mútuo respeito e harmonia com o Judiciário, o selecionamento e aprimoramento do pessoal a que incumbe a responsabilidade de segurança pública, na Capital e em todo o Interior do Estado. Seu titular, Dr. Alberto de Rezende Rocha, experimentado, é competente e esclarecido. Cabendo-lhe executar, em tôda sua plenitude, a política do Govêrno de asseguração ao povo de suas garantias e de seus privilégios, está sôbre seus ombros uma tarefa reputada da mais elevada significação. O meu Govêrno fixa com ênfase o rigoroso critério de igualdade na distribuição da Justiça, de equidade na preservação do direito de cada um de acesso aos bens comuns materiais e espirituais.

Subordinado diretamente à Secretaria do Interior e Justiça está o Departamento Estadual de Segurança Pública, a cargo de um homem público de gabarito, professor de Direito, o Dr. Paulo Pinto Nery. O DESP, era outro ponto de suturação das graves enfermidades morais que afligiam o Amazonas. Recursos arrecadados de atividades marginais, como o jôgo e o lenocínio, haviam adquirido foros de legalidade e contribuíam para o enriquecimento ilícito de alguns. A violência derramava-se, alcan-

çando os humildes, os menores. Tècnicamente desaparelhado, quer em material humano, quer em elementos que lhe facultassem trabalho ordeiro, sistemático, a Polícia Civil deslustrava o grau de civilização do Amazonas.

Outro órgão dependente da Secretaria do Interior e Justiça é a Penitenciária. Primária, sombria, atemorizadora, um depósito de presos, sem as mínimas condições exigidas pelo evoluído regime penal brasileiro. Não era menos lastimável e menos dolorosa a situação no Arquivo Público, onde inestimável patrimônio de cultura se perdeu pela incúria, pelo desmando, pela inércia.

Nesta Secretaria de Estado processa-se um amplo e infatigável esfôrço de recuperação.

Órgãos vinculados à administração :

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL

São do relatório do primeiro Diretor do Departamento de Imprensa Oficial, no meu Govêrno, jornalista José Cidade de Oliveira, as informações abaixo :

"Não existem segurança e condições mínimas de higiene, de confôrto e para o trabalho, quer pelas instalações sanitárias lastimáveis, quer pelas condições gerais dos próprios edifícios que atendam aos serviços burocráticos ou industriais dêste Departamento".

"Além do material disponível, em sua quase totalidade estar ultrapassado pela técnica da dinâmica e moderna imprensa, encontra-se em grande parte desfalcado de peças e acessórios que poderiam dar-lhe funcionamento mais proveitoso".

O desfalque, no DIO, não é sòmente de material, também quanto a pessoal, não podendo o Departamento enfrentar o mercado competitivo da mão-de-obra, ressente-se de sérios gravames. É propósito do meu Govêrno dar ao Departamento de Imprensa

meios para tornar-se auto-suficiente, com configuração de autarquia funcional.

OLARIA DO ESTADO

Uma comissão de alto nível técnico, constituída dos Engenheiros Aldyr Nogueira Cajuhy, Químico da Companhia de Petróleo da Amazônia (COPAM), Benjamin Isaac Benchimol, Eletrotécnico, também da COPAM, e Carlos Alberto Rocha, Eletrotécnico da Companhia de Eletricidade de Manaus, acedeu, com o mais elogiável espírito de cooperação, sem qualquer remuneração ou outra recompensa, em proceder a investigações na Olaria do Estado, balanceando as suas possibilidades, do ponto de vista de equipamento e de pessoal. O relatório substancial que produzia, contendo conclusões auspiciosas, servirá de fundamento à reorganização que se processará nesse Órgão vinculado à Administração, preparando-o para atingir os níveis de produção que garantam a sua auto-suficiência, mas não em têrmos de competição mercantil, e sim no interêsse do Estado e de seus servidores.

SERVIÇO DE TRANSPORTES COLETIVOS

Ao assumir o cargo de Diretor do STC do Estado do Amazonas, o Sr. Clearco Antony traçou o seguinte desenho da sua situação :

Finança — Saldos : em Caixa, Cr$ 420.386,90 — bancário Cr$ 1.893.947,80.

Patrimônio — Veículos em tráfego, e paralisados : 33

CONCLUSÃO

Esta a situação em que encontrei o Estado, quando da minha posse. Dei-lhe, neste Relatório, tintas rápidas, porém reais.

Daqui para a frente o trabalho, aliás já iniciado, é no sentido de dar ao Amazonas os dias de tranqüilidade dentro da ordem e do progresso, dentro da moralidade administrativa, que bem merece ao futuro.

Apresento a Vossa Excelência, Senhor Presidente, em mais esta oportunidade que se me oferece, as provas de minha estima pessoal e lealdade e de consideração.

Saúdo a Vossa Excelência.

III Parte
BALANÇO DA ADMINISTRAÇÃO

1. GOVÊRNO E ADMINISTRAÇÃO GERAL

DE ACÔRDO com o que foi estabelecido no Plano Bienal, sob o título Grandes Objetivos, a política administrativa materializar-se-ia na reforma da administração pública estadual, que se desenvolveria em várias etapas, compreendendo a reorganização dos órgãos existentes e aproveitáveis, a fim de que fôsse possível a sua atuação com relativa eficiência operacional, extinção dos organismos obsoletos e criação de novos órgãos fundamentais à boa execução dos planos governamentais.

A Reforma Administrativa, resultante dos estudos feitos pela equipe de técnicos da Fundação "Getúlio Vargas", foi efetivada pela Lei n.º 223, de 18 de junho de 1965, que deu nova estrutura administrativa ao Govêrno do Estado do Amazonas.

Para a concretização da referida reforma, o Departamento de Administração e Serviço Público do Amazonas — DASPA — efetuou as realizações enumeradas no Quadro I, dentre as quais destacaram-se a criação da Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas — ESPEA — e a especialização de funcionários na EBAP, visando a solucionar um dos maiores problemas da Pública Administração, qual seja o da formação do elemento humano para cumprir sua finalidade como instrumento de prestação de serviço à comunidade amazonense. Com referência aos novos órgãos, foi criado o cargo de Secretário Sem Pasta para a Coordenação e o Planejamento, como medida indispensável à complementação do sistema de planejamento governamental implantado

no Estado, com atribuições que não poderiam ser dadas a uma outra Secretaria com estrutura tradicional.

No tocante às obras de construção e recuperação de prédios para o funcionamento dos órgãos administrativos do Govêrno, foram efetuadas as que permitiram àqueles órgãos melhores condições de trabalho para o cumprimento das tarefas que lhes foram atribuídas, dando ao seu pessoal o necessário confôrto para o desempenho de suas funções. Deve-se destacar, entretanto, que essas obras, não expressas no Plano Bienal do Govêrno, foram executadas obedecendo certos critérios de prioridade, de acôrdo com as necessidades da Administração Estadual.

Embora não sendo um órgão governamental, a "Casa do Trabalhador" foi devidamente recuperada pela administração pública. O Govêrno realizou tal empreendimento, com a finalidade de dar àquela organização um ambiente digno, para que a mesma cumpra os seus objetivos de bem orientar o trabalhador, integrando-o à comunidade a que pertence.

QUADRO I

ESTADO DO AMAZONAS

BALANÇO DO PLANO BIENAL — 1965/1966

SITUAÇÃO EM 31.12.1966

REFORMA ADMINISTRATIVA REALIZADA PELO DASPA

SETOR I: GOVÊRNO E ADMINISTRAÇÃO GERAL

Órgão Executor	Código	Realizações do Departamento de Administração e Serviço Público do Amazonas — DASPA, no biênio 1965-1966
DASPA	1.0	Reforma Administrativa — Lei n. 223, de 18 de junho de 1965 (Dá nova estrutura administrativa ao Govêrno do Estado do Amazonas).
"	1.1	Outras realizações do Departamento:
"	1.1.1	Especialização de funcionários na EBAP
"	1.1.2	Censo geral dos servidores civis do Poder Executivo
"	1.1.3	Levantamento dos bens móveis do Govêrno do Estado
"	1.1.4	Normas sôbre a padronização do sistema de protocolo
"	1.1.5	Normas para o encaminhamento de processos à decisão do Governador do Estado.
"	1.1.6	Rotinas básicas de serviço
"	1.1.7	Implantação de nova estrutura administrativa do Departamento
"	1.1.8	Elaboração dos regimentos internos das Repartições
"	1.1.9	Normas de simplificação para os processos de aposentadoira
"	1.1.10	Elaboração da Proposta Orçamentária do Estado
"	1.1.11	Concurso de monografia
"	1.1.12	Realização do I Ciclo de Conferências sôbre Administração
"	1.1.13	Instalação do Departamento em prédio próprio
"	1.1.14	Criação da Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas — ESPEA
"	1.1.15	Revisão dos Estatutos dos Funcionários
"	1.1.16	Plano de Classificação de Cargos
"	1.1.17	Realização do II Ciclo de Conferências
"	1.1.18	Reunião com técnicos da EBAP
"	1.1.19	Cobertura do concurso para o magistério primário
"	1.1.20	Curso de Arquivo e Documentação
"	1.1.21	Concurso para o Magistério
"	1.1.22	Curso para Escriturário.
"	1.1.23	Realização do III Ciclo de Conferências
"	1.1.24	Curso de Orçamento e Material
"	1.1.25	Curso de Chefia e Liderança.

FONTE: Departamento de Administração e Serviço Público do Amazonas — DASPA.

2. EDUCAÇÃO E CULTURA

A POLÍTICA educacional adotada pelo Govêrno foi orientada dentro dos ditames traçados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que teve como seu ponto culminante a sanção da Lei n.º 436, de 10 de julho de 1966, através da qual o Govêrno instituiu o Sistema Estadual da Educação do Amazonas, dando uma nova estrutura e maior flexibilidade ao sistema educacional do Estado.

De acôrdo com as linhas traçadas pela Lei, pode-se destacar a organização contínua e progressiva, compreendendo a educação pré-primária, primária, média, superior, de excepcionais e supletivas.

A obrigatoriedade do ensino primário, bem assim a manutenção do ensino primário pelas emprêsas industriais, comerciais e agrícolas, são considerados dispositivos de magna importância no desenvolvimento da educação no Estado.

Tanto êsses, como outros problemas fundamentais de infra-estrutura, foram postos em relêvo, tendo a execução dos programas obedecido sempre a uma escala de prioridades, levando-se em conta os objetivos da Secretaria da Educação e Cultura e os recursos disponíveis para a execução do Plano, o que atesta de maneira insofismável, o progresso atingido pelo Govêrno no plano educacional.

ENSINO PRIMÁRIO

No ensino primário, onde a rêde de prédios escolares era insuficiente para atender a população escolar na faixa etária de 6 a 14 anos de idade, foi dispensado um tratamento especial, tanto no que se refere à construção de novas escolas como a recuperação das já existentes. O Plano Bienal previa a construção de 480 novas salas de aula. Muito embora não tenha sido atingida totalmente essa meta, foram construídas e equipadas 82 e estão em fase de conclusão 58 salas. Além das construídas foram recuperadas 175 salas que não mais apresentavam condições de funcionamento, aumentando consideràvelmente a capacidade de matrícula e diminuindo, conseqüentemente, o deficit de escolarização no Estado.

No que respeita à evolução da matrícula no ensino primário, pode-se observar que de 1964 para 1966 houve um acréscimo de cêrca de 98%, fato que caracteriza a atuação positiva do Govêrno Revolucionário no Estado do Amazonas.

ENSINO MÉDIO

A atuação do Govêrno no setor educacional não se restringiu apenas a construir e equipar escolas primárias, mas foi muito mais além, atingindo o ensino médio e até mesmo o ensino superior, quando adquiriu um prédio para o funcionamento da Faculdade de Filosofia e recuperou 18 salas de aula.

As metas previstas para a construção de salas de aula para o ensino médio foram tôdas atingidas, com exceção da construção de dois ginásios industriais, cujos recursos foram transferidos para outras obras de mais alta prioridade. Deve-se ainda acrescentar, que outras obras foram executadas sem que constassem do Plano Bienal, tais como a adaptação da Maternidade "Darcy Vargas" para um ginásio com 10 (dez) salas e a recuperação de mais 32 (trinta e duas) salas nos estabelecimentos já existentes. Essas obras, juntamente com outras providências de ordem administra-

tiva, proporcionaram um aumento de matrículas nos estabelecimentos mantidos pelo Estado na ordem de 82% sôbre a matrícula de 1964.

FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO

Muito embora o Plano Bienal não quantificasse nem especificasse os cursos a serem realizados, o Govêrno do Estado, através dos seus órgãos competentes, realizou 12 cursos de treinamento de professores do ensino médio, além de conceder 15 bôlsas de estudos para especialização fora do Estado.

ESTÍMULO E DIFUSÃO CULTURAL E ARTÍSTICA

Neste campo da política educacional, ressalta-se a execução integral de um plano prèviamente traçado e a preocupação da difusão cultural e artística de obras de interêsse social e econômico do Estado do Amazonas. Dêsse modo, foram atingidas as seguintes metas :

I — DISTRIBUIÇÃO DE PRÊMIOS CULTURAIS — como uma prova insofismável de apoio e estímulo à formação cultural do povo amazonense, o Govêrno distribuiu 4 prêmios de Cr$ 500.000 (QUINHENTOS MIL CRUZEIROS) cada um, sendo 2 em 1965 e 2 em 1966, aos trabalhos literários que obtiveram primeira classificação.

II — CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES — com o propósito de aumentar o número de oportunidades de escola à população em idade escolar do Estado, o Govêrno concedeu subvenções econômicas a diversos estabelecimentos escolares particulares, a fim de que pudessem manter o seu funcionamento.

III — DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO — demonstrando o interêsse invulgar de que tôdas as crianças devem ter oportunidade de estudar, procurou o Govêrno auxiliar os estudantes pobres, fornecendo-lhes gratuitamente o material didático necessário.

IV — CONCESSÃO DE BÔLSAS DE ESTUDO — O quadro abaixo demonstra o total de bôlsas de estudos concedidas a estudantes que não possuem condições para prosseguirem seus cursos.

RELAÇÃO NUMÉRICA DOS BOLSISTAS — 1964/65/66

CURSOS	1964	1965	1966
PRIMÁRIO (Manutenção)	—	20	5
ENSINO MÉDIO (Manutenção)	—	93	1.102
ENSINO MÉDIO (Anuidades)	—	600	363
CURSO SUPERIOR (Local)	—	80	281
CURSO SUPERIOR (Fora do Estado)	23	135	203

FONTE: Secretaria da Educação e Cultura.

3. SAÚDE E SANEAMENTO

CONSCIENTE de que a Assistência Médico-hospitalar é um dos mais onerosos encargos da Administração Estadual e conhecedor, também, da grande necessidade de combater as doenças que infestam as populações do Estado, o Govêrno procurou dar condições reais de funcionamento aos diversos setores relacionados à saúde pública, tanto na Capital como no interior do Estado.

O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para o biênio 1965/1966 prevê a ampliação da rêde hospitalar, bem assim a construção e instalação de postos e sub-postos de saúde no interior do Estado. Além disso, sugere a construção de pequenos serviços de abastecimento público de água por meio de poços tubulares ou através do aproveitamento de fontes ou poços rasos. Tôdas essas metas, conforme se verifica nos quadros anexos, foram atingidas. Vale ressaltar que, devido à flexibilidade do plano, algumas obras previstas deixaram de ser executadas, em vista do aparecimento de obras de prioridade mais elevada. Por outro lado, constatadas outras necessidades imediatas, foram realizadas obras não previstas no Plano Bienal, das quais se podem destacar a construção de um hospital de isolamento, construção de um pôsto de puericultura no Município do Careiro, recuperação e ampliação de vários hospitais e postos médicos, instalação de novos serviços assistenciais, distribuição de medicamentos às unidades do interior do Estado e

celebração de convênios para a concessão de subvenções destinadas à complementação da manutenção de unidades hospitalares.

As repercussões dessa política de Saúde e Saneamento são extremamente grandes e difíceis de mensurar, uma vez que se fazem sentir em todos os setores da atividade do Estado.

Para que se tenha uma melhor visualização dos benefícios advindos dessa política, basta verificar o quadro a seguir, que nos mostra o quanto tem melhorado o estado sanitário da população amazonense.

ESTADO DO AMAZONAS

QUADRO COMPARATIVO DO ESTADO SANITÁRIO DA POPULAÇÃO

OCORRÊNCIA : Por 1.000 pessoas

OCORRÊNCIAS	1964	1965	1966
Natalidade	47,0	47,0	47,0
Mortalidade Fetal	28,3	30,9	29,3
Mortalidade Infantil	100,6	84,3	67,0
Mortalidade Geral	13,6	11,4	10,0

FONTE: SECRETARIA DE SAÚDE.

QUADRO III

ESTADO DO AMAZONAS

BALANÇO DO PLANO BIENAL — 1965/1966

SETOR: SAÚDE E SANEAMENTO

SITUAÇÃO EM 31.12.1966

Órgão Executor	Código	DISCRIMINAÇÃO	Unidade	Qtd. Prevista no Plano para o biênio 1965-1966	Executado	Em Execução	A Iniciar
	3.0	**Rêde Hospitalar e Para-Hospitalar no Estado**					
SVOP.	3.0.1	Construção de uma Maternidade em Manacapuru	Obra	1	1	—	—
"	3.0.2	Construção de dois Centros de Saúde na Capital (1)	"	2	1	1	—
"	3.0.3	Construção de oito Postos de Saúde no Interior (2)	"	8	—	—	8
"	3.0.4	Recuperação da Maternidade de Itacoatiara	"	1	1	—	—
	3.1	**Programa Cooperativo de Saúde**					
S.A.S. (Serv. Cooperativo de Saúde)	3.1.1	Celebração de convênio para construção ou reforma de unidades mistas	"	2	2	—	—
—	3.1.2	Celebração de convênio para construção ou reforma de unidades sanitárias (2)	"	11	—	—	—
	3.2	**Programa Cooperativo de Saneamento**					
SESP	3.2.1	Construção de pequenos serviços de abastecimento público de água por meio de poços tubulares em 3 cidades do Interior com população superior a 1.000 habitantes	"	3	2	1	—
—	3.2.2	Construção de pequenos serviços de abastecimento público de água, por meio de aproveitamento de fontes ou poços rasos, em cidades com população entre 500 a 1.000 habitantes, em 14 cidades do Interior (2)	"	14	—	—	—
DNERu	3.2.3	Destino dos dejetos: construção de privadas higiênicas em municípios do Interior num total de 13.000 com pisos de concreto (2)	"	13.000	—	—	13.000
—	3.2.4	Melhoria de habitações em alguns municípios mediante a construção de fogões, filtros de arenito, lavatórios, pias de cozinha e banheiros domiciliares	"	...	—	—	—

FONTE: PLANO BIENAL

SECRETARIA DE SAÚDE.

(1) — Foi construído um Centro de Saúde na Capital e está sendo construído outro em Parintins, ambos vinculados ao IPASEA.

(2) — META ABANDONADA POR MOTIVOS PRIORITÁRIOS (transferência dos recursos para obras mais importantes na Capital).

... Não explícita a quantidade.

QUADRO III — A

ESTADO DO AMAZONAS

METAS NÃO PREVISTAS NO PLANO BIENAL

SETOR: SAÚDE E SANEAMENTO

SITUAÇÃO EM 31.12.66

Órgão Executor	Código	DISCRIMINAÇÃO	Unidade	Executado	Em Execução	A Iniciar
	3.00	Rêde Hospitalar e Para Hospitalar do Estado				
SVOP	3.00.1	Construção de um Hospital de Isolamento	Obra	1	—	—
"	3.00.2	Construção de um Pôsto de Puericultura no Município do Careiro	"	—	1	—
"	3.00.3	Instalação do Pronto Socorro Infantil	"	1	—	—
"	3.00.4	Recuperação do Pôsto Médico do Boulevard	"	1	—	—
"	3.00.5	Recuperação do Departamento Estadual de Maternidade e Infância	"	1	—	—
"	3.00.6	Recuperação do Hospital Getúlio Vargas	"	1	—	—
"	3.00.7	Recuperação da Maternidade Ana Nery	"	1	—	—
"	3.00.8	Recuperação e Ampliação do Hospital Colônia Antônio Aleixo	"	—	1	—
"	3.00.9	Recuperação do Hospital Colônia Eduardo Ribeiro	"	—	1	—
"	3.00.10	Recuperação do Hospital Infantil Dr. Fajardo	"	1	—	—
"	3.00.11	Recuperação do Anexo S.A.S.	"	1	—	—
"	3.00.12	Recuperação do Pôsto Médico de S. Raimundo	"	1	—	—
"	3.00.13	Recuperação do Pôsto de Puericultura de São Jorge	"	1	—	—
"	3.00.14	Recuperação do Pôsto Médico de Santa Luzia	"	1	—	—
"	3.00.15	Recuperação do Pôsto Médico de Educandos	"	1	—	—
	3.01	Programa Cooperativo de Saúde				
S.A.S.	3.01.1	Distribuição de medicamento às unidades sanitárias do Interior	Cr$ 1.000	55.000	—	—
"	3.02	Celebração de convênio para a concessão de subvenção destinada a complementação da manutenção de unidades hospitalares				
"	3.02.1	Maternidade Cunha Melo	Cr$ 1.000	—	30.300	—
"	3.02.2	Maternidade de Borba	Cr$ 1.000	2.000	—	—
"	3.02.3	Maternidade Manacapuru (1)	Cr$ 1.000	7.000	—	—
"	3.02.4	Santa Casa de Misericórdia de Manaus	Cr$ 1.000	—	19.560	—
"	3.03	Assistência Hospitalar				
"	3.03.1	Intensificação das atividades de assistência médico-sanitário-hospitalar ao Interior do Estado em convênio com a Fundação SESP	Cr$ 1.000	—	—	100.000
"	3.03.2	Despesas com o pagamento do pessoal fixo e variável do Hospital Getúlio Vargas	Cr$ 1.000	—	174.700	—
"	3.03.3	Aquisição do equipamento e instalação de máquinas e aparelhos do Serviço de Câncer	Cr$ 1.000	—	76.000	—
	3.04	Programa Cooperativo de Saneamento				
"	3.04.1	Concessão de subvenção para construções de fossas biológicas por parte do DNERu, mediante convênio	Cr$ 1.000	5.000	5.000	—
	3.05	Programa de Abastecimento de Água na Cidade de Manaus: Melhoria dos Serviços existentes				
D.A.E.	3.05.1	Recuperação do sistema atual de captação, compreendendo:				
		— Bombas de Alto Recalque	Bomba	6	—	—
		— Bombas de Baixo Recalque	"	—	3	—
		— Conjugados	—	—	—	2
"	3.05.2	Recuperação das Linhas Adutoras existentes	Km.	2.4	2.4	—
"	3.05.3	Recuperação dos tanques do Reservatório da Castelhana	tanque	2	—	—
"	3.05.4	Recuperação da rêde de distribuição e assentamento de tubos com diâmetro variando entre 150mm, 100mm, 75mm e 50mm	Km.	8.1	—	—
"	3.05.5	Novas ligações	—	680	—	—
	3.06	Construção do nôvo sistema d'água de Manaus				
		— Nova tomada d'água	obra	—	1	—
		— Elevatória	"	—	—	1
		— Adutora	0 Km.	—	—	4.8
		— Reservatórios	obra	—	—	4
		— Estação de tratamento	"	—	—	1
		— Assentamento da Rêde Distribuidora	Km.	—	—	70
		— Sub-Adutoras	Km.	—	—	4.9

FONTES: S.A.S.
S.V.O.P.
Plano de Aplicação do Fundo de Assistência e Saúde — Departamento de Águas e Esgotos.

(1) — Mantida diretamente pelo Estado.

4. ENERGIA ELÉTRICA

A POLÍTICA energética do Estado representa um dos pontos de maior destaque na execução das metas traçadas pelo Plano Bienal do Govêrno para 1965/1966.

Na capital do Estado a execução dêsses serviços está a cargo da Companhia de Eletricidade de Manaus — CEM, que vem atuando de maneira positiva no quadro infra-estrutural da cidade. Possui a CEM uma capacidade instalada de 22.500 Kw e tem condições de ampliar essa capacidade para 30.000 Kw, desde que a situação a exija. Com essa potência a cidade de Manaus está atualmente bem servida, visto que, até a presente data, a ponta de carga máxima alcançada foi de 13.000 Kw.

Nos demais municípios do Estado a eletrificação está sob a responsabilidade das Centrais Elétricas do Amazonas S/A — CELETRAMAZON, que vem realizando uma obra digna de destaque neste setor de infra-estrutura econômica.

A potência instalada no interior do Estado antes da execução do Plano de Eletrificação da CELETRAMAZON era de 500 Kw e, em que pêse as dificuldades iniciais da instalação da Companhia, essa situação hoje se modificou, podendo-se constatar o seguinte :

PROGRAMA DE GERAÇÃO

Instalados	2.500 Kw
Em execução	3.800 Kw

PROGRAMA DE NOVAS RÊDES DE DISTRIBUIÇÃO

Executada	58,4 Km
Em execução	132,4 Km

Deve-se ressaltar que as obras em execução deverão estar terminadas até junho de 1968, sendo que a maioria estará concluída até dezembro de 1967, conforme cronograma anexo.

De acôrdo com o programa de trabalho da CELETRAMAZON, o primeiro município a ser beneficiado foi Parintins, com a instalação de uma usina termo-elétrica de 1.000 Kw, com uma ampliação já em fase de execução, de mais de 500 Kw, cujo término está previsto para junho de 1967. Posteriormente, cumprindo outra etapa de seu cronograma de execução, a emprêsa construiu a Central Elétrica de Itacoatiara com uma potência instalada de 1.510 Kw e com uma ampliação prevista de mais de 825 Kw, cuja conclusão está programada para março de 1967.

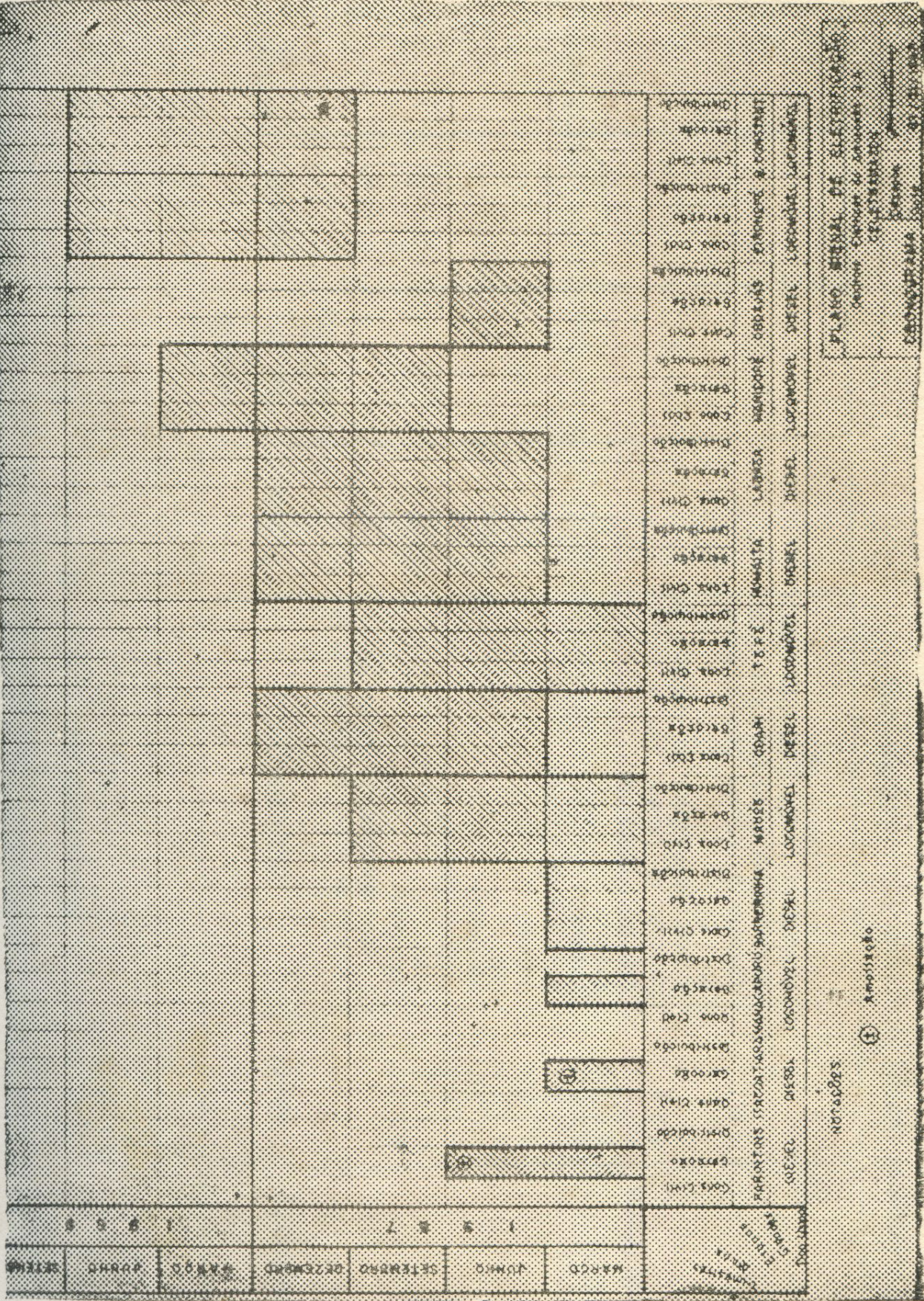
O Plano de Eletrificação da CELETRAMAZON abrange mais os municípios de Coari, Maués, Benjamin Constant, Manacapuru, Barreirinha, Tefé, Manicoré, Codajás, Lábrea, Humaitá e Eirunepé, cujas obras deverão estar concluídas até junho de 1968. Os municípios de Urucará, Santo Antônio do Içá e São Paulo de Olivença, muito embora já estejam com os trabalhos iniciados, a sua conclusão dar-se-á num prazo mais dilatado, em virtude da existência de prioridades mais altas.

Estava previsto no Plano Bienal do Govêrno para ...... 1965/1966 a ampliação das rêdes de distribuição de nove municípios. Essas metas foram, entretanto, reescalonadas num plano de prioridade inferior, em virtude das necessidades atuais estarem sendo perfeitamente supridas com as rêdes existentes.

O plano também previa a execução de estudos para o aproveitamento hidroelétrico da Cachoeira de Ituxi e do aproveitamento termo-elétrico da bacia de linhita existente na região

fronteiriça com o Peru e a Colômbia. Tais estudos, contudo, não foram executados em decorrência da limitação de recursos materiais disponíveis.

A CELETRAMAZON é uma emprêsa de economia mista, atualmente com um capital de Cr$ 5.000.000.000 (CINCO BILHÕES DE CRUZEIROS). Para execução do seu plano de trabalho a emprêsa dispõe além do seu capital próprio, dos seguintes recursos : Fundo Federal de Eletrificação, Fundo Estadual de Eletrificação e verbas do Ministério de Minas e Energia. Em 1965 o montante dêsses recursos somaram a importância de Cr$ 3.007.323.118 (TRÊS BILHÕES, SETE MILHÕES, TREZENTOS E VINTE E TRÊS MIL, CENTO E DEZOITO CRUZEIROS) e em 1966 Cr$ 4.130.971.343 (QUATRO BILHÕES, CENTO E TRINTA MILHÕES, NOVECENTOS E SETENTA E UM MIL, TREZENTOS E QUARENTA E TRÊS CRUZEIROS).

O quadro IV, anexo, expressa quantitativamente as realizações da CELETRAMAZON.

QUADRO IV

ESTADO DO AMAZONAS

BALANÇO DO PLANO BIENAL — 1965/1966

SETOR IV — ENERGIA ELÉTRICA

SITUAÇÃO EM 31.12.66

Órgão Executor	Código	DISCRIMINAÇÃO	Unidades	Quantidade Prevista no Plano para o biênio 1965/1966	Executado	Em Execução (7)	A Iniciar
Divisão Técnica	4.0	**CELETRAMAZON**					
	4.0.1	GERAÇÃO: Instalação de sistemas de geração nos municípios do Interior, a saber:	(1) Sede Municipal	21	2	14	5
	4.0.1.1	Parintins	KWA	1.500	1.000	500	—
	4.0.1.2	Itacoatiara (2)	"	2.250	1.510	825	—
	4.0.1.3	Coari	"	750	—	750	—
	4.0.1.4	Maués (2)	"	450	—	—	375
	4.0.1.5	Benjamim Constant (2)	"	450	—	—	375
	4.0.1.6	Manacapuru	"	375	—	375	—
	4.0.1.7	Barreirinha	"	225	—	225	—
	4.0.1.8	Tefé	"	375	—	—	375
	4.0.1.9	Urucará	"	225	—	225	—
	4.0.1.10	Manicoré	"	375	—	—	375
	4.0.1.11	Codajás	"	225	—	225	—
	4.0.1.12	Santo Antônio do Içá (3)	"	225	—	225	—
	4.0.1.13	Lábrea	"	375	—	—	375
	4.0.1.14	Humaitá	"	225	—	225	—
	4.0.1.15	São Paulo de Olivença (3)	"	225	—	225	225
	4.0.1.16	Eirunepê	"	450	—	—	450
	4.0.1.17	Anori, Borba, Envira, Ipixuna e Tapauá (4)	"	—	—	—	—
Divisão Técnica	4.1	DISTRIBUIÇÃO					
	4.1.1	**SUBPROGRAMAS — RÊDES NOVAS** Execução de rêdes de distribuição em 21 municípios, a saber:	"	21	4	12	5
	4.1.1.1	Parintins	"	...	19,6	—	—
	4.1.1.2	Itacoatiara	"	...	28,70	—	—
	4.1.1.3	Coari	"	...	...	12,25	—
	4.1.1.4	Maués	"	...	...	15,05	—
	4.1.1.5	Benjamin Constant	"	...	...	9,10	—
	4.1.1.6	Manacapuru	"	...	7,70	—	—
	4.1.1.7	Barreirinha	"	...	2,45	—	—
	4.1.1.8	Tefé	"	...	...	9,45	—
	4.1.1.9	Urucará	"	...	...	8,05	—
	4.1.1.10	Manicoré	"	...	...	12,95	—
	4.1.1.11	Codajás	"	...	...	8,05	—
	4.1.1.12	Santo Antônio do Içá	"	...	...	9,10	—
	4.1.1.13	Lábrea	"	...	...	9,10	—
	4.1.1.14	Humaitá	"	...	...	9,10	—
	4.1.1.15	São Paulo de Olivença	"	...	...	11,20	—
	4.1.1.16	Eirunepé	"	...	...	19,25	—
	4.1.1.17	Anori, Borba, Envira Ipixuna e Tapauá (4)	"	—	—	—	—
Divisão Técnica	4.1.2	**SUBPROGRAMA — AMPLIAÇÃO** Execução de rêdes de distribuição em 9 sedes municipais, a saber: (5)	"	9	—	9	9
	4.1.2.1	Itacoatiara	"	...	...	...	...
	4.1.2.2	Coari	"	...	...	...	...
	4.1.2.3	Benjamin Constant	"	...	...	...	...
	4.1.2.4	Manacapuru	"	...	...	...	...
	4.1.2.5	Tefé	"	...	...	...	...
	4.1.2.6	Humaitá	"	...	...	...	...
	4.1.2.7	São Paulo de Olivença	"	...	...	...	...
	4.1.2.8	Eirunepé	"	...	...	...	...
	4.1.2.9	Maués	"	...	...	...	...
Divisão Técnica	4.2	**ESTUDOS E PESQUISAS**					
	4.2.1	Execução de Estudos para o aproveitamento hidroelétrico da cachoeira do Ituxi (6)	—	—	—	—	—
	4.2.2	Execução de estudos para o aproveitamento termoelétrico da bacia de linhito existente na região fronteiriça com o Peru e a Colômbia (6)	—	—	—	—	—

FONTE: — Centrais Elétricas do Amazonas S/A. — CELETRAMAZON.

(1) — Os cinco (5) Municípios cujas obras não foram iniciadas, não estavam incluídos no Plano de Eletrificação da CELETRAMAZON.

(2) — O Plano Bienal escalonou para o Município de Itacoatiara 2.500KVA, mas em revisão efetuada pela Companhia foi reduzido para 2.335KVA, bem como os Municípios de Maués e Benjamin Constant, para 375KVA.

(3) — Santo Antônio do Içá e São Paulo de Olivença sofreram dilatação de prazo em decorrência de não possuírem condições de receber tal investimento.

(4) — Não foram escalonados em virtude de ficarem fora do plano de prioridade da Companhia.

(5) — Fica em plano de prioridade inferior, em virtude dos municípios não haverem atingido o grau de expansão esperado, com o advento da energia elétrica.

(6) — Foram cancelados os estudos, em decorrência do não recebimento da verba prevista para a execução dos serviços.

(7) — As obras em execução serão concluídas de acôrdo com o cronograma de execução anexo.

5. POLÍTICA RODOVIÁRIA

O PLANO BIENAL, a fim de complementar o tradicional sistema fluvial de ligação entre os diversos núcleos existentes no Estado, estabeleceu prioridades para a construção de vários trechos rodoviários. Tais estradas irão se constituir nas principais vias de penetração ao **hinterland** amazônico, e, ao mesmo tempo, exercerão a função pioneira de ocupação do território, paralelamente ao que até hoje tem sido realizado, através da localização às margens dos rios navegáveis de núcleos populacionais.

O caráter pioneiro de penetração e ocupação territorial, que representa a rodovia para a Região Amazônica, por si só justifica a sua construção.

Em conseqüência da abertura dessas rodovias, novas terras, até então desconhecidas, passarão a tomar parte integrante no complexo sócio-econômico da região, seja pelo seu aproveitamento agro-pecuário, seja pelo seu poder de ligação entre núcleos populacionais ainda hoje isolados da capital do Estado, ou ainda como vias de escoamento da produção.

Dessa forma, passamos a enumerar os trabalhos que se processaram neste setor no biênio 1965/1966, que englobará, também, outras atividades não previstas no Plano.

I — METAS PREVISTAS NO PLANO

1 — **Estudos e Projetos** — Sentindo a deficiência reinante em investimentos de capital social básico neste setor de infra-estrutura, o Govêrno do Estado, através da Divisão de Estudos e Projetos do Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas, elaborou um plano de trabalho a fim de que fôsse cumprido o previsto no Plano Bienal. Dessa forma, foram executados 467 km de estradas, dos 793 previstos. No entanto, deve ser ressaltado que os 326 km restantes, deixaram de ser cumpridos, em virtude de uma reformulação no escalonamento prioritário, em função de outras rodovias de maior urgência, não previstas no Plano.

2 — **Construção** — No concernente ao programa de construção de rodovias, foram executados 132,5 km de estradas, dos 285,2 km previstos, como pode ser observado no quadro anexo. A meta não foi integralmente atingida em face do aparecimento de obras de maior sentido econômico para a área.

3 — **Pavimentação** — Da extensão de 201 km previstos para serem executados no período de 1965/1966, sòmente 35 km foram pavimentados, e os 166 km restantes não foram levados a efeito pelo aparecimento de outras obras de mais alta prioridade.

4 — **Conservação** — O Plano previa a conservação de 281 km de estradas. Sòmente 10 km da rodovia Humaitá-Lábrea deixaram de ser conservados, por motivo da transferência de recursos para outras rodovias de maior significação sócio-econômica para o Estado.

5 — **Obras de Artes Especiais** — Foram incluídas no programa de obras para o biênio a construção de duas pontes, que seriam as seguintes :

a) — sôbre o rio Prêto, na rodovia Am-010 Manaus-Itacoatiara, em uma extensão de 50 metros. Esta ponte encontra-se em fase de estaqueamento;

b) — sôbre o rio Ipixuna, na extensão da rodovia Am-280 Humaitá-Lábrea, a qual teria o comprimento de 80 metros.

Em decorrência da maior urgência de outras construções rodoviárias, foram transferidas dotações orçamentárias e fôrça de trabalho para outras áreas, motivo pelo qual não foram realizadas as obras sôbre o rio Ipixuna.

6 — **Terminais de Asfalto** — O Plano previa a conclusão das obras civis do terminal de asfalto com capacidade para 4.000 toneladas, que teve de ser adiada em virtude de reescalonamento das metas previstas no setor.

II — METAS NÃO PREVISTAS NO PLANO

1 — **Estudos e Projetos** — Foram levados a efeito estudos para a construção de rodovias, como a Am-20 Humaitá-Nova Olinda, que se estenderia pelo espaço de 700 km. Esta obra foi descontinuada e os trabalhos iniciais foram incorporados às obras da rodovia Pôrto Velho-Manaus. A construção da rodovia Pôrto Velho-Manaus concorreu para que não fôssem levadas a efeito as obras previstas para a construção das rodovias Am-21 Curari-Mamori e Am-22 Aleixo-Encontro das Águas, as quais seriam estendidas pela extensão de 70 e 25 km, respectivamente.

2 — **Construção** — Foi levado a efeito, dentro do biênio, a construção de um ramal de 1 km de extensão, que ligou o

Bombeamento a São Raimundo. Foi efetivada, ainda, a construção de 166,2 km, como parte da 1.ª abertura da rodovia Am-280/480 Manaus-Pôrto Velho, a qual atingirá a extensão de 198 km.

3 — **Conservação** — Foi realizada a conservação dos 14 km de estrada que liga Manaus-Ponta Negra-Tarumã.

4 — **Melhoramento da Rêde** — Estavam previstos os melhoramentos da rêde rodoviária amazônica num total de 410 km de extensão, que, por motivos já citados em itens anteriores, deixaram de ser realizados dentro do biênio.

Os Quadros seguintes evidenciam a grande atuação do Govêrno no setor rodoviário. Até 1964 haviam sido concluídos no Amazonas 339,8 km de estradas. No biênio 1965/1966 foram construídos 561,58 km.

QUADRO V

ESTADO DO AMAZONAS

BALANÇO DO PLANO BIENAL 1965/1966

SETOR V: RODOVIAS

SITUAÇÃO ATÉ 31.12.66

Órgão Executor	Código	DISCRIMINAÇÃO	Unidade	Quantidade Prevista no Plano para o biênio 1965/1966	Executada	Execução	A Iniciar	Extensão Concluída	Extensão Total da Estrada
D.E.R.	5.0	**ESTUDOS E PROJETOS**							
—"—	5.0.1	AM-010 Manaus-Itacoatiara	Km.	57	57	—	—	286	286
—"—	5.0.2	AM-355 Lábrea-B.Acre	—"—	340	340	—	—	340	340
—"—	5.0.3	AM-360 Camanaus-Uaupés-Fortal	—"—	70	70	—	—	70	70
—"—	5.0.4	AM-260 Tefé-Juruá (1)	—"—	160	—	—	—	—	—
—"—	5.0.5	AM-280 Humaitá-Lábrea (1)	—"—	166	—	—	—	—	222
D.C.O.C.	5.1	**CONSTRUÇÃO**							
—"—	5.1.1	AM-010 Manaus-Itacoatiara	—"—	81	81	—	—	286	286
—"—	5.1.2	AM-070 Manacapuru-Cacau Pirêra	—"—	6	6	—	—	87,6	87,6
—"—	5.1.3	AM-280 Humaitá-Lábrea	—"—	150	38	144	—	76	222
—"—	5.1.4	AM-449 Ramal da AM-010 Puraquequara (1)	—"—	34	—	—	—	—	34
—"—	5.1.5	AM-450 Manaus-Tarumã P.Negra	—"—	9,7	9,7	—	—	14,5	14,5
—"—	5.1.6	AM-260 Tefé-Juruá (1)	—"—	4,5	—	—	—	—	200
D.P.	5.2	**PAVIMENTAÇÃO**							
—"—	5.2.1	AM-010 Manaus-Itacoatiara	—"—	18	—	18	—	286	286
—"—	5.2.2	AM-010 Manaus-Itacoatiara (2)	—"—	17	—	17	—	—	286
		AM-280 Humaitá-Lábrea (Estudos de Tipo de Pavimentação) (1)	—"—	166	—	—	—	76	222
D.C.M.	5.3	**CONSERVAÇÃO**							
—"—	5.3.1	AM-010 Manaus-Itacoatiara	—"—	205	205	—	—	286	286
—"—	5.3.2	AM-070 Manacapuru-Cacau Pirêra	—"—	26	26	—	—	87,6	87,6
—"—	5.3.3	AM-280 Humaitá-Lábrea	—"—	50	40	—	—	76	222
D.O.A.E.	5.4	**OBRAS DE ARTE ESPECIAIS**							
—"—	5.4.1	AM-010 Ponte sôbre o Rio Prêto (50 metros) (3).	Obra	1	—	—	—	—	286
—"—	5.4.2	AM-280 Ponte sôbre o Rio Ipixuna (80 metros) (1)	—"—	1	—	—	—	—	222
D.C.M.	5.5	**TERMINAIS DE ASFALTO**							
—"—	5.5.1	Conclusão de terminal (capacidade para 4.000 ton.) (4)	—"—	1	—	—	—	—	—

FONTE: Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas

OBS. (1) Obras abandonadas por motivos prioritários em função das Rodovias: AM-010, AM-070, AM-280/480.

(2) Obra iniciada em 1.º de outubro de 66, em virtude de ter sido retardada pelos trâmites burocráticos: Concorrência e Registro do Contrato Vencedor.

(3) Obra na fase de estaqueamento.

(4) Obra paralisada em virtude de transferência de verba para obra de maior prioridade.

QUADRO V-A

ESTADO DO AMAZONAS

OBRAS NÃO PREVISTAS NO PLANO BIENAL

SETOR V: RODOVIAS

SITUAÇÃO ATÉ 31.12.66

Órgão Executor	Código	DISCRIMINAÇÃO	Unidade	A Executar	Execução	Executada	Extensão Total da Estrada
D.E.R.	5.0.0	**ESTUDOS E PROJETOS**					
—"—	5.0.01	AM-20 Humaitá-Nova Olinda	Km.	700 (1)	—	—	700
—"—	5.0.02	AM-21 Curari-Morari	—"—	70 (1)	—	—	70
—"—	5.0.03	AM-22 Aleixo-Enc. das Águas	—"—	25 (1)	—	—	25
D.C.O.C.	5.01	**CONSTRUÇÃO**					
—"—	5.01.1	AM- Bombeamento-São Raimundo	—"—	—	—	2	—
—"—	5.01.2	AM-280/480 Manaus-Pôrto Velho	—"—	198 (2)	—	24,5	844
—"—	5.01.3	AM-070 Manacapuru-Cacau Pirêra	—"—	—	—	59,6	87,6
D.P.	5.02	**PAVIMENTAÇÃO**					
—"—	5.02.1	AM-010 Manaus-Itacoatiara	—"—	—	40 (3)	—	286
—"—	5.02.2	AM-450 Manaus-Tarumã-Ponta Negra	—"—	—	10 (3)	—	29
D.C.M.	5.03	**CONSERVAÇÃO**					
—"—	5.03.1	AM-450 Manaus-Tarumã-Ponta Negra	—"—	—	—	14	14
D.C.M.	5.04	**MELHORAMENTO DE RÊDE**					
—"—	5.04.1	AM-010 Manaus-Itacoatiara	—"—	286	—	—	286
—"—	5.04.2	AM-070 Manacapuru-Cacau Pirêra	—"—	45	—	—	87,6
—"—	5.04.3	AM-280 Humaitá-Lábrea	—"—	50	—	—	216,6
—"—	5.04.4	AM-450 Manaus-Tarumã-Ponta Negra	—"—	29	—	—	29

FONTE: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Amazonas.

OBS.: (1) Obras Extintas e Integralizadas na Rodovia Pôrto Velho-Manaus em virtude da viabilidade da distância.

(2) Quantidade prevista para construção da 1.ª abertura.

(3) Obras a serem concluídas em janeiro de 1967.

6. DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

O PLANO BIENAL, sob o título Fomento Agropecuário e Extrativo, mostra como foi delineada a ação do Govêrno nesse setor da economia do Estado.

O Plano refere-se à Atividade Extrativa Mineral ; ao Extrativismo Vegetal, destacando-se a Borracha e o Guaraná ; à lavoura de subsistência e de exportação, destacando-se a juticultura ; produção animal ; pesca e piscicultura.

Grande parte das decisões em favor da concretização do Plano, nesse setor, dependeram de ações do Govêrno Federal. A parte que coube ao Estado, foi limitada pelos modestos recursos da que dispunha para tão grande finalidade. Assim, a ação do Govêrno se fêz sentir benèficamente nas áreas subordinadas à Secretaria de Produção, podendo-se destacar as seguintes realizações :

1 — **EDIFÍCIO SEDE** — encontra-se em fase de execução a construção do edifício-sede da Secretaria de Produção, composto de 4 pavilhões interligados, com capacidade para comportar os serviços técnicos e burocráticos, serviço de laboratório, oficinas para máquinas e veículos, biblioteca, apartamentos para estagiários e visitantes, etc., numa área de cêrca de 10 hectares, onde funcionarão, também, um campo experimental e instalações para piscicultura.

2 — **EQUIPAMENTOS** — uma das constantes preocupações do Govêrno foi equipar a Secretaria de Produção de modo a atender as urgentes necessidades do setor agrícola do Estado. Graças a êsse esfôrço, hoje a Secretaria está razoàvelmente equipada, possuindo os seguintes equipamentos :

1 carro-prancha para 30 toneladas, marca Scania Vabis M-76, ano 1965 ;
1 moto-niveladora-Caterpillar ;
4 tratores Caterpillar de esteira ;
1 trator de esteira, D-6 Internacional ;
1 trator Alis Chalmers, de esteira ;
2 tratores de rodas ;
4 grades ; .
5 arados ;
1 Aero-Willys — automóvel ;
4 camionetas rural Willys ;
2 pick-up ;
4 jeeps ;
1 caminhão Internacional a óleo diesel ;
1 " " a gasolina ;
2 caminhões Internacional Ford F.600.

3 — **Transporte fluvial** — em que pesem os esforços despendidos, quase nada foi conseguido realizar nesse setor. Entretanto, há planos para melhorar as condições e funcionamento do transporte fluvial no Estado.

4 — **Postos de Revenda** — com a finalidade de atender aos agricultores do interior, foram instalados postos de revenda nos seguintes municípios : Itacoatiara, Autazes, Manacapuru, Santo Antônio do Içá e Parintins. Ressalte-se que pela primeira vez, na história do Amazonas, o Govêrno comparece ao interior do Estado

para entregar aos agricultores, por preço de custo, as ferramentas que lhe são necessárias.

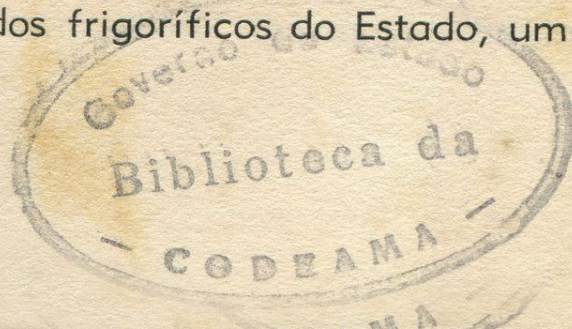
5 — **Campo de Experimentação** — como peça fundamental para o desenvolvimento do setor agrícola do Estado, foi recuperado e ampliado o Campo Experimental "Angelino Bevilaqua", situado no Km 14 da estrada "Torquato Tapajós".

Funcionará nesse campo, um grande aviário, para fornecimento de pintos, bem como serão ali preparadas áreas de pastos para ensaio.

6 — **Defesa Sanitária Animal** — foi recuperado o prédio onde funcionou um antigo posto da ALIMENTAMAZON e instalado o Pôsto de Defesa Animal com equipamentos adequados, possuindo vacinadores e medicamentos, tanto para os serviços de defesa sanitária dos rebanhos como para vacinação humana, anti-rábica e anti-tetânica.

7 — **Desenvolvimento pecuário** — êsse campo de atuação é da mais alta significação para o desenvolvimento econômico da Amazônia e assim encarando foi que o Govêrno dedicou especial atenção nesse setor. Primeiramente importou cem matrizes de gado selecionadas, de raça "Gir". Depois, através da Secretaria de Produção se propôs a facilitar o trabalho dos fazendeiros de Goiás e de Minas Gerais interessados em vender reprodutores e matrizes aos criadores do Amazonas.

Cêrca de 1.500 animais foram recebidos no Estado como resultado dessa providência.

8 — **Pesca** — sentindo a necessidade da formação de uma infra-estrutura no Estado, foi considerada em plano prioritário, na área da Secretaria de Produção, a restauração dos frigoríficos do Estado, um dos quais —

o F-2, — se destina, especìficamente, à produção de gêlo para pescadores e à guarda do pescado que não foi imediatamente vendido. Esta unidade será desmontada e reinstalada à margem do rio Negro, em prédio a ser construído nas proximidades da Olaria do Estado, em virtude de graves defeitos na estrutura de concreto do prédio onde está localizado.

A outra unidade denominada de F-1, foi posta em funcionamento, tendo recebido razoável quantidade de carne, peixe e outros produtos de origem animal e vegetal perecíveis.

9 — **Juta, Guaraná e Borracha** — muito embora o Govêrno não tenha podido empenhar-se na tarefa intransferível de introduzir novas técnicas nos métodos que condicionam e limitam a produção agropecuária do Estado, o que se conseguirá quando estiver em pleno funcionamento tôdas as obras projetadas da Secretaria de Produção, entretanto, providências de alto alcance e de efeitos imediatos foram levadas a efeito. O Govêrno, tendo a colaboração do Banco do Estado, do Banco do Brasil, das organizações fabris e exportadoras do ramo, e dos organismos federais operando no Estado, dentre os quais devem ser destacados o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA) e a Delegacia Federal da Agricultura, conseguiu para fornecimento aos juticultores a preço de cooperação, aproximadamente 130 toneladas de sementes de juta.

Outros estudos foram feitos pela CODEAMA no que se refere à produtividade, selecionamento de sementes e mecanização da cultura da juta. Para a safra de 1967, medidas mais agressivas foram tomadas pelas entidades públicas e privadas, incluindo o apoio irrestrito do Ministério da Agricultura, sendo possível a contratação de 150 toneladas de sementes para serem distribuídas aos juticultores amazonenses.

Por sua vez, uma nova política está sendo levada a efeito com relação ao guaraná, tendo como metas principais a ampliação dos mercados consumidores no país e no exterior, e o aperfeiçoamento de sua cultura, através de processos de seleção individual e de genética que estão sendo conduzidos pela Secretaria de Produção, no município de Manaus e pelos órgãos federais do município de Maués.

No que se refere à borracha, o Govêrno estêve sempre atento às repercussões que porventura resultassem da adoção de uma nova política econômica adotada pelo Govêrno Federal, a fim de evitar os impactos desfavoráveis sôbre a economia dêsse produto, ainda hoje de grande relevância na economia do Estado.

Deve-se acrescentar que o Banco da Amazônia S/A. e a CODEAMA, num esfôrço conjunto, estão estudando um plano de racionalização de extração da borracha para a Amazônia, com a finalidade de aumentar a produtividade, e proporcionar melhores condições de trabalho ao seringueiro.

Para auxiliar o cumprimento desta política, o Govêrno voltou suas vistas para o BEA, como se pode verificar pelo aumento de seu capital que estava previsto para Cr$ 1.500 milhões no biênio 1965-1966. Essas alterações extra Plano são as seguintes: elevação para Cr$ 3 bilhões (em execução) e para Cr$ 5 bilhões a ser iniciado em março próximo.

Tal como previsto no Plano, o Banco do Estado do Amazonas S/A., conjuntamente com a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas — CODEAMA, foram os instrumentos de execução da política econômico-financeira do Govêrno Estadual. Na qualidade de agente financeiro do Govêrno, gerindo recursos próprios e depósitos de podêres públicos, o BEA promoveu o seu desenvolvimento expansionista, ampliando sua rêde de agências e o volume de suas operações.

Dentro das diretrizes propostas pelo Plano Bienal, o BEA partiu para aplicações através de sua Carteira Agropecuária-In-

dustrial — AGRINPEC, limitadas aos recursos oriundos do Fundo de Planejamento e Estudos Econômicos.

Ainda através de sua Carteira Especializada — AGRINPEC, o BEA se empenhou no estímulo à pecuária no Estado, uma vez que ela se afigura como atividade altamente promissora para a economia amazonense.

Visando angariar recursos mais significativos para o cumprimento de sua política de industrialização, foram mantidos entendimentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE, e dêstes encontros resultou o credenciamento do BEA como Agente Financeiro para operações de repasse de créditos oriundos dos Acôrdos do Trigo e do FIPEME — Financiamento à Pequena e Média Emprêsas, assim como de recursos constantes das linhas operacionais do FINAME — Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais.

Recomendou o Plano Bienal a abertura de agências nas cidades de Bôca do Acre, Maués, Benjamin Constant e Manacapuru. Foram efetuadas as aberturas nas duas primeiras, em 15.9.65 e 22.1.66, respectivamente, estando a última, Maués, pronta para sua inauguração. Os trabalhos para a instalação da filial de Benjamin Constant já se encontram prestes a serem iniciados, e extra Plano, figura no programa do BEA a instalação, no corrente ano, de sua filial na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

7. PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

NO CAMPO da Previdência e Assistência Social, nada foi previsto no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para o biênio 1965/1966. No entanto, o Govêrno do Estado realizou admirável trabalho no que se refere a êste setor.

Criou através da Lei n.º 201, de 3 de maio de 1965, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas — IPASEA, com a finalidade de realizar o seguro social do servidor do Estado, bem como a cooperação na solução de problemas de assistência que lhe sejam referentes. Além das atividades mencionadas, tem o Instituto, como objetivo, o financiamento para aquisição de casas, empréstimos e outras formas de assistência.

Durante o período de maio de 1965 a dezembro de 1966, o IPASEA executou obras vultosas, tanto na capital como no interior do Estado.

O quadro anexo evidencia a atuação positiva do Govêrno no que se refere à Previdência e Assistência Social proporcionada aos servidores do Estado. Além do que foi realizado, outras obras estão sendo programadas para 1967, que deverão atingir outras áreas ainda desassistidas, principalmente o **hinterland** amazonense.

Os recursos de que dispõe o Instituto para a realização do Plano de Trabalho são oriundos das contribuições dos próprios

associados, do Estado e de convênios realizados com entidades nacionais e estrangeiras.

DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL

A Divisão de Serviço Social manteve o propósito de executar uma assistência prática e eficaz. Buscou através da triagem e pesquisas, o conhecimento das dificuldades mais comuns para uma boa ordem de trabalho. Assim procurou prestar ao povo, não apenas uma assistência social, mas um Serviço Social que resolvesse problemas daqueles que necessitassem.

Trabalhos de vultos foram realizados no setor de Serviço Social, destacando-se os seguintes :

I — Assistência completa aos moradores da extinta Cidade Flutuante, o que representava um cancro social, espécie de favela sôbre toras de madeira, onde infecta e promìscuamente viviam cêrca de duas mil famílias. O Govêrno, através do Serviço Social, fêz a localização dessas famílias no conjunto das casas populares do Bairro da Raiz, depois de feito um criterioso estudo, sôbre situação econômica, profissional, número de pessoas que compunham as famílias, etc.

II — **Material para construção ou recuperação da casa própria.** — Com a finalidade de ajudar aquêles que possuíam recursos minguados, foram concedidos vários empréstimos para a construção ou recuperação da casa própria, cujo pagamento será feito em prestações mensais, por um prazo de 10 meses, sem acréscimo de juros.

Igualmente, madeira usada das construções do Estado foram doadas como auxílio a necessitados.

III — **Auxílios Diversos** — Muitos outros auxílios foram prestados a pessoas que não dispunham de recursos

financeiros: internamento hospitalar, concessão de passagens aéreas e marítimas, internamentos em Colégios, material escolar, bôlsas de estudo, doação de gêneros alimentícios, requisições médicas, etc..

IV — **Instituto "Maria Madalena"** — Êsse Instituto não apresentava as mínimas condições para o seu funcionamento. Vivia num completo abandono. O Poder Executivo, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, realizou uma reforma completa no prédio, equipou-o com o material necessário e firmou um convênio com o Poder Judiciário a fim de que a administração daquele Instituto fôsse confiada ao Serviço Social da Casa Civil do Gabinete do Governador do Estado.

Hoje, o Instituto "Maria Madalena" não só promove o ajustamento social de menores (mulheres), como também, dá uma educação básica, mantém cursos de Auxiliares Domésticas, de Artes Industriais, além das atividades esportivas e sociais promovidas regularmente para as menores.

Funciona em regime de internato e semi-internato, êste para aquelas menores que possuem lar, feito o devido entrosamento com a família no sentido de conscientização de suas responsabilidades para com os dependentes.

V — **Colônia Agro-Escolar "Melo Matos"** — De igual modo, foi recuperado e ampliado, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, o prédio onde funcionava o antigo "Abrigo Rural Melo Mattos", hoje com um nôvo nome e com outras condições para o funcionamento. Funciona também em regime de internato e semi-internato, tendo sido matriculados 162 alunos, dos quais 87 eram internos e 75 semi-internos.

"Melo Mattos" deixou de ser realmente um Abrigo Rural, para hoje, ser uma Escola onde se corrigem os delinqüentes e onde são instruídos para uma nova vida.

Há um serviço médico funcionando que atende aos menores (homem) que ali são matriculados.

Deve-se ressaltar, que além de ler e escrever, os menores também dedicam-se a atividades agrícolas, orientados pelas suas professôras.

QUADRO VII

ESTADO DO AMAZONAS

METAS NÃO PREVISTAS NO PLANO BIENAL

Setor VII : PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Situação em 31.12.66

Órgão Executor	Código	DISCRIMINAÇÃO	Unidade	Executado	Em Execução	A Iniciar
S.V.O.P	7.0	**PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**				
—"—	7.0.1	Reforma, aquisição e equipamento do prédio no qual funciona a séde do IPASEA	Obra	1	—	—
—"—	7.0.2	Instalação do Centro de Saúde e compra de seu equipamento necessário; constitui-se esta unidade das seguintes clínicas: Médica, Cardiológica, Ginecológica, Pneumatológica, Obstétrica, Pediátrica, Odontológica, Oto-rino-Laringológica, Sala de Fisioterapia, Sala de Prótese e Laboratório ...	Obra	1	—	—
—"—	7.0.3	Ampliação do Centro de Saúde — equipamento e instalações; constitui-se esta nova unidade de Laboratório de Anatomia Patológica, Clínica Oftalmológica, Clínica Radiológica-abreugráfica, Drogaria, Metabolismo Basal, Oto-rino-Laringológica	Obra	1	—	—
—"—	7.0.4	Construção da séde da Representação do IPASEA em Parintins	Obra	—	—	1
—"—	7.0.5	Construção de residências para médicos, dentistas, diretor de administração e representante, em Parintins	Obra	—	2	1
—"—	7.0.6	Hospital de Pronto Socorro dos Servidores do Estado do Amazonas, com sessenta (60) leitos; equipamentos e instalações	Obra	1	—	—
—"—	7.0.7	Hospital dos Servidores do Estado, através de convênio com o Ministério da Saúde	Obra	—	1	—
—"—	7.0.8	Construção de dois hospitais nas cidades de Eirunepé e Lábrea completamente equipados através do Ministério da Saúde, mediante convênio, com cinqüenta (50) leitos	Obra	—	2	—

FONTE: I.P.A.S.E.A.

8. JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

O PLANO BIENAL para êsse setor apenas estabeleceu propósitos de articular providências. No entanto, algumas obras foram realizadas no período 1965/1966.

Essas obras dizem respeito à construção e recuperação de prédios de vários órgãos subordinados à Secretaria do Interior e Justiça.

Merecem destaque as providências de ordem administrativa tomadas pelo Govêrno, que, juntamente com as obras acima mencionadas, proporcionaram condições mais adequadas ao funcionamento dos serviços de Justiça e Segurança Pública.

Ressaltam-se, ainda, as providências adotadas para a melhoria do trânsito na capital do Estado, assim como em algumas cidades do Interior, das quais as principais são as seguintes :

1 — reformulação do Serviço de Trânsito na Capital, com sinalização das ruas com tinta, placas e instalações de semáforos, nos principais pontos da cidade, inclusive em alguns bairros;

2 — organização do Tráfego e serviço de emplacamento nas cidades de Parintins e Itacoatiara, bem como expedição de Carteiras Nacionais de Habilitação;

3 — a vinda de um Engenheiro de Tráfego, Dr. Jair Horta, para testar o serviço já executado e fazer novos levantamentos para outros pontos a serem sinalizados em 1967.

No setor de policiamento foram adotadas, entre outras, as seguintes medidas :

1 — celebração de um convênio com o Departamento Federal de Segurança Pública para a remodelação do Gabinete de Identificação Criminal nos moldes dos grandes centros policiais;

2 — celebração de um convênio com a Faculdade de Medicina da Universidade do Amazonas, para que as autópsias e necrópsias sejam feitas no Confiteatro de Anatomia da referida escola, colaborando assim com o setor educacional superior;

3 — reaparelhamento interno do Instituto Médico-Legal, com todo o material cirúrgico exigido pelo serviço;

4 — reforma do prédio para melhor adaptação dos setores administrativos;

5 — elaboração do Regimento Interno disciplinando as atribuições de todos os setores do D.S.P.

Teve o Govêrno a preocupação de dar uma assistência mais efetiva à Corporação da Polícia Militar do Estado, capacitando-a de acôrdo com os padrões de eficiência que norteiam as fôrças policiais dos Estados. Seguindo essa orientação destacam-se, entre outras, as seguintes realizações :

1 — aquisição de uniforme e equipamentos para a Corporação;

2 — equiparação dos proventos do pessoal da inatividade aos vencimentos do pessoal ativo, atendendo dessa

forma, um pleito que fôra tantas vêzes formulado aos administradores do passado;

3 — criou o Centro de Instrução Militar (CIM), onde funciona normalmente o curso preparatório para os postos de sargentos e cabos, que há muito tempo estava paralisado. Êsse Centro se encontra instalado no quartel do extinto Piquete de Cavalaria, hoje totalmente recuperado;

4 — seguindo a orientação do Comando da Polícia Militar do Estado e tendo em vista o atendimento das suas principais finalidades, foram criadas na Corporação as seguintes organizações :

I — Pelotão de Choque
II — Companhia de Trânsito
III — Companhia de Policiamento Ostensivo
IV — Companhia de Destacamento.

5 — foram revistos e atualizados os seguintes regulamentos e códigos :

a) Regulamento de Uniforme, a ser aprovado;
b) Regulamento sôbre a criação de três (3) medalhas condecorativas, a ser aprovado;
c) Estatuto do pessoal da Polícia Militar, a ser aprovado;
d) Quadro de Organização do efetivo para 1967;
e) Código de Vencimentos do pessoal da Polícia Militar do Estado, já aprovado e em plena vigência.

6 — encontra-se em plena execução a construção do nôvo quartel da Polícia Militar do Estado, a cargo da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

9. TELECOMUNICAÇÕES

SENTINDO as deficiências reinantes nesse setor infra-estrutural, que é indispensável à vida econômica do Estado, o atual Govêrno, no seu Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para o biênio 1965/1966, traçou as diretrizes necessárias para a sua ação. Esta se faz sentir através da Companhia Amazonense de Telecomunicações (CAMTEL), emprêsa de economia mista criada pela Lei Estadual n.° 182, de 27.3.65.

A área de ação da CAMTEL vai desde a capital do Estado aos Municípios de maior importância econômica: Itacoatiara, Parintins, Manacapuru, Coari, Maués, Borba, Manicoré, Bôca do Acre e Benjamin Constant.

Na capital seu objetivo diz respeito à instalação de um sistema moderno e eficiente de telefonia automática, que deverá entrar em funcionamento até maio de 1967, com capacidade inicial de 6.000 linhas. O sistema planejado para a capital, permite uma expansão rápida para 10.000 linhas e, em fase posterior, poderá se desenvolver até 20.000.

No interior, o seu objetivo é dotar os Municípios acima mencionados de um sistema básico de radiotelefonia, através de rêdes VHF/UHF, que operarão em freqüência da ordem de 300 MHS e com uma rêde operando em HF (SSB) em duplex.

Os recursos que a CAMTEL dispõe são oriundos do seu capital social subscrito, que está sendo integralizado em 27

meses, e o financiamento do Govêrno do Estado, de numerário proveniente das facilidades oferecidas pela Lei Federal n.º 4.452, de 5.11.64, para aplicação de até 10% da quota destinada pelo Fundo Rodoviário Nacional, em instalações de telecomunicações de Estados com as características do nosso.

O quadro anexo, referente ao Balanço do Plano Bienal dêsse setor, diz respeito sòmente ao programa que a CAMTEL se propõe a realizar até 1967. Os Municípios de Maués, Borba, Manicoré, Bôca do Acre e Benjamin Constant, que figuram no plano de ação, serão atendidos em 1968.

QUADRO IX

ESTADO DO AMAZONAS

BALANÇO DO PLANO BIENAL — 1965/1966

Setor IX : TELECOMUNICAÇÕES

Situação em 31.12.66

Órgão Executor	Código	DISCRIMINAÇÃO	Unidade	Qtd. prevista para o biênio 1965-1966	Executada	Em Execução	A Iniciar
CAMTEL	9.0	**TELECOMUNICAÇÕES**					
—"—	9.0.1	Obras civis dos prédios das Centrais Telefônicas: Municípios	Obra	5 Municípios	Coari, Itacoatiara, Parintins e Manacapuru	Manaus	—
—"—	9.0.2	Terminais Urbanos: Instalação inicial na Cidade de Manaus	Terminais	6.240	60%	40%	—
—"—	9.0.3	Instalação dos Equipamentos de Interurbanos	Obra	5 Municípios	85%	15%	—
—"—	9.0.4	Rêde Externa Urbana de Cabos:					
		— Capacidade em pares	Pares	10.200	—	—	10.200
		— Rêde de dutos subterrânea	Metro	3.000m	100%	—	—
		— Rêde aérea de cabos	Metro	18.000m	25%	75%	—
—"—	9.0.5	Montagem das Tôrres das Antenas de UHF	Obra	5 Municípios	Manaus, Itacoatiara e Coari	Manacapuru e Parintins	—

FONTE: CAMTEL.

10. HABITAÇÃO

DENTRO dos grandes objetivos do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para o biênio 1965/1966, inseriu-se a política habitacional, que visa estimular a construção de moradias próprias, destinadas a abrigar classes menos favorecidas.

O problema habitacional mais se fazia sentir na capital do Estado, através da Cidade Flutuante, que se localizava nas proximidades do pôrto de Manaus, ou seja, na entrada da cidade. Levantamentos efetuados, revelaram a existência de cêrca de 2.500 casas flutuantes. Essas habitações não apresentavam as mínimas condições de confôrto e higiene aos seus usuários, além de constituírem um grave problema de ordem social.

Sentindo a necessidade de resolver êsse difícil problema, o Govêrno Revolucionário extinguiu a cidade flutuante e, ao mesmo tempo, elaborou um programa de construção de 2.000 casas populares, a cargo da Secretaria de Viação e Obras Públicas, das quais concluiu 130 unidades.

No que diz respeito à construção de casas da Cidade "Barão de Mauá", a serem edificadas às margens da Rodovia "Torquato Tapajós", o programa ainda não foi levado avante, em vista da necessidade de maiores estudos preliminares.

Paralelamente a êsse programa delineado pelo Govêrno, surgiu a Companhia de Habitação do Amazonas (COHAB-Am),

à qual o Plano apenas faz referências, a fim de levar a cabo projetos de maior amplitude.

A COHAB-Am, constituída em 21.8.65, iniciou suas operações em 26.10.65, com um capital da ordem de Cr$ .... 100.000.000, integralizado pelo Estado e por particulares. Atualmente seu capital se eleva a Cr$ 500.000.000.

A COHAB-Am já elaborou dois projetos, um dos quais em execução, que compreende a construção de 866 casas populares, localizadas no Bairro de Flôres, em Manaus. Dêsse projeto, que conta com recursos provenientes do Banco Nacional de Habitação, já concluiu 146 unidades e tem em execução 160.

O segundo projeto refere-se à construção de 1.400 casas populares, no bairro Parque 10 de Novembro, em Manaus. Para essa empreitada, a COHAB-Am contará com recursos do Estado, da Prefeitura de Manaus e do Banco Nacional de Habitação.

Os Quadros anexos, quantificam as realizações do atual Govêrno no setor habitacional.

QUADRO X

ESTADO DO AMAZONAS

BALANÇO DO PLANO BIENAL — 1965/1966

Setor X: HABITAÇÃO

Situação em 31.12.66

Órgão Executor	Código	DISCRIMINAÇÃO	Unidade	Qtd. prevista no Plano para o biênio 1965/1966	Executada	Em Execução	A Iniciar
	10.0	**HABITAÇÃO**					
S.V.O.P.	10.0.1	Construção de 2.000 casas populares para os habitantes da Cidade Flutuante	casa	2.000	130	2	1.868
	10.0.2	Construção da Cidade Barão de Mauá com casas	casa	...	—	—	—

FONTE: PLANO BIENAL
S.V.O.P.
... **NÃO** EXPLÍCITA A QUANTIDADE.

QUADRO X-A

ESTADO DO AMAZONAS

METAS NÃO PREVISTAS NO PLANO BIENAL

Setor X: HABITAÇÃO

Situação em 31.12.66

Órgão Executor	Código	DISCRIMINAÇÃO	Unidade	Qtd. prevista no Plano para o biênio 1965/1966	Executada	Em Execução	A Iniciar
	10.0.0	**HABITAÇÃO**					
COHAB-Am	10.0.0.1	Construção de 866 casas populares (Conjunto Residencial de Flôres), com recursos do BNH	casa	866	146	160	560
COHAB-Am	10.0.0.2	Projeto para construção de 1.400 casas populares (Conjunto Residencial do Parque 10 de Novembro) com recursos do BNH, Estado do Amazonas e Prefeitura de Manaus (1)	casa	1.400	—	—	—

FONTE: COHAB-Am.

(1) — Existe apenas o Projeto.

11. FINANÇAS PÚBLICAS

PROCURANDO atingir os grandes objetivos traçados pelo Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para o biênio 1965/1966, o Govêrno adotou uma política financeira que visou, acima de tudo, um melhor aproveitamento dos recursos estaduais. Os gastos de custeios foram disciplinados de modo que reduzissem os **deficits** orçamentários e fortalecessem a capacidade de poupança do Estado. E' bem verdade que a redução de **deficits** orçamentários do Estado foi difícil e por vêzes até impossível, diante das metas que se pretendeu alcançar. Dêsse modo, será possível analisar as obras que foram realizadas e os recursos que o Estado dispunha para tais objetivos.

RECEITA : Em 1964 foi prevista uma receita de Cr$ .... 4.529.825.000. Com o advento da Revolução de 31 de março, e depois de corrigidas as distorções verificadas nas previsões orçamentárias, a arrecadação do Estado atingiu a Cr$ .... 12.019.514.000.

Em 1965, já em plena execução do Plano, foi prevista uma receita de Cr$ 34.485.326, cuja arrecadação efetiva atingiu 37.080.695. Em 1966, tendo em vista o aumento crescente do giro comercial e os efeitos inflacionários que não se podia deixar de considerar, foi a receita estadual estimada em Cr$ ...... 61.437.030. A arrecadação, entretanto, começou a se estabilizar e até mesmo cair, a partir do momento em que a política monetária do Govêrno Federal restringiu o crédito, diminuindo dessa

forma o volume das transações comerciais no Estado e, como conseqüência natural, a arrecadação não alcançou as previsões orçamentárias.

DESPESA : Conforme se pode verificar nos Quadros seguintes, a despesa realizada em 1964 foi a da ordem de Cr$ .... 9.145.949, deixando o movimento financeiro dêsse ano um **superavit** de Cr$ 2.873.565.

No biênio de 1965/1966, com a execução do Plano do Govêrno e com a realização de muitas outras obras que pelas suas repercussões se tornaram inadiáveis, alteraram-se, como era de se esperar, a composição da despesa do Estado, aparecendo **deficits.** Essa situação ainda se agravou mais em 1966, quando houve uma queda na arrecadação prevista da ordem de Cr$ 11.000.000.

Em que pesem as dificuldades acima apontadas, as obras programadas foram executadas, outras ainda estão em execução e, o mais importante, é que a máquina administrativa estatal não sofreu solução de continuidade.

Vale ressaltar que, durante a execução do Plano do Govêrno, nenhuma alteração foi feita na Legislação Tributária do Estado e sòmente a partir de 1.° de janeiro de 1967, que entrou em vigor a Reforma Tributária do Estado, tendo em vista o que prefeitua a Emenda Constitucional n.° 18, de 1.12.65.

Do ponto de vista financeiro, vale ainda ressaltar a utilização, por parte do Govêrno, de uma política fiscal desenvolvimentista, que se traduziu nos incentivos fiscais estaduais. Essas leis estimuladoras da atividade econômica, resultantes da aplicação das modernas técnicas fiscais, ou estatuíram isenções tributárias para certas atividades econômicas, ou reduziram as alíquotas incidentes sôbre determinados produtos. Os frutos dessa política cedo se fizeram sentir e a exportação de certos produtos extrativos sofreu notável incremento, como reflexo da diminuição do contrabando intra-regional.

QUADRO XI

ESTADO DO AMAZONAS

EVOLUÇÃO DA RECEITA GERAL

(1964 - 1966)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR: Cr$ 1.000					
	1964		1965		1966	
	Prevista	Arrecadada	Prevista	Arrecadada	Prevista	Arrecadada
Receitas Correntes	4.525.525	12.005.833	25.294.326	23.396.242	38.123.030	27.951.844
Receita de Capital	4.300	13.681	9.181.000	13.684.453	23.314.000	24.380.971
TOTAL	4.529.825	12.019.514	34.475.326	37.080.695	61.437.030	52.332.815

FONTES: Secretaria de Fazenda, DER-Am., CELETRAMAZON.

QUADRO XI-A

ESTADO DO AMAZONAS

EVOLUÇÃO DA DESPESA GERAL

(1964 - 1966)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR: Cr$ 1.000					
	1964		1965		1966	
	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
DESPESAS CORRENTES	...	...	12.339.450	18.052.642	22.934.000	29.257.600
DESPESAS DE CAPITAL	...	...	17.672.734	22.372.456	42..240.000	24.586.662
SOMA	12.031.675	9.145.949	30.012.184	40.425.098	65.174.000	53.844.262

FONTES: Secretaria de Fazenda, DER-Am., e CELETRAMAZON.

QUADRO XI-B

ESTADO DO AMAZONAS

EVOLUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

(1964 - 1966)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR : Cr$ 1.000		
	1964	1965	1966
RECEITA ARRECADADA	12.019.514	37.080.695	52.332.815
DESPESA REALIZADA	9.145.949	40.425.098	53.844.262
SALDO	(+) 2.873.565	(—) 3.344.403	(—) 1.511.447

FONTES : Secretaria de Fazenda, DER-Am., CELETRAMAZON.

OBS. : (+) Superavit.
(—) Deficit.

12. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO

A ATUAÇÃO conjunta da Secretaria de Planejamento e da CODEAMA constituiu o instrumento que polarizou a atuação do Govêrno no setor de planejamento e desenvolvimento sócio-econômico. Ambos os órgãos, vale ressaltar, foram criados na gestão do atual Govêrno.

A atuação da CODEAMA materializou-se dentro de 4 campos principais :

a — publicação de estudos sócio-econômicos especializados, inclusive traduções de textos de técnicos de renome mundial, que interessam ao desenvolvimento econômico estadual.

b — realização de estudos e levantamentos sócio-econômicos, formulação de critérios de prioridade para financiamento e alocação de recursos de investimento e emissão de pareceres técnicos.

c — constituição de entidades que objetivam ao desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

d — realização de cursos que objetivam o aperfeiçoamento do pessoal técnico.

No primeiro dos campos apontados anteriormente, destacam-se os seguintes trabalhos :

1) — **Na série Estudos Específicos :**

N.º 1 — Manacapuru — Provável Celeiro da Juta

N.º 2 — Sistema de Transporte Coletivo de Manaus.

N.º 3 — O Sistema de Planejamento Estadual do Amazonas.

N.º 4 — Juta — James M. Dempsey (Tradução)

N.º 5 — Projetos Industriais (Modelos básicos para pedidos de Financiamento).

N.º 6 — Nôvo Distrito Ferrífero no Brasil — Rio Jatapu — Amazonas.

N.º 7 — Proposição de uma Política Mineral para o Estado do Amazonas.

N.º 8 — A Missão do BNDE em Manaus.

N.º 9 — Reflexões sôbre o Desenvolvimento da Amazônia.

N.º 10 — A Cultura da Juta e sua Mecanização.

N.º 11 — Incentivos Fiscais no Amazonas (Leis Estaduais).

N.º 12 — Reivindicações.

N.º 13 — Os Flutuantes de Manaus.

N.º 14 — Diagnóstico Sócio-Econômico da Cultura da Juta na Amazônia.

N.º 15 — Diagnóstico Sócio-Econômico Preliminar da Produção Industrial no Amazonas.

N.° 16 — Diagnóstico Sócio-Econômico Preliminar da Agricultura no Amazonas.

N.° 17 — Diagnóstico Sócio-Econômico Parcial da Indústria Extrativa no Amazonas.

N.° 18 — A Cidade de Manaus.

N.° 19 — Legislação de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia.

N.° 20 — Um Estudo Parcial da Estrutura do Mercado Consumidor da Amazônia e suas Tendências.

N.° 21 — Juta — A Fibra Dourada da Índia — Dr. B. C. KUNDU (Tradução).

N.° 22 — Uma Bibliografia sôbre Desenvolvimento Econômico.

2) — **Na série Estudos de Viabilidade :**

N.° 1 — Juticultura Mecanizada — Pré-Projeto

N.° 2 — Rizicultura Mecanizada — Pré-Projeto

N.° 3 — Industrialização de Óleos Vegetais — Pré-Projeto

N.° 4 — Usina de Pasteurização do Leite — Pré-Projeto

N.° 5 — Pecuária Leiteira — Pré-Projeto

N.° 6 — Industrialização da Mandioca — Pré-Projeto

N.° 7 — Industrialização da Madeira : Placas de Madeira Aglomerada.

N.° 8 — Industrialização da Madeira : Serraria.

3) — **Na série Estudos Indicativos :**

N.º 1 — Informações Indicativas para um Projeto de Fazenda de Gado e Plantações em uma área de 10.000 hectares — Várzea — Terra Firme.

N.º 2 — Indicação para o Estabelecimento, em Manaus, de uma Companhia de Armazéns e Silos.

4) — **Relatórios :**

1 — Relatório das Atividades da CODEAMA em 1965.

2 — Relatório da Viagem de Observação sôbre a Cultura de Fibras no Estado do Pará.

3 — Relatório da Viagem de Observação sôbre a Cultura de Fibras e atuação da SPVEA e IPEAN.

4 — Relatório de uma Viagem ao Sul do País em Observação aos Institutos de Pesquisas e Órgãos de Desenvolvimento e contacto com Emprêsas e Investidores interessados na Área Amazônica.

5 — Relatório das Atividades da CODEAMA (Período : janeiro de 1966 a janeiro de 1967).

Outras Publicações :

— Modêlo de Domar

— Análise de Investimento e Inflação — Claude Machline.

— Teoria do Desenvolvimento Econômico — W. Arthur Lewis.

No segundo campo de atuação, a CODEAMA apresentou os seguintes trabalhos :

1 — Instituição de um Grupo Executivo para a elaboração de um Atlas Geo-Econômico do Estado do Amazonas;
2 — Reformulação dos critérios de distribuição dos recursos a serem utilizados nos têrmos das reivindicações conjuntas dos Estados do Amazonas, Pará e Acre;
3 — Elaboração do Diagnóstico Sócio-Econômico do Estado do Amazonas;
4 — Pesquisa econômica das regiões circunvizinhas à cidade de Manaus com a finalidade de conhecer as condições da produção de gêneros alimentícios;
5 — Levantamento sócio-econômico de Itacoatiara;
6 — Patrocínio e participação em pesquisa sócio-econômica sôbre os flutuantes de Manaus, realizada por acadêmicos da PUC do Rio de Janeiro;
7 — Levantamento das condições da produção de juta no Município de Manacapuru;
8 — Estudo sôbre a situação dos prensadores e exportadores de juta e seus custos operacionais;
9 — Elaboração, financiamento e execução de projeto de racionalização da cultura da juta;
10 — Estudo de mercado sôbre a indústria de confecções;
11 — Estudo de mercado sôbre a indústria de móveis;
12 — Estudo de mercado sôbre a indústria de raspa de mandioca;
13 — Estudo de mercado para averiguar a possibilidade de instalação de um serviço de táxi aéreo;
14 — Levantamento do custo operacional do sistema de transportes coletivos de Manaus;
15 — Custeio de um trabalho de reconhecimento aéreo de formações geólogicas previstas teòricamente no Distrito Ferrífero do Jatapu;
16 — Realização de estudos para apontamento do Município-Modêlo do Estado do Amazonas;

17 — Celebração de convênio com o Centro de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Amazonas para realização de estudos e pesquisas de interêsse da CODEAMA;

18 — Levantamento das importações e exportações do Estado do Amazonas;

19 — Levantamento da produção agrícola e extrativa do Estado;

20 — Estudo da evolução da receita tributária do Estado;

21 — Estudo da incidência tributária sôbre a madeira;

22 — Estudo da estrutura do custo da produção de juta;

23 — Elaboração da matriz insumo-produto da economia da juta;

24 — Estudo e observação sôbre a cultura das fibras no Estado do Pará e cidade de Belém;

25 — Pesquisa sócio-econômica dos municípios amazonenses;

26 — Elaboração dos pré-projetos apresentados na I RIDA;

27 — Estudo econômico da região pecuária e leiteira do Estado;

28 — Estudo do mercado da carne no Amazonas;

29 — Estudo do consumo do leite em Manaus;

30 — Pesquisa sócio-econômica da cidade de Manaus;

31 — Estudo sôbre a balança comercial do Estado do Amazonas;

32 — Estudo da evolução demográfica do E. do Amazonas;

33 — Cálculo da Renda per-capita do E. do Amazonas;

34 — Estudo do mercado da juta;

35 — Levantamento do consumo de derivados de petróleo no E. do Amazonas;

36 — Coleta de informações para o projeto de construção do pôrto de Itacoatiara;

37 — Levantamento de dados estatísticos sôbre a economia estadual;

38 — Cálculo estimativo do desemprêgo no Estado do Amazonas;

39 — Sugestões para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento econômico e social para o Amazonas;

40 — Informações sôbre a oportunidade de empreendimento pecuário;

41 — Estudo sôbre o movimento de empréstimos bancários para as diversas atividades econômicas do E. do Amazonas;

42 — Colaboração com o BCA, na elaboração de um plano de financiamento à pecuária;

43 — Levantamento de informações para uma reportagem especial sôbre o Amazonas na revista "Banas Informa", de 18.7.66, sob o título de "O Despertar do Amazonas", e para a revista "Manchete";

44 — Elaboração de um estudo parcial da estrutura do mercado consumidor da Amazônia e suas tendências;

45 — Estudo de mercado de embarcações de madeira no Estado do Amazonas;

46 — Levantamento estatístico visando determinar as características sócio-econômicas e culturais da cidade de Manaus;

47 — Estudos sôbre a elasticidade renda da procura de determinados bens de consumo durável em Manaus;

48 — Determinação dos coeficientes de elasticidade preço da oferta de juta no Estado do Amazonas;

49 — Estudos objetivando a produção local de sementes de juta e realização dos textos estatísticos necessários à determinação do grau de significância da experimentação.

No terceiro, ressaltam as seguintes realizações :

1 — Criação de um Grupo de Trabalho para estudar o problema de telecomunicações no Estado, que deu origem a CAMTEL;

2 — Idem, idem, para estudar o problema do deficit habitacional, que originou a COHAB-AM;

3 — Elaboração dos estudos para a criação da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Amazonas — CODEA, bem como a preparação de sua estrutura jurídico-administrativa.

Finalmente, no setor de formação de recursos humanos, destacam-se as realizações dos seguintes cursos :

1 — Curso Superior de Gerência do Management Center do Brasil.

2 — Curso sôbre Demografia, ministrado pelo Prof. ARTUR HELL NEIVA.

3 — Curso de Análise Econômica do Conselho Nacional de Economia, em colaboração com o Govêrno do Estado e com a Federação das Indústrias.

4 — Curso de Orçamento Por Programas — ministrado pelo Prof. ROBERTO ANDRADE.

5 — Curso Especial para a Amazônia, do Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL/BNDE, em convênio com os agentes financeiros BNDE/CODEAMA/BASA.

13. OBRAS PÚBLICAS

NESSE setor o Govêrno dispensou tratamentos especiais com o objetivo de formar uma infra-estrutura capaz de impulsionar o desenvolvimento sócio-econômico do Estado. Assim é que no biênio 1965/1966 foram realizadas as seguintes obras :

RECUPERAÇÃO DE PRÓPRIOS DO ESTADO SITUADOS NA CAPITAL

1 — **Grupo Escolar "Luizinha Nascimento"** — compreendendo reparos gerais, inclusive pintura interna e externa, além de construção de muro limitando o terreno.

2 — **Grupo Escolar "Herbert Palhano"** — compreendendo pintura geral externa e interna. Foram construídas as seguintes dependências : sala de biblioteca, depósito para merenda escolar, um grupo de sanitários, recreio descoberto e muro limitando o terreno pertencente ao prédio.

3 — **Grupo Escolar "Pedro Silvestre"** — compreendendo pintura geral externa e interna. Foram executadas as seguintes obras : construção de três salas de aula, depósito de merenda escolar, cisterna e caixa d'água, muro limitando o terreno do prédio.

4 — **Grupo Escolar "Antonio Bittencourt"** — compreendendo pintura externa e interna e ligeiros reparos.

5 — **Grupo Escolar "Ribeiro da Cunha"** — compreendendo reparos gerais em esquadrias, fôrro, instalações e pintura geral interna e externa.

6 — **Grupo Escolar "Nilo Peçanha"** — compreendendo reparos gerais em esquadrias, piso, instalações elétricas e hidráulicas, pintura geral interna e externa. Deve ser salientado que neste Grupo funcionava um Jardim de Infância em dependência anexa.

7 — **Grupo Escolar "Cônego Azevedo"** — compreendendo reparos em calhas, telhado, piso etc. Pintura geral externa e interna. Confecção de portões de ferro para a fachada.

8 — **Grupo Escolar "Machado de Assis"** — compreendendo recuperação geral, inclusive pintura externa e interna.

9 — **Grupo Escolar "Saldanha Marinho"** — compreendendo revisão geral das instalações elétricas e hidráulicas, recuperação do fôrro e telhado. Pintura geral externa e interna.

10 — **Grupo Escolar "Euclides da Cunha"** — compreendendo recuperação da casa da zeladora, construção de fossa e sumidora, sanitários, muro de vedação com portão de ferro e pintura geral externa e interna.

11 — **Grupo Escolar "Marechal Hermes"** — compreendendo recuperação geral do prédio, inclusive reforma da parte do telhado e fôrro que ameaçavam ruir, pintura geral interna e externa.

12 — **Grupo Escolar "Farias de Brito"** — compreendendo recuperação geral do prédio, inclusive pintura externa e interna, revisão das instalações hidráulicas e elétricas.

13 — **Grupo Escolar "Antóvila Mourão Vieira"** — compreendendo recuperação do prédio, que apresentava perigo de desmoronamento, inclusive construção de nôvo passeio de proteção, revisão de piso, instalações elétricas e pintura geral externa e interna e construção de muro.

14 — **Grupo Escolar "Padre Agostinho Martin"** — compreendendo limpeza geral, inclusive conclusão da pintura externa e interna, revisão de suas instalações.

15 — **Grupo Escolar "Adalberto Vale"** — compreendendo limpeza geral e revisão de suas instalações.

16 — **Grupo Escolar "Vicente Telles de Souza"** — compreendendo ligeiros reparos no prédio e limpeza da fossa e instalações sanitárias.

17 — **Grupo Escolar "Cunha Melo"** — compreendendo reparos ligeiros nas instalações.

18 — **Grupo Escolar "Zulmira Bittencourt"** — compreendendo limpeza geral do prédio, incluindo pintura interna e externa e revisão das instalações hidráulicas e elétricas.

19 — **Grupo Escolar "1.° de Maio"** — compreendendo pintura externa e interna e reparos no piso, fôrro e esquadrias.

20 — **Grupo Escolar "Carvalho Leal"** — compreendendo reparos no fôrro, instalações hidráulico-sanitárias, esquadrias e pintura externa e interna.

21 — **Grupo Escolar "Leopoldo Neves"** — compreendendo reparos ligeiros em suas instalações.

22 — **Conjunto Educacional "Coriolano Durand"** — compreendendo reparos gerais nos prédios, inclusive pintura externa e interna.

23 — **Grupo Escolar "Plácido Serrano"** — compreendendo recuperação total no prédio, incluindo reparos no

fôrro, piso e esquadrias e pintura geral externa e interna.

24 — **Grupo Escolar "José Paranaguá"** — compreendendo reforma do prédio, que se encontrava bastante deteriorado, revisão no telhado, instalações hidráulico-sanitárias e elétricas. Pintura geral externa e interna.

25 — **Grupo Escolar "Getúlio Vargas"** — compreendendo reparos no prédio, incluindo revisão da instalação hidráulica e adaptação de uma das dependências do prédio para funcionamento de um Jardim de Infância. Atualmente êste prédio está sofrendo pintura externa.

26 — **Grupo Escolar "Fueth Paulo Mourão"** — compreendendo pintura geral do prédio, externa e interna. Revisão de suas instalações hidráulicas e elétricas. Construção de muro de alvenaria de tijolos limitando o terreno.

27 — **Artesanato "Padre Stélio Dalison"** — compreendendo reparos ligeiros, inclusive nas instalações hidráulicas.

28 — **Artesanato "J. G. de Araújo"** — compreendendo reparos no prédio e pintura geral externa e interna.

29 — **Artesanato "Dom Irineu Joffily"** — compreendendo revisão do telhado, instalações hidráulicas e elétricas, confecção de esquadrias e pintura externa e interna.

30 — **Colégio Estadual do Amazonas** — compreendendo reparos nos sanitários.

31 — **Instituto de Educação do Amazonas** — compreendendo reparos ligeiros na instalação elétrica.

32 — **Instituto "Benjamin Constant"** — compreendendo reparos ligeiros no prédio.

33 — **Ginásio "Estelita Tapajós"** — compreendendo complementação da recuperação total do prédio e acrés-

cimos, iniciados no ano de 1965 por firma particular mediante concorrência pública.

34 — **Escola "Antônio Flôres"** — compreendendo recuperação, inclusive pintura.

35 — **Faculdade de Ciências Econômicas** — compreendendo pintura externa total do prédio, ficando o restante da recuperação para ser executada em outra oportunidade.

36 — **Ginásio Agrícola do Paredão** — compreendendo limpeza, pintura e reparos nas construções existentes, bem como construção de novas instalações sanitárias, de modo a oferecer condições de hospedagem para estudantes que participaram da excursão "Manaus, Capital das férias", iniciativa programada pelo Departamento de Turismo e Promoção do Estado.

37 — **Colégio Estadual do Amazonas** — compreendendo limpeza interna do prédio, confecção de fôrro nôvo em parte do 2.° pavimento e revisão das instalações elétricas e hidráulico-sanitárias.

38 — **Biblioteca Pública** — compreendendo reforma geral do prédio, incluindo construção de um auditório. pinacoteca, grupo de sanitários, salas de leitura, depósito de livros etc., revisão do telhado, revisão geral das instalações elétrica e hidráulico-sanitárias, e pintura geral externa e interna do prédio.

39 — **Arquivo Público** — compreendendo reparos gerais no prédio e construção de prateleiras e estantes de madeira para depósito de documentos e livros.

40 — **Secretaria de Fazenda do Estado** — compreendendo reparos gerais no prédio inclusive pintura externa e interna do prédio. Construção de dois grupos de sanitários, garage e alojamento da guarda.

41 — **Sede do IPASEA** — compreendendo reforma geral do prédio, construção de blocos de sanitários, cons-

trução de muro de vedação, sistema de esgôto, cisterna etc. Pintura geral externa e interna. Neste prédio funcionou o antigo Hospital Militar.

42 — **Sede do Departamento de Estatística** — compreendendo recuperação geral do prédio, inclusive pintura externa e interna, assentamento de novas esquadrias, construção de passeio de proteção e muro de vedação do terreno.

43 — **Anexo da Sede da Secretaria de Saúde** — compreendendo reforma geral, inclusive construção de almoxarifado. Pintura geral externa e interna.

44 — **Ginásio "Márcio Nery"** — compreendendo recuperação total inclusive construção de novas instalações hidráulico-sanitárias e elétricas. Neste prédio funcionou o antigo Stand de Tiro.

45 — **Centro de Preparação de Oficiais da Polícia Militar do Estado** — compreendendo reconstrução total, abrangendo tôdas as instalações do prédio, inclusive pintura geral externa e interna.

46 — **Edifício Tartaruga** — compreendendo recuperação total do prédio, inclusive construção das instalações da Secretaria de Viação e Obras Públicas no 2.° pavimento e da CAMTEL e LABRE no 3.° andar. Pintura geral do prédio externa e interna.

47 — **Sub-Delegacia de Polícia da Cachoeirinha** — compreendendo reparos do prédio e pintura geral externa e interna.

48 — **Sub-Delegacia de Polícia de Adrianópolis** — compreendendo reparos no prédio e pintura geral externa e interna.

49 — **Sub-Delegacia de Polícia de Educandos** — compreendendo reparos no prédio, inclusive revisão das instalações hidráulica-sanitárias e pintura geral externa e e interna.

50 — **Sub-Delegacia de Polícia da Praça 14 de Janeiro** — compreendendo reparos no prédio, inclusive pintura externa e interna.

51 — **Sub-Delegacia de Polícia de São Raimundo** — compreendendo reparos no prédio, inclusive pintura externa e interna.

52 — **Sub-Delegacia de Polícia de São Jorge** — compreendendo reparos no prédio, inclusive pintura externa e interna.

53 — **Sub-Delegacia de Polícia da Glória** — compreendendo reparos no prédio, inclusive pintura externa e interna.

54 — **Sub-Delegacia de Polícia de São Francisco** — compreendendo reparos gerais, inclusive pintura externa e interna.

55 — **Sub-Delegacia de Polícia de Santa Luzia** — compreendendo reparos ligeiros, inclusive pintura externa e interna.

56 — **Departamento Estadual de Maternidade e Infância** — compreendendo recuperação, incluindo construção de cisterna, muro e rampa de acesso, revisão das instalações hidráulico-sanitárias e elétricas. Pintura geral externa e interna.

57 — **Sede da TRANSPORTAMAZON** — compreendendo recuperação, inclusive construção de um muro de vedação, caixa d'água elevada, galpões, etc. Pintura geral externa e interna.

58 — **Maternidade "Ana Nery"** — compreendendo limpeza geral do prédio com pintura externa e interna. Revisão geral das instalações e construção de parte do muro de vedação.

59 — **Sede do DASPA** — compreendendo reforma total do prédio, incluindo construção de fôrro nôvo, grupos

de sanitários, parte do piso, esquadrias, instalações hidráulico-sanitárias e elétricas, revisão do telhado etc. Foi executado um acréscimo no prédio com a construção de mais duas salas, em fase final de execução. Pintura geral externa e interna. Demolição de construções antigas existentes no terreno, a fim de possibilitar futuras ampliações.

60 — **Hospital de Educandos** — compreendendo algumas obras de reparo e ampliação do prédio, que todavia não foram suficientes para colocá-lo em condições de funcionamento. Sua recuperação total será executada pela Secretaria de Viação e Obras, que para isso fêz incluí-lo em seu Plano de Obras para 1966.

61 — **Hospital "Colônia Eduardo Ribeiro"** — compreendendo reparos ligeiros no telhado. A recuperação dêste prédio consta do Plano de Obras da Secretaria de Viação, para 1966.

62 — **Instituto "Maria Madalena"** — compreendendo reforma total do prédio, inclusive construção de um acréscimo para abrigar copa-cozinha, dispensa, grupo de sanitários, quartos, lavanderia. Construção de recreio descoberto e passeios. Pintura geral externa e interna.

63 — **Penitenciária Central do Estado** — compreendendo reforma total do prédio da administração, blocos de cela, capela, parlatório e instalações hidráulico-sanitárias. Foram executadas as seguintes construções : pavilhão de celas para mulheres, celas para homens, refeitório, cozinha, lavanderia, bloco de sanitários, oficina para sapataria e alfaiataria, campo para exercícios de educação física. Pintura geral externa e interna.

64 — **Colônia Agro-Escolar "Melo Mattos"** — compreendendo recuperação do prédio existente e construção

de novos blocos, compreendido quatro salas de aula sala de reunião, cozinha, refeitório e sanitários. Pintura geral externa e interna.

65 — **Departamento de Águas e Esgotos** — compreendendo reforma total do prédio, inclusive construção de grupos de sanitários nos dois pavimentos e porão, o qual foi inteiramente aproveitado para funcionamento de órgão do Departamento. Pintura geral externa e interna. Construção de paredes divisórias em madeira envernizada e confecção de forros novos em tôdas as dependências.

66 — **Usina de Tratamento de Água do Bombeamento** — compreendendo serviços de limpeza e lavagem dos filtros, reparos no piso e pintura. Recentemente foram executados reparos no telhado, avariado por efeitos de um temporal.

67 — **Reservatório do Mocó** — compreendendo serviços de limpeza dos tanques, recuperação do prédio, estando no momento em fase de pintura.

68 — **Reservatório da Castelhana** — compreendendo recuperação total do prédio e construção de muro de alvenaria, limitando o terreno pertencente ao referido imóvel. Pintura geral externa e interna do prédio.

69 — **Tribunal de Contas** — compreendendo limpeza geral do prédio, com pintura da fachada principal.

70 — **Teatro Amazonas** — compreendendo pequenos serviços de reparos, inclusive revisão da instalação elétrica. Assentamento de ladrilho hidráulico em varandas laterais e frontal.

71 — **Tribunal de Justiça** — compreendendo abertura do muro para entrada de autos, pela rua 10 de Julho, confecção de rampa de acesso. Pintura total do muro de limite do terreno.

72 — **Pôsto Médico de São Raimundo** — compreendendo reparos gerais no prédio e pintura geral externa e interna.

73 — **Pôsto Médico de Santa Luzia** — compreendendo reparos gerais, inclusive pintura externa e interna.

74 — **Pôsto Médico de Educandos** — compreendendo re-reparos gerais, inclusive pintura externa e interna.

75 — **Hospital "Dr. Fajardo"** — compreendendo limpeza de algumas salas, inclusive pintura e reparos no piso, construção, através de concorrência, de garage, portão e muro de vedação.

76 — **Frigorífico F-1** — compreendendo reparos nas instalações sanitárias, revestimento das paredes do porão, reparos no piso e pintura geral da parte do prédio.

77 — **Pôsto de Puericultura "Adriano Jorge"** — compreendendo reparos gerais nas instalações do prédio.

78 — **Hospital "Getúlio Vargas"** — compreendendo reparos diversos, inclusive pintura interna total e confecção de balcões, armários, prateleiras, etc. Foi construída uma casa de fôrça e luz nos terrenos do hospital.

79 — **Sede da CODEAMA** — compreendendo serviços de recuperação do porão, com assentamento de piso e fôrro, revisão da instalação elétrica, pintura interna do porão.

80 — **Imprensa Oficial** — compreendendo reparos ligeiros nas instalações elétricas. A recuperação total dêste prédio está prevista no Plano de Obras para 1967.

81 — **Delegacia Especializada de Trânsito** — compreendendo reforma em suas instalações, inclusive pintura geral externa e interna.

82 — **Escola do Km 19** — compreendendo reparos gerais nesta escola de madeira que havia sofrido danos devido a temporais.

83 — **Reservatório do Mocó** — compreendendo complementação da recuperação iniciada no final do ano de 1965, incluindo pintura interna e externa do prédio.

84 — **Centro Educacional "Coriolano Durand"** — compreendendo complementação da recuperação iniciada no ano de 1965, inclusive construção do muro de fechamento do terreno.

85 — **Rampas de acesso e muros** — Foram executadas as rampas de acesso da Escola "Solon de Lucena" e Instituto de Educação do Amazonas, bem como, muros de vedação dos terrenos da Escola "Solon de Lucena", Legião Brasileira de Assistência, Grupo Escolar "Vicente Telles de Souza" (parte) e reparos nos muros do Teatro Amazonas e Hospital "Dr. Fajardo".

86 — **Conservatório de Música "Joaquim Franco"** — compreendendo recuperação total do prédio, inclusive adaptação de dependências para o ensino dos diversos cursos de música.

87 — **Delegacia Especializada de Trânsito** — compreendendo complementação da recuperação total do prédio, iniciada no ano de 1965 por firma particular mediante concorrência pública.

88 — **Leprosário "Antônio Aleixo"** — compreendendo recuperação dos próprios do leprosário, já tendo sido concluídas as seguintes obras de recuperação: prédio da administração, casa das Irmãs, escola, açougue, quatro pavilhões de doentes, abastecimento d'água. As obras de recuperação continuam em prosseguimento.

89 — **Sede do Serviço Social** — compreendendo limpeza do prédio para instalação das diversas repartições do referido órgão.

90 — **Pôsto Fiscal da Secretaria de Fazenda** — compreendendo recuperação de suas instalações.

91 — **Secretaria de Fazenda do Estado** — compreendendo complementação da recuperação iniciada em 1965, com a construção de balcões, estantes, arquivo, etc..

92 — **Instituto "Benjamin Constant"** — compreendendo recuperação total dos vários prédios que compõem êsse Instituto, já tendo sido concluída uma boa parte das obras, as quais prosseguem em bom ritmo.

93 — **Polícia Civil** — compreendendo recuperação total do prédio, inclusive adaptação em suas dependências, para melhor funcionamento.

94 — **Guarda Civil** — compreendendo construção contígua ao prédio da Polícia Civil, recuperação total de suas instalações.

95 — **Sede da Produção Animal** — compreendendo recuperação e ampliação, tendo sido executadas várias obras em sua parte interna, instalação de laboratório, boxes para vacina de animais, etc..

96 — **Casa do Trabalhador** — compreendendo recuperação do prédio, revisão geral do telhado, reparos em piso, fôrro, esquadrias e instalações hidráulico-sanitárias.

97 — **Hospital Infantil "Dr. Fajardo"** — compreendendo limpeza interna do prédio, parqueamento, casa de bomba, cisterna e complementação dos muros limítrofes.

98 — **Hospital "Getúlio Vargas"** — compreendendo recuperação da rêde externa de esgotos sanitários e saneamento da área que circunda o prédio.

99 — **Instituto de Educação do Amazonas** — compreendendo revisão do telhado, sanitários e construção de cisterna. Preparo de área para estacionamento de veículos. Limpeza interna de parte do prédio.

100 — **Pôsto Médico da Secretaria de Assistência e Saúde** — compreendendo recuperação e ampliação de suas instalações.

101 — **Reservatório da Castelhana** — compreendendo complementação e recuperação que havia sido iniciada em 1965, inclusive foi executado nôvo investimento interno nos tanques de armazenamento d'água, os quais apresentavam vazamento.

RECUPERAÇÃO DE PRÓPRIOS DO ESTADO SITUADOS NO INTERIOR

1 — **Grupo Escolar "Professôra Luiza de Vasconcelos Dias"** — compreendendo recuperação geral do prédio, inclusive pintura externa e interna.

2 — **Grupo Escolar "Coronel Cruz"** — compreendendo recuperação total do prédio, inclusive pintura geral externa e interna.

3 — **Maternidade "Cunha Mello"** — compreendendo confecção de poço para água e reparos diversos.

4 — **Grupo Escolar "Carlos Pinho"** — compreendendo recuperação total do prédio, inclusive pintura geral externa e interna.

5 — **Grupo Escolar "Francisco Lopes Braga"** — compreendendo recuperação total do prédio, estando em vias de conclusão.

6 — **Grupo Escolar "Santina Filizola"** — compreendendo recuperação parcial do prédio e instalações.

7 — **Mesa de Rendas de Itacoatiara** — compreendendo recuperação total do prédio.

CONSTRUÇÃO DE PRÓPRIOS NOVOS DO ESTADO SITUADOS NA CAPITAL E NO INTERIOR

1 — **Grupo Escolar "Major Silva Coutinho"** — Êste prédio de dois pavimentos teve sua construção iniciada em 1962, e, logo em seguida, as obras foram paralisadas, ficando o prédio em completo abandono com graves danos em sua estrutura. Teve sua reconstrução iniciada em junho de 1965 e concluída em dezembro do mesmo ano. Êste prédio possui doze salas de aula, afora dependências de serviços e instalações sanitárias e de recreio.

2 — **Escola "Ouvidor Sampaio"** — Êste prédio construído em alvenaria, possuindo quatro salas de aula, residência para professôra e instalações sanitárias.

3 — **Almoxarifado da Secretaria de Viação e Obras Públicas** — compõe-se de prédio central, aonde estão localizados os escritórios, grupo de sanitários e os depósitos de materiais leves e galpões para guardar materiais pesados e garage. Êste prédio está no momento sofrendo uma ampliação em suas instalações.

4 — **Escola "Abílio Alencar"** — Construção em madeira compreendendo duas salas de aula e dependências para moradia de professôra.

5 — **Loteria do Estado** — Foram construídas as instalações dêste órgão no pavimento térreo do prédio do Tribunal de Contas, compreendendo pisos, balcões, salas para administração e pintura geral.

6 — **Olaria do Estado** — Foram construídas as instalações para a montagem de um transformador e no momento está sendo executada a construção de mais um forno para a queima de tijolos.

7 — **Quadra de Esportes "René Monteiro"** — Quadra com piso em concreto simples, arquibancadas e tabelas com armação de estrutura de ferro. Estão sendo construídos blocos de sanitários.

8 — **Grupo Escolar "Vicente Telles de Souza"** — Foi iniciada a construção dêste Grupo no último trimestre do ano de 1965, estando o mesmo com suas fundações e baldrames concluídos. Compõe-se de quatro blocos com nove salas de aula, além das dependências de administração e serviços e instalações sanitárias.

9 — **Grupo Escolar "Almirante Barroso"** — Foi iniciada a construção dêste prédio no último trimestre do ano de 1965, estando com suas fundações e baldrames concluídos. Compõe-se de três blocos, abrangendo seis salas de aula, agora salas de administração e serviços, mais instalações sanitárias.

10 — **Grupo Escolar "Governador Melo Póvoas"** — Compõe-se de um bloco com dois pavimentos, compreendendo oito salas de aula, dependência de administração e serviços sanitários. Sua construção foi iniciada no último trimestre do ano de 1965, estando com suas fundações concluídas.

11 — **Grupo Escolar "Olavo Bilac"** — O antigo grupo "Olavo Bilac", em madeira, foi demolido por não oferecer mais condições de funcionamento. Em seu lugar foi iniciada a construção de um nôvo grupo escolar, também denominado "Olavo Bilac", composto de dois pavimentos com cinco salas de aula, demais dependências de administração e serviço e sanitários. Esta obra está com suas fundações em fase de execução.

12 — **Grupo Escolar "Monteiro de Souza"** — O antigo grupo "Monteiro de Souza", em madeira, foi de

molido devido as suas péssimas condições. No mesmo local foi iniciada a construção de um nôvo prédio em 2 pavimentos semelhantes ao nôvo grupo "Olavo Bilac", em construção, com cinco salas de aula, dependência administrativa, sanitários e serviços. Esta obra está com suas fundações em fase de execução.

13 — **Ginásio "Márcio Nery"** — Êste prédio, onde funciona atualmente o Ginásio "Márcio Nery", está sendo ampliado com a construção de mais dois blocos, sendo um em dois pavimentos. Os dois novos blocos comportarão quinze salas de aula e sanitários, ficando a administração localizada no prédio já existente. A construção foi iniciada no último trimestre do ano, estando com seus alicerces em fase de execução.

14 — **Centro de Saúde IPASEA** — Esta obra foi iniciada no último trimestre do ano de 1965. Possui clínicas para atendimento, sala de raio X, laboratório, etc. O prédio está com suas paredes elevadas, aguardando fundição de laje de cobertura.

15 — **Sede do Departamento de Turismo e Promoção** — Foi construída a sede dêsse órgão, no térreo do edifício do Palácio da Cultura.

16 — **Casas Populares** — Esta obra foi iniciada no último trimestre do ano, estando prontas quatorze unidades, quatorze em fase de conclusão e vinte e quatro com fundações e camadas concluídas.

17 — **Grupo Escolar "Furtado Belém"** — Êste prédio de alvenaria, com cinco salas de aula foi concluído no fim do exercício de 1965.

18 — **"Forum"** — Êste prédio teve sua construção iniciada em abril e concluída em setembro do ano de 1965.

Compõe-se de **hall**, dois cartórios, salas de promotores e juízes, salão de júri, sala dos jurados, sala do réu e demais dependências de serviços, inclusive sanitários.

19 — **Grupo Escolar "Dr. Fernando Ellis Ribeiro"** — Sua construção foi iniciada em abril e concluída em setembro de 1965. Compõe-se de seis salas de aula, sala de professôres, blocos de sanitários, recreio coberto e demais partes da administração.

20 — **Grupo Escolar "Capitão General Mendonça Furtado"** — Construção iniciada em junho e concluída em dezembro de 1965. Êste prédio é semelhante ao Grupo "Dr. Fernando Ellis Ribeiro", já descrito linhas acima, possuindo as mesmas dependências.

21 — **Artesanato "Osório Fonsêca"** — Construção concluída em setembro de 1965. Encontra-se em pleno funcionamento com suas máquinas devidamente instaladas.

22 — **Ginásio "Vital de Mendonça"** — Construção iniciada no último trimestre do ano de 1965. Possui onze salas de aula, auditório, sanitários e dependências administrativas.

23 — **Grupo Escolar "Vicente Telles de Souza"** — Prédio construído em estilo próprio para o clima tropical da região, pois apresenta o maior arejamento possível. Compõe-se de três blocos paralelos, com 220,50m2 de área construída, cada um interligados por paralelas cobertas. Possui as seguintes dependências : Seis salas de aula, diretoria, secretaria, merenda escolar e dispensa, sala de professor, sanitários para alunos, sanitários para professôres, recreio coberto e descoberto. No momento, êste prédio está sofrendo ampliação de suas instalações, com

a construção de mais dois blocos de salas de aula semelhante aos já existentes.

24 — **Grupo Escolar "Almirante Barroso"** — Prédio semelhante ao do Grupo Escolar "Vicente Telles de Souza", inclusive com a mesma distribuição de dependências.

25 — **Colônia Agro-Escolar "Melo Mattos"** — Esta colônia agrícola, que já tivera obras executadas em 1965, teve suas instalações complementadas no corrente exercício, com a construção de mais um pavilhão, abrigando três salas de aula, sala de reunião e dormitório. Também foi construída uma quadra de esportes descoberta, obedecendo suas dimensões ao que indicam as regras para competições oficiais, além de saneamento da área circunvizinha aos imóveis existentes.

26 — **Ginásio "Vital de Mendonça"** — Construção obedecendo aos requisitos de melhor funcionamento dentro da área amazônica. Compõe-se de onze salas de aula, salas de diretoria, secretaria, professôres, biblioteca, auditório, cantina, sanitários, depósito de material didático, recreio coberto e descoberto.

27 — **Grupo Escolar "Monteiro de Souza"** — Prédio construído em dois pavimentos, totalmente construído em concreto armado, compreendendo : sete salas de aula, diretoria e secretaria, cantina, recreio coberto e descoberto e sanitários.

28 — **Grupo Escolar "Olavo Bilac"** — Anteriormente, existia neste local um antigo prédio escolar, com a mesma denominação do atual construído em madeira, sem oferecer segurança e higiene às crianças que o freqüentavam. Foi demolido, para dar lugar à construção do atual prédio, em linhas modernas, com dois pavimentos, devido a exiguidade de ter-

reno, totalmente estruturado em concreto armado, compreendendo: cinco salas de aula, diretoria e secretaria, merenda escolar, depósito para material didático, sanitários, etc..

29 — **Casas Populares do Bairro da Raiz** — Esta construção de casas populares obedece estudo e projeto realizado por escritório especializado em problemas habitacionais e urbanísticos. Constitui a primeira experiência realizada em Manaus, no campo de urbanismo devidamente planejado.
A SVOP iniciou a construção das unidades habitacionais no final do ano de 1965, tendo entregue nesta 1.ª etapa, dez casas concluídas em 31|12|65. Em 31|3|66, na 2.ª etapa, foram concluídas quarenta e duas unidades.

Em 27|6|66, na 3.ª etapa, ficaram prontas mais cinqüenta e seis unidades.

Finalmente, em 5|9|66, constituindo a 4.ª etapa, foram inauguradas mais vinte e quatro unidades perfazendo um total de cento e trinta e duas casas concluídas, no momento, quase tôdas habitadas. A SVOP também realizou a rêde de esgotos sanitários e a rêde de abastecimento d'água das casas já concluídas.

30 — **Maternidade "Elisa Souto"** — Prédio construído em estilo próprio para a região e compõe-se de duas enfermarias para dez leitos cada, sala de parto, berçário, esterilização, isolamento, refeitório, dispensa, sanitários e demais serviços.

31 — **Sede do Departamento de Promoção e Turismo** — Construção compreendendo duas áreas distintas, sendo uma delas, em sua totalidade, destinada a salão de exposição. A outra área é subdividida em

dependências administrativas do referido Departamento.

32 — **Ginásio "Márcio Nery"** — Êste ginásio funcionava em prédio anteriormente recuperado pela SVOP em 1965. No corrente ano, foram construídos mais três blocos, implantado no terreno segundo sua topografia acidentada, interligados por passarelas cobertas, ficando o antigo prédio apenas para os serviços de administração. Os blocos novos abrigam as seguintes dependências : 1.º bloco : cinco salas de aula e recepção — 2.º bloco : sanitários masculino e feminino — 3.º bloco : cinco salas de aula e merenda escolar.

33 — **Centro de Saúde do IPASEA** — Prédio totalmente estruturado em concreto armado, composto de portaria, copa, administração, sanitários para público, gabinetes médicos, laboratório, gabinete dentário, gabinete de prótese, sala de Raio X, etc. No momento, êste prédio está sofrendo ampliação de suas instalações para montagem de novos gabinetes médicos especializados.

34 — **Grupo Escolar "Plácido Serrano"** — Neste prédio procurava-se aplicar sistemas construtivos em busca do tipo ideal de construção escolar para a nossa região. Possui seis salas de aula, diretoria e secretaria, sala de professôres, merenda escolar, sanitários e serviços.

35 — **Grupo Escolar "Melo Póvoas"** — Prédio construído em estilo moderno, constituído de seis salas de aula, diretoria e secretaria, merenda escolar, sanitários, recreio coberto e descoberto.

36 — **Casas para os funcionários da Penitenciária do Estado** — O conjunto compõe-se de quatro unidades, três quartos, copa-cozinha, banheiro e área de ser-

viço. Estas construções fazem parte do plano geral de humanização da Penitenciária do Estado, e destinam-se aos funcionários que pela natureza dos seus serviços, têm necessidade de residir no local do trabalho.

37 — **Hospital de Isolamento "Chapot Prevost"** — Funcionava em prédio antigo situado na rua Cláudio Mesquita, em precário estado de conservação. Em virtude do prédio não oferecer mais condições de segurança, nem se prestar para ampliação, foi providenciada a construção do nôvo hospital, o qual já se acha em funcionamento. Possui duas enfermarias com capacidade para quinze leitos cada uma, dependências de administração, refeitório, lavanderia, cozinha, sanitários, dispensa, etc.

38 — **"Escola do Serviço Público do E. do Amazonas" — (ESPEA)** — Prédio construído em tempo curto e com estilo apropriado para sua finalidade, possui dependências para administração, quatro salas de aula, biblioteca, cantina, sanitários, etc.

39 — **Leprosário "Antônio Aleixo"** — Dentro do programa de construção novas, até o momento já foram construídas três enfermarias com capacidade para trinta doentes cada uma e dois pavilhões para doentes solteiros. No momento estão sendo construídos um centro cirúrgico e bloco de serviços, para melhor atendimento aos internados.

40 — **Oficinas artesanais do Ginásio Modêlo** — Compõe-se de um conjunto de quatro salas de aula, bloco de sanitários e circulação. Obra recentemente entregue à serventia pública.

41 — **Teatro de Arena do Colégio Estadual do Amazonas** — Êste teatro de arena possui capacidade para aproximadamente quatrocentas pessoas sentadas, sendo

suas arquibancadas, palco e circulação inteiramente revestidas de ladrilhos cerâmicos.

42 — **Instituto "Benjamin Constant"** — As obras novas constam da construção de um auditório, um artesanato e uma quadra de esportes.

OBRAS DIVERSAS NA CAPITAL DO ESTADO E INTERIOR

1 — **Quartel da Polícia Militar** — Está sendo construído o 1.º bloco, totalmente estruturado em concreto armado, que compõe o conjunto de unidades do Quartel de Polícia.

2 — **Sede da Imprensa Oficial** — No momento está sendo construído um bloco nôvo na área em frente ao prédio antigo, para abrigar a administração. Ao mesmo tempo está sendo providenciada a recuperação do imóvel existente.

3 — **Forum de Justiça** — Prédio de linhas modernas, em fase final de construção, com as seguintes dependências : dois cartórios, salas de promotores e juízes, salão do júri, sala de jurados, sala do réu, sanitários e serviços.

4 — **Grupo Escolar** — Esta construção está em fase adiantada, devendo ser concluída nos próximos dias. Compõe-se de cinco salas de aula, diretoria, secretaria, merenda escolar, depósito para material didático, sanitários, recreio coberto e descoberto.

5 — **Grupo Escolar "Princesa Isabel"** — Êste será o grupo modêlo da cidade. Será edificado em dois blocos, sendo um em dois pavimentos, totalmente estruturado em concreto armado. Possui as seguintes dependências : sete salas de aula, auditório, museu escolar, sala de professôres, diretoria e secretaria, depó-

sito para material didático, recreio coberto e descoberto, sanitários, merenda escolar.

6 — **Ginásio "Marquês de Santa Cruz"** — Encontra-se em fase adiantada de construção, com final previsto para os últimos dias de março do corrente exercício. Possuirá quatorze salas de aula, dependências para administração, auditório, quadra de esportes, sala para grêmio, sanitários e demais secções necessárias ao funcionamento de um prédio de ensino secundário. O prédio está sendo edificado em dois pavimentos, em estrutura de concreto armado.

7 — **Instituto "Benjamin Constant"** — Prosseguem os serviços de recuperação dos prédios antigos, principalmente a parte de esquadrias.

8 — **Centro de Saúde do IPASEA** — Está em fase final a ampliação dêste centro médico, para abrigar novas dependências de atendimento público, tais como : salas de abreugrafia, anatomia, patologia, otorinolaringologia, urologia, sala de ótica, drogaria, sanitários, etc.

9 — **Centro de Saúde do IPASEA** — Em fase de construção, abrigando os seguintes setores : gabinete médico, sala de raio X, laboratório, portaria e protocolo, depósito para medicamentos, tesouraria, secretaria, gabinete do diretor, sanitários, etc. Anexo ao centro médico, está sendo edificada a residência para o diretor local. Convém salientar que a presente construção se encontrava com as paredes em pé, abandonada havia muito tempo, tendo sido cedida ao IPASEA para instalação de seu centro nesse Município. (M. de Parintins).

10 — **Casa para médicos do IPASEA** — Esta construção se achava na mesma situação do prédio que está sendo aproveitado para o Centro de Saúde, isto é,

se achava abandonado, apenas com as paredes em pé. Está sendo concluída para abrigar os médicos que prestam serviços ao IPASEA de Parintins.

11 — **Grupo Escolar** — Em fase de construção, com cinco salas de aula, diretoria e secretaria, merenda escolar, sanitários, etc. Seu estilo é semelhante ao do Grupo E. "Plácido Serrano", situado nesta capital. (M. de Parintins).

12 — **Pôsto de Puericultura da Legião Brasileira de Assistência.** — Em fase de construção, devendo ser construído até o final do mês de janeiro de 1967. Está localizado em região carente de atendimento médico.

13 — **Leprosário "Antônio Aleixo"** — Prosseguem as construções de um centro cirúrgico e blocos de serviços tais como : lavanderia, copa cozinha, dispensa, plantão, etc.

14 — **Hospital de Alienados "Eduardo Ribeiro"** — Estão em andamento as obras de recuperação dos vários blocos que compõem êste prédio hospitalar, o qual se acha em precárias condições de conservação. Sua recuperação total não tem prazo limitado, devido aos inumeráveis serviços a fazer.

15 — **Grupo Escolar "Hermenegildo Campos"** — A ser iniciado nos próximos dias, estando em fase final de desapropriação, o terreno destinado à construção. Esta obra será financiada pelo Ministério da Educação e Cultura. Será composto de cinco salas de aula, diretoria e secretaria, merenda escolar, sanitários, depósito de material didático, recreio coberto e descoberto.

16 — **Grupo Escolar "Padre Agostinho Martin"** — Êste prédio está sofrendo recuperação e ampliação de suas instalações, com a construção de mais duas

salas de aula, merenda escolar e muro de fechamento.

17 — **Grupo Escolar "Vicente Telles de Souza"** — Êste prédio foi inaugurado no primeiro trimestre do ano de 1966. No momento, está sendo ampliado, com a construção de mais dois blocos, num total de seis salas de aula, além do grupo de sanitários e circulação. Está em fase final de execução.

18 — **Colégio Estadual do Amazonas** — No momento está sendo executada uma recuperação em suas instalações, inclusive com a concretagem de lajes de concreto armado em substituição aos assoalhos deteriorados. Esta obra está sendo custeada em quase seu total por verba fornecida pelo Ministério da Educação e Saúde.

19 — **Lavanderias da Legião Brasileira de Assistência** — Compõe-se de um conjunto de vinte tanques abastecidos por caixa d'água em área coberta. Obra em fase de locação de serviços.

14. TURISMO E PROMOÇÃO

O DEPARTAMENTO de Turismo e Promoção — DEPRO, foi criado pelo atual Govêrno.

O objetivo do DEPRO é o de desenvolver o turismo no Amazonas, face às suas notáveis potencialidades, para que o Estado possa usufruir os benefícios econômicos da expansão do setor terciário. A atividade turística no Amazonas constitui, sem dúvida alguma, um ponto básico para o desenvolvimento do Estado.

No biênio 1966/1967, o DEPRO tem a enumerar as seguintes realizações principais :

1 — Construção e instalação de sua sede. Implantação dos diversos serviços necessários ao seu funcionamento.

2 — Planejamento e elaboração de folhetos e guias cobrindo diversos aspectos da vida amazonense, em espanhol, inglês e português, como por exemplo : Guia de Manaus, Banhos e Igarapés, Venha Amar o Amazonas, a Cozinha Amazonense, Amazonas : Perfil Geográfico e Econômico.

3 — Planejamento e execução de cartazes, em prêto e branco e em côres, de divulgação do Amazonas.

4 — O Departamento de Turismo e Promoção manteve contactos com a Companhia Colombiana de Aviação (Avianca), com a Embaixada do Brasil em Bogotá, com o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) e com o Ministério da Aeronáutica da Colômbia e do Brasil, com o fim de conseguir a ligação Bogotá-Manaus, fazendo com que a capital amazonense ficasse, via Bogotá, diretamente ligada às grandes cidades dos Estados Unidos e Europa, facilitando o acesso dos turistas internacionais e reduzindo as tarifas. Tal objetivo foi conseguido e a partir do mês de março, os vôos serão iniciados. Além das vantagens acima enumeradas, lucrará, ainda, o Amazonas, com as vantagens de divulgação, na Colômbia, Europa e Estados Unidos, oferecidas por um organizado escritório de publicidade da referida companhia de navegação aérea.

5 — **Brazil Safari Tours** — Após contactos mantidos com os proprietários dessa conhecida agência de promoção turística, sediada em Miami, durante todo o ano de 1966, o DEPRO conseguiu sensibilizar os responsáveis pelo planejamento de excursões da Brazil Safari Tours. Os proprietários vieram, por duas vêzes, a Manaus e agora comunicam que, a partir do ano que vem, porão em tráfego, entre Manaus e Belém, um barco de luxo, para turistas, inteiramente refrigerado e decorado por especialistas, para facilitar o turismo de rio.

6 — Com o Ministério de Planejamento, o Departamento de Turismo e Promoção manteve contactos para oferecer subsídios necessários à elaboração do Plano Nacional de Turismo, tendo, na ocasião, recebido a informação de ter sido o único órgão estadual de turismo a apresentar um planejamento concreto,

informação essa que foi após confirmada por ofício daquele Ministério ao Senhor Governador do Estado.

7 — O Departamento de Turismo e Promoção manteve, durante todo o ano de 1966, contactos com o Ministério das Relações Exteriores, visando distribuir material de propaganda do Amazonas, nos diversos países com quem mantemos relações diplomáticas. Essa distribuição de material foi, também, realizada através das Companhias de Aviação VASP, VARIG, AVIANCA, e por intermédio das agências de turismo Brazil Safari Tours, American Express, Selvatur, Biarritz Viagens e Diplomata.

8 — De comum acôrdo com a Secretaria de Turismo do Estado da Guanabara, com a Embaixada do México, e com a Embaixada da URSS, o DEPRO fêz realizar promoções de interêsse do turismo amazonense.

9 — Planejamento de hotéis e pousadas, ecològicamente traçados, para serem construídos em áreas de turismo prèviamente escolhidas.

10 — A organização de um esquema de trabalho que permitiu a presença do Amazonas nos principais jornais e revistas do país e do exterior, sem maiores ônus para o Govêrno amazonense.

11 — A distribuição, no país e no exterior, de folhetos, guias e noticiários de interêsse do Amazonas.

12 — A implantação em Manaus, de um serviço de recepção a turistas e autoridades que visitam o Amazonas, mecanismo que estava faltando ao Estado e que, por muitas vêzes, foi utilizado pelo Govêrno amazonense na organização de visitas especiais, congressos, reuniões, fora da área de turismo.

13 — A execução do programa "Manaus, Capital das Férias", em comum acôrdo com a VASP e Paulina

Kaz Promoções, que possibilitou a vinda de universitários de diversas unidades da Federação ao Amazonas, sem grandes despesas para o Estado e resultando em uma excelente promoção publicitária em todo o país.

14 — A organização de exposições, feiras, festivais de cinema e exibições teatrais, dentro do Estado e em outras unidades da Federação, tais como : a Exposição Amazonas-66, no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro; o Pavilhão do Amazonas, na Feira do Atlântico, no Rio de Janeiro; a Exposição do Amazonas, em Pôrto Alegre; a Feira da Cultura, em Manaus; o Primeiro Salão de Móveis do Amazonas, em Manaus; a Primeira Festa da Juta do Amazonas, em Manaus; a exibição do Teatro da Universidade Católica de São Paulo (TUCA), em Manaus, etc.

15 — A elaboração de um documentário "Amazonas. . . Amazonas", por uma grande equipe de cineastas, chefiada pelo consagrado diretor Glauber Rocha, e a organização de uma série de pré-estréias oficiais em todo o país do referido documentário.

16 — A elaboração de documentos e diagnósticos sôbre o turismo e suas possibilidades no Amazonas, e sua posterior distribuição entre homens de emprêsa, investidores e homens de turismo em todo o País.

15. DIVULGAÇÃO CULTURAL

A PAR das ingentes tarefas de ordem puramente administrativa, de que nos ocupamos nos dois anos e meio de nosso Govêrno, foram nossas atenções voltadas para um problema que considero fundamental para o processo de retomada da consciência dos brasileiros e, no particular dos amazonenses, para a nossa história, os homens do passado recente e distante que em ímpetos de pioneirismo, êstes, e aquêles em impulsos de patriotismo, construíram a grandeza da terra; retomada de consciência para a nossa problemática em face da realidade do Brasil e do mundo em transformações que assistimos correr nos dias presentes; retomada de consciência para a cultura, que vinha sendo criminosamente relegada a plano inferior, num desestímulo aos jovens que saíam das escolas e das faculdades sem perspectivas de qualquer natureza para o trabalho digno em benefício do Amazonas, se não a de adesões oficiais a trôco de mancomunações político-partidárias nos quadros governistas.

Criamos e lançamos, através da Secretaria de Imprensa e Divulgação, nôvo órgão criado no Gabinete do Executivo, as "Edições Govêrno do Estado do Amazonas". Iniciamos por publicar, com precioso comentário do hoje Ministro Henoch Reis, uma nova e atualizada edição da Constituição do Estado que não existia impressa. Depois vieram os livros e plaquetas

que atingem o número expressivo de 104 volumes, conforme relação que divulgamos em anexo.

As "Edições Govêrno do Estado do Amazonas", recebidas com aplausos de todo o país e até do exterior, onde têm obtido a melhor repercussão, vêm contribuindo, sem dúvida alguma, para o maior esclarecimento do Amazonas e da Amazônia, como partes integrantes do Brasil, mundo exótico, Império do nosso país, área subdesenvolvida que precisa ser integrada aos padrões de civilização da região centro-sul do Brasil, com os mesmos estímulos e os mesmos ímpetos da região nordeste, que já ultrapassa aquela fase de subdesenvolvimento.

Os nossos livros, que passaram a enriquecer a bibliografia da Amazônia, a revelar valôres que se mantinham no esquecimento, a difundir a cultura dos homens da Amazônia, a transmitir o conhecimento exato da região e dos seus problemas, figuram hoje nas bibliotecas das Faculdades nacionais, das Universidades brasileiras, na mão dos estudiosos, enfim, atingiram tôdas as camadas do pensamento do País, são procurados pelas livrarias do Rio de Janeiro e figuram também em bibliotecas de outras nações e cito como exemplo, a Alemanha Ocidental, Estados Unidos e Argentina.

LIVROS EDITADOS PELO GOVÊRNO DO ESTADO

Série TORQUATO TAPAJÓS :

1 — UM CABÔCLO AMAZÔNICO
de Mário e Julião Ramos

2 — TRÊS MUNICÍPIOS AMAZONENSES
de Anísio Jobim

3 — TEATRO AMAZONAS (1.° volume)
de Mário Ypiranga Monteiro

4 — A CABANAGEM
do Ten. Cel. Gustavo Moraes Rêgo Reis

5 — TEATRO AMAZONAS (2.° volume)
de Mário Ypiranga Monteiro

6 — O MUNDO DE CLARICE LISPECTOR
de Benedito Nunes

7 — MOSAICOS DO AMAZONAS
de Agnello Bittencourt

8 — TEATRO AMAZONAS (3.° volume)
de Mário Ypiranga Monteiro

9 — NASCIMENTO DE UMA CIDADE
de Luiz de Miranda Corrêa

10 — PLANTAS E ANIMAIS BIZARROS DO AMAZONAS
de Agnello Bittencourt

11 — NOS ALTIPLANOS DO NHAMUNDÁ
de João Nogueira da Mata

12 — LENDAS AMAZÔNICAS
de Manoel Santiago

13 — TOPÔNIMOS AMAZONENSES
de Octaviano Mello

Série EUCLIDES DA CUNHA :

1 — A TERRA E O HOMEM NOS TRÓPICOS
de Hilgard O'Reilly Sternberg

2 — PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO REGIONAL
de Francisco Ferreira Batista

3 — PORQUE PERDEMOS A BATALHA DA BORRACHA
de Cosme Ferreira Filho

4 — PREDELINQÜÊNCIA INFANTIL EM MANAUS
de André Vidal de Araújo

5 — ESTRUTURA GEO-SOCIAL E ECONÔMICA DA AMAZÔNIA (1.º volume)
de Samuel Benchimol

6 — ESTRUTURA GEO-SOCIAL E ECONÔMICA DA AMAZÔNIA (2.º volume)
de Samuel Benchimol

7 — FLAGRANTES EDUCACIONAIS DO AMAZONAS DE ONTEM
de Júlio Uchôa

8 — EUCLIDES DA CUNHA E O PARAÍSO PERDIDO
de Leandro Tocantins

9 — BRASIL : ALGUNS VALÔRES ESSENCIAIS
de Leandro Tocantins

10 — EM MEMÓRIA DE STRADELLI
de Luiz da Câmara Cascudo

11 — ESTUDOS DE PEDAGOGIA E ANTROPOLOGIA SOCIAIS
de André Araújo

12 — FRONTEIRAS DO DESENVOLVIMENTO
de Cosme Ferreira Filho

13 — A BORRACHA DA AMAZÔNIA E A II GUERRA MUNDIAL
de Luiz de Miranda Corrêa

Série RAIMUNDO MONTEIRO :

1 — ANDIRÁ
de Paulo Jacob

2 — RETALHOS DE MINHA ALMA E DA DE OUTROS TAMBÉM. . .
de Oséas Martins

3 — RENATA
de Moacir Marques da Silva

4 — 11 ANOS NA AMAZÔNIA
de Esperidião de Queiroz Lima

5 — SELETA LITERÁRIA DO AMAZONAS
de José dos Santos Lins

6 — CICLO DAS ÁGUAS
de Elson Farias

7 — TEATRO INFANTIL
de Alfredo Fernandes

8 — JOSÉ VERÍSSIMO VISTO POR DENTRO
de Ignácio José Veríssimo

9 — CONVITE FRUGAL
de Aníbal Beça

10 — DEFUMADORES E PORONGAS
de Álvaro Maia

11 — ÁLGIDA
de Moacir Marques da Silva

Série ALBERTO TÔRRES:

1 — ROTINA E DINÂMICA NA VIDA BRASILEIRA
2 — A AUTONOMIA DO AMAZONAS
3 — TEMPO E VIDA NA AMAZÔNIA
4 — A AMAZÔNIA E A INTEGRIDADE DO BRASIL
5 — ASPECTOS DA EXPERIÊNCIA PORTUGUÊSA NA AMAZÔNIA
6 — ÉPOCAS E VISÕES REGIONAIS DO BRASIL
— (Todos de autoria do Professor Arthur Cézar Ferreira Reis).

Série MONTEIRO DE SOUZA :

1 — HISTÓRIA DO AMAZONAS
de Rosa do Espírito Santo Costa
2 — NOÇÕES DE MORAL E CÍVICA
de Sebastião Guimarães
3 — SÚMULA DE HISTÓRIA DO AMAZONAS
de Arthur Cézar Ferreira Reis
4 — PEQUENA GEOGRAFIA DO AMAZONAS
de Sebastião Guimarães
5 — AMAZÔNIDA. HISTÓRIA E ADMINISTRADORES DO AMAZONAS
de Monteiro de Souza, Leovegildo Coelho e Aprígio de Menezes

Série EULÁLIO CHAVES :

1 — TEMAS DE DIREITO CONSTITUCIONAL E SOCIAL
de Henoch Reis

2 — PROBLEMAS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
de Abdul Sayol de Sá Peixoto

3 — PROBLEMAS DE DIREITO E ESTADO
de Waldemar Pedrosa

4 — ELEMENTOS DE DIREITO FINANCEIRO E FINANÇAS (1.º volume)
de Ariosto Rocha

5 — (ainda não editado) — 2.º volume de ELEMENTOS DE DIREITO FINANCEIRO E FINANÇAS,
de Ariosto Rocha

6 — DICIONÁRIO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA
de Abdul Sayol de Sá Peixoto

Série **PAULINO DE BRITO** :

1 — ITACOATIARA. ROTEIRO DE UMA CIDADE
de Francisco Gomes da Silva

2 — CODAJÁS. VIDA DE UM MUNICÍPIO
de Renato Farias de Almeida

Série **EDUARDO RIBEIRO** :

1 — LEIS, DECRETOS E REGULAMENTOS DO AMAZONAS (1.º volume)
de José Cidade de Oliveira

2 — LEIS, DECRETOS E REGULAMENTOS DO AMAZONAS (2.º volume)
de José Cidade de Oliveira

3 — LEIS, DECRETOS E REGULAMENTOS DO AMAZONAS (3.º volume)
de José Cidade de Oliveira

4 — LEGISLAÇÃO FISCAL SÔBRE RECEITA PÚBLICA
de Sílvio Romero de Miranda Leão

LIVROS AVULSOS

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS —
comentada por Henoch Reis.

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO (1965)

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO (1966)

AMAZONAS: SUMÁRIO DOS INQUÉRITOS

ANUÁRIO ESTATÍSTICO (1963)

BALANÇO DE UMA ADMINISTRAÇÃO —
Arthur Cézar Ferreira Reis

PLAQUÊTAS

REGIÃO, VIDA E EXPRESSÃO — Leandro Tocantins

ARQUITETURA E PAISAGISMO NA AMAZÔNIA —
Leandro Tocantins

A DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA —
Aben Athar Netto

GEF, FATOR DE INTERAÇÃO NA AMAZÔNIA —
Gal. Lauro Pinto

AMAZONENSES EM CANUDOS — Cândido José Mariano

O PROBLEMA NACIONAL DA AMAZÔNIA —
Edgar Teixeira Leite

A LIGA DA DEFESA NACIONAL E A AMAZÔNIA —
Álvaro Alberto da Motta e Silva, Silvestre Travasso Soares e Olympio da Fonseca.

UM ANO DE GOVÊRNO — Arthur Cézar Ferreira Reis

A COLONIZAÇÃO EUROPÉIA NOS TRÓPICOS —
Arthur Cézar Ferreira Reis

EUCLIDES DA CUNHA E O ITAMARATY —
Hélio A. Scarabôtolo

REVISÃO MUNICIPAL DO AMAZONAS — Grupo do IBGE

UM ANO E SEIS MESES DE GOVÊRNO —
Arthur Cézar Ferreira Reis

DOIS ANOS DE GOVÊRNO — Arthur Cézar Ferreira Reis

ENCONTRO DE SOCIEDADES TRIBAL E NACIONAL —
de Eduardo Galvão

ROTEIRO HISTÓRICO DAS FORTIFICAÇÕES NO AMAZONAS — de Arthur Cézar Ferreira Reis

À MARGEM DA AÇÃO DE RIO BRANCO —
de João Frank da Costa

EUCLIDES DA CUNHA E A AMAZÔNIA —
de Mário Ferreira França

O TURISMO NA FORMAÇÃO DAS LIDERANÇAS —
de Paulina Kaz

REGIÃO, DESENVOLVIMENTO E CULTURA —
de Diegues Junior

O FUTURO DOS TRÓPICOS ÚMIDOS — de Pierre Gourou

OPERAÇÃO AMAZÔNIA — coletânea de discursos

AMAZÔNIA HUMANA : POPULAÇÃO E RENDA —
do prof. José Capela

OPERAÇÃO AMAZÔNIA E A INTEGRAÇÃO NACIONAL
— coletânea de discursos

ESTRADA MANACAPURU-CACAU PIRÊRA —
de José dos Santos Lins

EPITÁCIO PESSOA — de Francisco Guedes de Queirós

AS ORIGENS DE PARINTINS — Arthur Cézar Ferreira Reis

ESTUDOS DE ANTROPOLOGIA NA AMAZÔNIA —
de Eduardo Galvão

O CIGS E A AMAZÔNIA — coletânea de discursos

ESTRADA MANAUS-ITACOATIARA —
de José dos Santos Lins

A FUNDAÇÃO DE BELÉM — de Aben Athar Netto

A CONTRIBUIÇÃO DO ÍNDIO À ECONOMIA DA AMAZÔNIA — de Eurico Fernandes

UMA INTRODUÇÃO À REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICA DO AMAZONAS — de Ronaldo Bomfim

TRÓPICO E DESENVOLVIMENTO — de José Garrido Tôrres

DINÂMICA DE UMA ADMINISTRAÇÃO — de José Francisco da Gama e Silva

A VISITA DO PRESIDENTE CASTELO BRANCO AO AMAZONAS — Govêrno do Estado

MANAUS, 1910 — de E. Bradford Burns

ESTATUTO DA EDUCAÇÃO DO AMAZONAS — Govêrno do Estado

A INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA À CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA — de Arthur Cézar Ferreira Reis

AMAZONAS : REGRESSO À INTELIGÊNCIA — de Leandro Tocantins — Editado no Rio de Janeiro

16. ESTATÍSTICA

DEPARANDO-SE com o grande e grave problema da ausência de dados estatísticos no Estado do Amazonas, o Govêrno revolucionário procurou, de imediato, uma solução que viesse garantir uma melhor organização no setor da estatística, visto tratar-se de um setor importantíssimo para qualquer programa de govêrno. Assim, as primeiras providências se fizeram sentir com a instalação do Departamento Estadual de Estatística num próprio do Estado, proporcionando condições adequadas ao seu funcionamento, pois aquêle órgão vinha funcionando, em estado precaríssimo, em 4 (quatro) salas do andar térreo do Instituto de Educação do Amazonas.

A Lei n.º 223, de 18.6.65, que deu nova estrutura administrativa ao Govêrno do Estado do Amazonas, subordinou o DEE à Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas — CODEAMA, permitiu-lhe uma maior flexibilidade.

Com a nova estrutura administrativa dada pela Lei acima mencionada e com o funcionamento do órgão em suas novas instalações, pôde-se melhorar os dados informativos do Estado, destacando-se entre os serviços que estão atualizados os seguintes :

1 — **Estatística de Produção**

Foram feitos os serviços de registro e crítica de dados referentes ao ano de 1966, exceto os de produção agrícola, no qual

figuram 33 produtos de cultura temporária e 30 de cultura permanente, tendo em vista as dificuldades oriundas do nôvo critério de apuração adotado pelo IBGE.

2 — **Estatística Militar**

Os serviços de apuração e crítica dos dados da XXX Campanha Estatística — 1965, motivados pelo atraso da remessa dos boletins por parte dos Agentes de Estatística do IBGE, acham-se parcialmente concluídos.

3 — **Estatística Educacional**

Foram feitos os levantamentos de dados referentes ao ano de 1966. Ressalte-se, entretanto, que o DEE só controla os inquéritos referentes ao ensino primário. Estando, entretanto, adotando providências para controlar os dados sôbre o ensino médio e o ensino superior.

4 — **Estatística Econômica e Financeira**

As apurações referentes ao comércio de cabotagem encontram-se parcialmente concluídas, estando seu término previsto para os primeiros dias de fevereiro de 1967.

5 — **Publicação do Anuário Estatístico do Estado**

Um trabalho que merece real destaque e que está sendo elaborado, já em fase de conclusão, é o Anuário Estatístico do Estado, referente ao ano de 1965 em que se discrimina o seguinte :

SITUAÇÃO FÍSICA

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

I — **Confrontações e limites**

1. Pontos extremos
2. Distâncias entre as linhas extremas

II — **Limites**

Extensão da linha divisória

III — **Área, segundo as zonas fisiográficas e unidades municipais**

CLIMATOLOGIA

Principais observações meteorológicas das estações localizadas nas sedes municipais.

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

ESTADO DA POPULAÇÃO

I — **População estimada**

Especificação, segundo as zonas fisiográficas, unidades municipais e sedes municipais — 1960/70.

II — **População recenseada**

1. Confronto dos resultados dos recenseamentos gerais, por zonas fisiográficas, municípios e sedes municipais — 1950/60.
2. Área, população recenseada e densidade demográfica em 1.°-XII-1960, segundo as zonas fisiográficas e Municípios.

MOVIMENTO DA POPULAÇÃO

I — Movimento do registro civil, por zonas fisiográficas e Municípios — 1963/4.

II — Casamentos registrados nas sedes municipais — 1963/4.

III — Óbitos em geral e de menores de 1 ano, nas sedes municipais — 1963/4.

IV — Desquites
Processos concluídos, amigáveis e litigiosos, por Municípios — 1963/4.

SITUAÇÃO ECONÔMICA

SILVICULTURA

I — Extração vegetal
1. Discriminação dos principais produtos — 1963/4
2. Principais produtos, por Municípios — 1963/4

CAÇA

Produção de peles e couros de alguns animais silvestres — 1963/4.
1. Discriminação das principais espécies — 1963/4
2. Discriminação, segundo as espécies, por Municípios — 1963/4.

AGROPECUÁRIA

I — Agricultura
Principais culturas
1. Área cultivada, quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos, por Municípios — 1963/4.

II — Pecuária
1. Efetivo e valor dos rebanhos, por Municípios — 1963/4
2. Produção de leite, por Municípios — 1963/4.

III — Avicultura
1. Efetivo e valor das aves, por Municípios — 1963/4

2. Produção de ovos de galinha, por Municípios — 1963/4.

INDÚSTRIA

I — Aspectos gerais segundo as classes industriais — 1963/4
  1. Todos os Municípios
    a) Estabelecimentos, pessoal, média mensal dos operários, salários e vencimentos pagos.
    b) Despesas de consumo e valor da produção
    c) Inversões de capital

II — Distribuição da produção segundo as espécies — 1963/4.

COMÉRCIO

I — Exportação para o país e o estrangeiro — 1963/6
  1. Exportação geral, segundo as classes e as categorias
  2. Exportação para o estrangeiro, segundo o destino, o pêso e o valor.
  3. Exportação para o país, segundo o destino, o pêso e o valor.

II — Importação do país e do estrangeiro — 1963/4
  1. Importação geral, segundo as grandes classes e as categorias.
  2. Importação do estrangeiro, segundo o destino, o pêso e o valor.
  3. Importação do país, segundo o destino, o pêso e o valor.

TRANSPORTE

I — Rodoviação — 1963/4
  1. Extensão da rêde rodoviária em tráfego
  2. Número de veículos para passageiros e carga

II — Transporte aquático — 1963/4
1. Movimento de embarcações, por Municípios
2. Movimento de passageiros, por Municípios
III — Transporte aéreo
Tráfego aéreo-comercial, no aeroporto de Manaus — 1960/4

MERCADO MONETÁRIO E FINANCEIRO

I — Mercado de Capital
Títulos protestados nas sedes Municipais — 1963/4
II — Bancos e estabelecimentos financeiros
1. Número de estabelecimentos bancários, segundo a nacionalidade e a categoria, por Municípios — 1963/4
2. Principais contas do ativo e do passivo — 1963/4

PROPRIEDADE

Propriedade imobiliária
1. Transcrição de transmissões de imóveis nas sedes municipais — 1963/4
2. Inscrições de hipotecas convencionais nas sedes municipais — 1963/4.

SITUAÇÃO SOCIAL

URBANIZAÇÃO

Serviços públicos
1. Abastecimento dágua
a) Especificação por Municípios e sedes municipais — 1963/4
2. Esgotos sanitários
Especificação por sedes municipais — 1963/4
3. Iluminação pública e domiciliar
Especificação por sedes municipais — 1963/4

SAÚDE

I — Assistência hospitalar e para-hospitalar

1. Número de estabelecimentos segundo a entidade mantenedora e finalidade, por Municípios — 1963/4
2. Número de estabelecimentos com instalações diversas — 1963/4
3. Número de aparelhos, salas e leitos para recém nascidos — 1963/4
4. Número de leitos, segundo a entidade mantenedora e especialização médica por Municípios — 1963/4
5. Número de estabelecimentos e pessoal em atividade, por Municípios — 1963/4
6. Serviços mantidos pelos estabelecimentos — 1963/4.

ASSISTÊNCIA A DESVALIDOS

Especificação segundo a natureza dos estabelecimentos e serviços e a idade dos beneficiados — 1963/4.

SERVIÇO SOCIAL

Associações de beneficência mutuária

RELIGIÃO

Cultos

1. Culto católico romano — 1963/4.
   a) Templos, sacerdotes e associações religiosas, por Municípios
   b) Movimento religioso
2. Culto protestante
3. Culto espírita.

OCORRÊNCIAS ANTI-SOCIAIS

I — Suicídios e tentativas de suicídios — 1963/4.
II — Desastres e acidentes de trânsito — 1960/4.

ENSINO

I — Ensino primário comum — 1963/4
Unidades escolares, corpo docente e matrícula
II — Ensino superior
Cursos, corpo docente, matrícula e conclusões.
III — Ensino médio
Cursos, corpo docente, matrícula e conclusões

CULTURA

I — Associações artísticas, literárias e científicas — 1963/4.
II — Bibliotecas — 1963/4
III — Desportos — 1963/4
IV — Cinemas e teatros — 1963/4
V — Radiodifusão — 1963/4
VI — Imprensa periódica — 1963/4.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA

DIVISÃO TERRITORIAL

Número de Municípios, segundo as zonas fisiográficas — 1964.

FINANÇAS PÚBLICAS

Receita e Despesa do Estado e dos Municípios. — 1963/4.
1. Orçamento e balanço — 1963/4
2. Orçamento do Estado para 1965.

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

I — Cartórios existentes, por Municípios — 1963/4
II — Guarda Civil — 1963/4
III — Movimento policial — 1963/4.

CENSO DOS SERVIDORES DO ESTADO

Trabalho de magna importância realizado pelo Departamento de Administração e Serviço Público do Amazonas.

O Censo dos Servidores do Poder Executivo do Estado do Amazonas, evidencia um total de 5.170 servidores, com uma distribuição de 78% na capital e 22% no interior.

Quanto ao sexo, apresenta uma predominância do elemento feminino 58,6%, sôbre o masculino 41,4%, respectivamente. O mesmo evento se repete se confrontados os dados da capital e do interior, pois, tem-se, na capital 54% feminino e 46% masculino e, no interior 75% feminino e 25% masculino.

O quadro demonstrativo do estado civil dos servidores está representado em 56,34% casados e 38,74% solteiros; dêsse total 46,04% são nascidos na capital e 37,10% no interior. O restante, 16,38% são de outras unidades da Federação.

A idade civil, atesta que 78,68% estão na faixa etária de 15 a 44 anos de idade.

Foi evidenciado que 82,70% dos servidores residem na zona urbana e suburbana, quer na capital ou no interior.

Os dependentes dos servidores, aparecem com 44,50% masculinos e 55,50% feminino, isto, para um total de 13.174 indivíduos.

Entre os dependentes, segundo o estado civil, a distribuição é de 89,74% de solteiros, ficando o restante para casados, viúvos, desquitados e sem declaração.

Na escala de idade dos dependentes são expressivos os intervalos de 0 a 19 anos, com 84,20%, de 20 a 59 anos, indicando 13,73%. O restante fica com a amplitude de 50 a 79 anos ou mais.

Quanto ao grau de educação, os servidores do Poder Executivo, apresentam uma distribuição que evidencia um percentual maior de indivíduos, com grau primário de 36,79%, seguido do colegial com 34,47%, o ginasial com 16,83% e por último, o superior com apenas 11,64%.

Considerando em detalhe o grau de educação, no caso, completa e incompleta, para os números absolutos temos 1.902 no primário, 870 no ginasial, 1.782 no colegial e 602 no superior, equivalentes, aos percentuais acima citados, a distribuição deixa claro que na condição de incompleta, existem : ginasial 80,92%, primária 48,37%, superior 43,36% e colegial 22,39%.

Segundo o ano de admissão no Serviço Público Estadual, os valôres se apresentam, numa ordem decrescente, para as décadas de 1960, 1950 e 1940, respectivamente como : 49,95%, 30,19% e 14,08%. As outras, anteriores, são inexpressivas.

A situação funcional, acusa índices mais altos nos efetivos com 60,35% e extranumerários com 18,08%.

IV Parte

EXPOSIÇÃO DE DEZEMBRO DE 1966

AO ENCERRAR-SE o ano de 1966, dirigi-me ao povo amazonense proferindo-lhe estas palavras :

AMAZONENSES :

Dentro de um mês deverei deixar a governança do Estado por término de mandato. Então, darei contas minuciosas de meu procedimento, nas razões que me levaram a dirigir como dirigi, e dos resultados que foi possível obter no objetivo maior de abrir perspectivas novas à nossa terra e à nossa gente. Haverá oportunidade, a essa altura, para explicar-me nas atitudes que assumi e da natureza que me caracteriza.

O balanço que pretendo apresentar vai permitir o meu julgamento, que não pode ficar à mercê das paixões primárias dos que não se querem acostumar aos novos dias de trabalho e de dignificação do pouco que pretendemos ter realizado, nesse período tão cheio de dificuldades, de incompreensões, mas tão marcado pelo esfôrço para que essa vida nova tenha fundamento e continuidade.

Hoje quero dizer-vos, apenas, ràpidamente, o que foi possível realizar no ano que termina, realizar com a cooperação de quantos, chamados ao poder, conosco se identificaram para o nôvo estilo de ação e deram de si tudo que podiam dar.

E' preciso de logo registrar que há, pelo Brasil todo, uma consciência sôbre o que representamos e mais podemos representar no quadro da vida nacional como fôrça de progresso e portanto como contribuição efetiva para a potencialidade de

nossa Pátria comum. A divulgação que se promove sem que os recursos do Estado tenham sido mobilizados ou gastos nessa promoção de tantas proporções, importa em reconhecer que há novos tempos, interêsse objetivo e um estado de consciência que não é mais aquêle do sensacionalismo primário, do negativismo produzido pela literatura de ficção, do noticiário falso, da informação que não refletia senão a emoção passageira, imediatista.

A visita de organizações militares, de estudantes universitários, de industriais, de homens de emprêsa, de professôres nacionais e estrangeiros, como a próxima reunião de titulares do Itamaraty em assembléia em Manaus, vale igualmente por demonstração inequívoca de que se inicia, realmente, o que já se diz com ênfase — o redescobrimento da Amazônia, de que somos partes integrantes e a parte mais considerável referente à extensão territorial. Podemos, nesse particular, orgulhar-nos de termos dado uma contribuição efetiva, realística, para que se formulasse essa consciência brasileira a nosso respeito. E tanto assim que a própria iniciativa privada, representada por homens de emprêsa, criadores de riqueza no sul do país, não se arreceiaram de participar de nossos destinos, vindo até nós, sob a égide da Confederação Nacional das Indústrias, para o contacto preliminar visando aos investimentos para promover o nosso crescimento em têrmos de grandeza e de progresso econômico.

No decorrer de 1966, nossos programas de trabalho ampliaram-se. Ultrapassamos, em alguns pontos, os objetivos constantes do Plano Bienal. A Reforma Administrativa, com a expedição dos regimentos especiais das Secretarias de Estado, assegurou nova estrutura à nova sistemática de govêrno. O censo do funcionalismo permitiu conhecer-se de sua realidade, em algarismos, em situação específica, nas distribuições, na sua eficiência, o que autorizou a reclassificação, que corrigiu falhas e está autorizando um rendimento mais objetivo nos serviços burocráticos.

Para êsse desideratum, todavia, é de registrar-se a contribuição do DASPA, que já faz funcionar os cursos necessários ao aperfeiçoamento dos servidores públicos. A Escola de Serviço Público, que está em pleno funcionamento, com instalações materiais inauguradas pelo Senhor Presidente da República, constituindo um dos pontos altos nos meus propósitos como governante, proporcionará grandes frutos, que o tempo se encarregará de firmar. O IPASEA, como órgão de previdência, está atingindo suas maiores finalidades. E' agora um instrumento ativo de ação social. Como a Divisão do Serviço Social do Palácio Rio Negro.

No particular das condições sanitárias, podemos afirmar que se não alcançamos o ótimo desejado, melhoraram consideràvelmente. A mortalidade infantil diminuiu. Fizemos funcionar seis (6) postos médicos na capital, quatro (4) dêstes com serviços dentários; dezessete (17) lactários em Manaus, dois (2) postos dentários e cento e vinte e oito (128) subpostos no interior. Abrimos a Maternidade de Manacapuru e está pronta para funcionar a de Borba.

O sistema de comunicações com o interior está prestes a entrar em funcionamento. A CAMTEL tem suas instalações em aceleramento, permitindo, em futuro muito próximo, que de Manaus falemos com Itacoatiara, Parintins, Manacapuru e Coari.

A CELETRAMAZON continua suas operações com o maior êxito. Além de Parintins, inauguramos os serviços de eletricidade em Itacoatiara e dentro de dias em Manacapuru.

O Banco do Estado, na execução da política de desenvolvimento, que se processa pela Secretaria de Produção e pela CODEAMA, cujos estudos são proclamados excelentes em todo o país, promove os financiamentos que estão permitindo menos dificuldades às iniciativas criadoras de riqueza. Em convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, seu comportamento tem sido magnífico.

A Secretaria de Produção, a mais silenciosa, mas das que mais cooperaram com nosso esfôrço para novos dias no Amazonas,

não pode ser ignorada. Trabalha num esfôrço admirável para o bem comum. De sua eficiência, dirá livro que seu titular escreveu e deverá circular em princípios de 1967.

A Cidade Flutuante deixou de existir. O bairro da Raiz, nas suas construções modelares, agasalha agora os que pretendiam viver naquele mundo desumano que provocava tanto mal-estar.

A COHAB-AM, na execução da política habitacional já está em franca atividade. Dezenas de casas foram construídas e já se encontram prestes a ser ocupadas.

Participamos da vida da Universidade do Amazonas atribuindo-lhe recursos, que lhe estão permitindo a construção de instalações e o funcionamento de cursos, bem como bôlsas de estudo aos seus alunos.

A Biblioteca Estadual está enriquecida com mais de 5.422 volumes, adquiridos no ano corrente. A freqüência registrada revela a sua atual eficiência.

No campo da cultura, fizemos editar trinta (30) livros e vinte e quatro (24) plaquetas, publicações a que o nosso público já se habituou, reclama lá fora, nos outros Estados e no exterior alcançam um louvor todo especial.

Criamos mais dois (2) Ginásios a serem instalados em 1967 — o misto de Manicoré e o masculino de Humaitá. Criamos mais dois (2) Grupos Escolares em Manaus — o "Melo e Póvoas" e o "Almirante Barroso". Criamos, ainda, o Grupo Escolar "Nossa Senhora do Carmo", em Parintins. A realização do curso da CEPAL, completando aquêles outros de gerência e de Análise Econômica, constituíram instrumentos magníficos para a formação de elites que terão de substituir-nos na condução do Estado.

No setor da política rodoviária, além das instalações do Centro de Pesquisas do DER-Am, inaugurado pelo Senhor Presidente da República, abrimos a estrada Humaitá-Lábrea, sonho acalentado há mais de oitenta anos, com o que rasgamos uma nova frente de trabalho em terras firmes entre o Madeira e o Purus, apropriadas à criação de gado e onde se pode realizar a

extração do babaçu, ali abundante. Abrimos mais a ligação Humaitá-Pôrto Velho, que será o trecho inicial para a grande artéria Manaus-Brasília.

A Polícia Militar, representada pelo Batalhão Amazonas, restaura-se em sua eficiência, remodelados seus quadros de oficiais, na perspectiva de suas novas instalações materiais, definida em suas funções através da legislação que lhe deu enquadramento e vencimentos dignos aos que a integram.

Na Polícia Civil, é de registrar a novidade da disciplinação do tráfego, para o que foram instalados aparelhos especializados num total de 758 espécies. Em conseqüência da melhoria de sua ação fiscalizadora, já rendeu aos cofres públicos Cr$ . . . . . . 154.529.798.000.

A arrecadação estadual, face às contingências negativas criadas pelos mercados que buscam os nossos produtos e a nova política tributária da União, não se apresentou, no entanto, com aquela fisionomia positiva que esperávamos. Embora, o Estado já arrecadou a importância de Cr$ 27.567.277.000.

O funcionalismo está todo pago, o que nos dá a certeza de que não lhe ignoramos os problemas nem descumprimos o dever de mantê-lo atendido no sagrado de seus vencimentos.

Não há Govêrno, nos dias de hoje, sem o planejamento que assegure segurança e permita a disciplinação no uso dos recursos públicos. A Secretaria de Coordenação e Planejamento tem proporcionado tranqüilidade, pelo muito que realiza em seu setor especializado.

Manaus, como sede do Govêrno estadual, tem à sua frente, por nomeação que praticamos, um Prefeito dinâmico, que opera verdadeira revolução no Município. De nossa parte, fizemos projetar um Plano Diretor que, se obedecido, assegurará à nossa capital, um desenvolvimento harmônico, em têrmos de modernidade e de tecnicidade.

A divulgação de Manaus para o Brasil, como a do Amazonas, é hoje esplêndida realidade. Cabe aqui o louvor ao DEPRO, pelo que tem realizado, com êsse objetivo, com tanta devoção e tanto êxito.

AS OBRAS NOVAS CONCLUÍDAS E INAUGURADAS EM 1966, LEMBRAMOS, FORAM — Grupo Escolar "Major Silva Coutinho", no Bairro da Raiz, em Manaus; Grupo Escolar "Ouvidor Sampaio", no Km 41 da Rodovia "Torquato Tapajós", em Manaus; Quadra de Esportes "René Monteiro", no Bairro de São Geraldo, em Manaus; Ampliação da Colônia Agro-Escolar "Melo Matos", no Bairro de Flôres, em Manaus; Grupo Escolar "Capitão General Mendonça Furtado", em Itacoatiara; Grupo Escolar "Vicente Telles de Souza", no Bairro de São Geraldo, em Manaus; Grupo Escolar "Almirante Barroso", na Vila Amazônia, em Manaus; Sede do Departamento de Turismo e Promoção — DEPRO, em Manaus; Colônia Agro-Escolar "Melo Matos", no Bairro de Flôres, em Manaus, 2.º e 3.º bloco; Ginásio "Vital de Mendonça", em Itacoatiara; Ginásio "Márcio Nery", no bairro da Cachoeirinha, em Manaus; Grupo Escolar "Plácido Serrano", à rua Major Gabriel, em Manaus; Grupo Escolar "Monteiro de Souza", no Bairro de Educandos, em Manaus; Centro do Saúde do IPASEA, na Praça 14, em Manaus; Quatro (4) casas para funcionários da Penitenciária do Estado, no centro; Maternidade "Elisa Souto", em Manacapuru; Duas enfermarias para doentes, no Leprosário "Antônio Aleixo"; um pavilhão para solteiros no Leprosário "Antônio Aleixo"; Grupo Escolar "Olavo Bilac", no Bairro de São Raimundo, em Manaus; Grupo Escolar "Melo e Póvoas", no Bairro de Santo Antônio, em Manaus; Nôvo Hospital de Isolamento "Chapot Prevost", na Estrada do Aleixo, em Manaus; Sede da Escola de Servidores Públicos do Estado do Amazonas, à Av. Joaquim Nabuco, no centro, em Manaus; Quadra de Esportes e auditório do Instituto Benjamin Constant, no centro, em Manaus; Mais duas enfermarias e um pavilhão para solteiros, no Leprosário "Antônio Aleixo"; Oficinas do Ginásio Modêlo "Solon de

Lucena", em Manaus; Cento e trinta e duas (132) casas populares, no Bairro da Raiz.

AS OBRAS DE RECUPERAÇÃO, ASSIM SE DISTRIBUÍRAM — Sede do Departamento de Águas e Esgotos, em Manaus; Grupo Escolar "Carlos Pinho", em Manacapuru; Instituto "Maria Madalena", em Manaus; Reservatório do Mocó, em Manaus; Conservatório de Música "Joaquim Franco", em Manaus; Delegacia Especializada de Trânsito, em Manaus; Ginásio "Estelita Tapajós", em Manaus; Pôsto Fiscal da Secretaria de Fazenda, em Manaus; Casas das Irmãs na Colônia "Antônio Aleixo", em Manaus; Escola da Colônia "Antônio Aleixo", em Manaus; Prédio da Administração da Colônia "Antônio Aleixo", em Manaus; Pôsto Médico do Bairro do Boulevard Amazonas, em Manaus; Sedes do DESP e da Guarda Civil, em Manaus; Três pavilhões para doentes da Colônia "Antônio Aleixo", em Manaus; Sede da Produção Animal, no Bairro da Cachoeirinha, em Manaus; Sede da Mesa de Rendas no Município de Itacoatiara; Um pavilhão para doentes solteiros na Colônia "Antônio Aleixo", em Manaus; Um pavilhão para mulheres solteiras, na Colônia "Antônio Aleixo", em Manaus.

ESTÃO EM ANDAMENTO — Quartel da Polícia Militar do Estado — 1.º bloco no Bairro de Petrópolis, em Manaus; Pôsto de Puericultura da Legião Brasileira de Assistência, no Município do Careiro; Grupo Escolar "Leopoldo Neves", no Município de Manacapuru; Forum de Justiça do Município de Manacapuru; Grupo Escolar do Município de Parintins; Centro de Saúde do IPASEA, do Município de Parintins; Casas para médicos do IPASEA, do Município de Parintins; Recuperação do Colégio Estadual do Amazonas; Construção de mais dois blocos do Grupo Escolar "Vicente Telles de Souza"; Ginásio "Marquês de Santa Cruz"; Grupo Escolar "Princesa Isabel", em Manaus; Grupo Escolar "Hermenegildo de Campos", em Manaus; Recuperação do Centro Educacional "Coriolano Durand", no Bairro de

Educandos, em Manaus; Centro Cirúrgico da Colônia "Antônio Aleixo"; Recuperação do Instituto "Benjamin Constant", em Manaus"; Recuperação do Reservatório da Castelhana, em Manaus; Recuperação e ampliação da sede da Imprensa Oficial do Estado, em Manaus; Recuperação do Hospital de Alienados "Eduardo Ribeiro", em Manaus; Recuperação e ampliação do Grupo Escolar "Pe. Agostinho Martin", em Manaus; Recuperação dos pavilhões de doentes da Colônia "Antônio Aleixo", em Manaus.

A Secretaria de Viação e Obras, que efetivou todo êsse imenso trabalho, é credora de nossa admiração, de nosso respeito, de nossos agradecimentos.

Recordemos, por fim, alguns atos que nos parecem merecendo maior referência :

— Decretamos a aprovação do Regimento Interno da Penitenciária Central do Estado, dando-lhe nova e dinâmica estrutura administrativa, depois de lhe dar a nova estrutura física através da remodelação e da ampliação dos seus prédios.

— Decretamos a aprovação de normas especiais para a construção da rodovia AM-4, considerando que estabelecerá a ligação direta entre os Municípios de Humaitá e Lábrea e suas respectivas sedes, unindo assim as importantes bacias dos rios Purus e Madeira, além de atravessar os chamados campos de "Puciari", região considerada de notável índice produtivo para a cultura da pecuária.

— Decretamos a criação, nos estabelecimentos do ensino primário, de Caixas Escolares, com o fim de auxiliar os alunos necessitados.

— Decretamos a instituição da Comissão de Classificação de Cargos do Funcionalismo Estadual para execução da Lei n.º 384, de 31 de dezembro de 1965.

— Decretamos a criação do Grupo de Trabalho da Pecuária, para elaborar programa de estímulo à produção pecuária no Estado, considerando a indispensável necessidade de melhorar a capacidade produtiva e as condições higiênico-sanitárias da pecuária.

— Sancionamos Lei autorizando a venda das Casas Populares do bairro da Raiz com isenção de tributos estaduais na primeira transmissão.

— Decretamos estabelecendo normas para a admissão de professôras distritais, no interior do Estado.

— Sancionamos lei doando ao Ministério do Trabalho terreno na rua Barroso para construção de um edifício de 3 andares ou mais, destinado à instalação de todos os serviços daquele órgão federal;

— Sancionamos lei dando nova organização ao Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas, visando ao seu funcionamento mais dinâmico.

— Decretamos a aprovação do Código de Vencimentos e Vantagens dos servidores do DER-Am.

— Sancionamos lei concedendo isenção tributária à Madeiras Compensadas da Amazônia — COMPANHIA AGRO-INDUSTRIAL COMPENSA.

— Decretamos a aprovação do Código de Vencimentos e Vantagens dos servidores do Departamento de Águas e Esgotos do Estado.

— Sancionamos lei reduzindo de 10 para 5% as alíquotas do Impôsto de Vendas e Consignações e de 5 para 2,5% as do Impôsto de Exportação, incidentes sôbre a castanha a granel e beneficiada nos despachos de exportação para o estrangeiro.

— Decretamos a aprovação do enquadramento do pessoal da Secretaria de Produção, da Secretaria de Viação e Obras, do DASPA, da Secretaria de Fazenda, da Secre-

taria da Educação, do DEPRO e de tôdas as demais repartições do Estado.

— Sancionamos lei estendendo os favores fiscais concedidos pela Lei n.º 305, também à sôrva crua.

— Sancionamos lei autorizando o aumento do capital social do Banco do Estado do Amazonas, de quinhentos milhões para três bilhões de cruzeiros.

— Sancionamos lei instituindo o Sistema Estadual de Educação do Amazonas, inspirado no princípio do respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem, tendo como objetivo essencial promover o desenvolvimento integral da personalidade e a sua participação consciente na obra do bem comum.

— Sancionamos lei concedendo isenção de Impostos de Vendas e Consignações à importação de pintos, ovos e sementes.

— Sancionamos lei instituindo o Código de Vencimentos dos Militares da Polícia Militar do Estado.

— Decretamos a aprovação de normas especiais para a construção da nova tomada d'água de Manaus e obras de refôrço do atual sistema de abastecimento.

— Sancionamos lei concedendo isenção de impostos e taxas, na entrada, à borracha oriunda de outras unidades da Federação.

— Sancionamos lei fixando os novos vencimentos dos Desembargadores e Juízes das três Entrâncias.

— Sancionamos lei autorizando a constituição da sociedade de economia mista, Companhia de Desenvolvimento Econômico da Amazônia.

— Sancionamos Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado.

— Sancionamos lei isentando de impostos e taxas a semente de juta de qualquer procedência e destinada ao

plantio, em solo amazonense, para formação da safra de 1967.

— Sancionamos lei fixando novos vencimentos do Ministério Público do Estado, inclusive da Justiça Militar.

— Sancionamos a lei dispondo sôbre Impôsto de Circulação de Mercadorias.

— Sancionamos lei concedendo, por 10 (dez) anos, incentivos fiscais às emprêsas industriais e agro-pecuárias que se instalarem no Amazonas.

As relações entre os três Podêres, que integram o mecanismo do Estado, processaram-se com absoluta regularidade. Nenhuma ocorrência perturbou-os. Como as relações com os Podêres da União, regulares, objetivas, futurosas, intensas mesmo.

No Estado, êsses contactos, mais amiudados, apresentaram rendimento muito apreciável — com o GEF, com o Banco da Amazônia, com o Comando Naval e a Zona Aérea, o FSESP, incansável na operação sanitária no interior, todos constantes no atendimento às nossas solicitações.

O Senhor Presidente da República, o eminente brasileiro que é o Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO, fêz-se credor da nossa admiração, do nosso respeito, de nossos agradecimentos.

A Revolução de 31 de março funcionou no Amazonas, em tôdas as áreas. Seus resultados estão à vista. É preciso não esquecer, todavia, que através dos novos textos legais, que reformulam integralmente a sistemática política, social, financeira e cultural do país, ela está prosseguindo. Os dias vindouros dirão se estas reflexões são ou não exatas.

Que as bênçãos de Deus, Amazonenses, no ano que se inicia, dê-nos tranqüilidade, progresso e felicidade.

V Parte

CONCLUSÃO

O BALANÇO que estou oferecendo, acêrca de minha administração, constante das páginas dêste livro, deve ser recebido como uma prestação de contas do que pretendi fazer e do que pude fazer. Os dados aqui expostos são positivos, claros e nada ocultam. Nunca tive o propósito de esconder ou de permitir interpretações cavilosas acêrca dos atos que pratiquei. O meu julgamento como administrador, nesta fase de minha vida pública, pode ser feito sem que tema qualquer exame. Governei com decisão e de acôrdo com o meu próprio temperamento. Sei que aos olhos de muitos pareço um homem violento, que uso medidas drásticas para resolver problemas de Estado. Não é essa a minha natureza, embora haja nela uma personalidade que só cede à muita evidência dos fatos e das reflexões em contrário. Tive de consertar, de corrigir. Tive também, em maior dose, a oportunidade admirável de criar.

A projeção do Estado, em conseqüência dos dias novos que começamos a viver, passou a ser inteiramente nova. Há hoje um respeito imenso pelo que já podemos ver e o interêsse muito grande pelo que podemos realizar. Aquela literatura sensacionalista que se escrevia nos jornais e revistas a nosso respeito, deixou de constituir a constante. Em seu lugar, lemos hoje a interpretação exata e a proposição serena da nossa problemática, do nosso esfôrço e da consciência limpa que se está criando no Estado. Êsse é um êxito positivo que ninguém pode contestar mais. Por todo o Brasil, há uma curiosidade imensa sôbre o que representamos e sôbre o que nos caracteriza, desde o exotismo que nos singulariza como mundo físico às atividades sociais, culturais,

econômicas que já podemos apresentar como uma resultante de nossas decisões de hoje.

O Senhor Presidente da República, Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO, veio três vêzes a Manaus. Os Ministros da Guerra, Aeronáutica, Saúde, Viação, Minas e Energia, Indústria e Comércio, Fazenda e Coordenação dos Organismos Regionais estiveram em visitas de cordialidade e de estudos em nossa Capital. A Escola Superior de Guerra, em seus dois escalões, fêz presença quatro vêzes no Amazonas. Sua última viagem de instrução fôra em 1958. Também aqui estiveram a Escola do Estado Maior do Exército, os Adidos Militares estrangeiros no Brasil e o Estado Maior Geral das Fôrças Armadas. Outros visitantes ilustres foram os Embaixadores da Austrália, Holanda, Índia, Rússia, França e México, bem como os Presidentes do INDA e do IBRA, o Presidente e Diretores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, os Presidentes das Confederações Nacionais da Indústria e da Agricultura e o Vice-Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas. Os Governadores do Pará, do Acre, de Mato Grosso e dos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia, estiveram presentes também. É de registrar que, pela primeira vez na história republicana da Amazônia, um Governador do Pará veio ao Amazonas, e por três vêzes, um Governador do Amazonas, foi ao Pará, também por três vêzes.

Atendendo à solicitação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Federal de Pernambuco, Mackenzie (São Paulo), proferi aulas e conferências, em Institutos integrantes daquelas unidades escolares. Em Pernambuco fui o conferencista inicial com que se instalou, sob a coordenação de Gilberto Freyre, o Instituto de Tropicologia, que tem a finalidade de examinar as condições existenciais dos trópicos brasileiros. Na Bahia, participei, como conferencista que encerrou o conclave, da Conferência Brasileira de Integração Nacional.

Manaus recebeu ainda a visita de um grupo de industriais paulistas e de um grupo de engenheiros, interessados em conhe-

cer-nos e em saber das possibilidades que podíamos oferecer para a dinamização do Brasil. Mais importante de tudo foram, porém, a Reunião de Investidores e a Reunião dos Embaixadores Brasileiros nos países sulamericanos que possuem áreas amazônicas. A assembléia de investidores foi instalada pelo senhor Presidente da República. Têve repercussão nacional. Dela devem esperar-se resultados positivos, pois que os homens de emprêsa da Guanabara, do Estado do Rio, de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, nos contactos que mantiveram com o empresariado amazonense, assentaram todo um corpo de interêsses mútuos para o desenvolvimento regional na base da aplicação de seus capitais e do impulsionamento da agricultura, da pecuária e da industrialização.

A Reunião de Embaixadores, a que estiveram presentes representantes de todos os órgãos que atuam na Amazônia e elementos de Comando das Fôrças Armadas nas três áreas em que ela se divide, isto é, terra, mar e ar, despertou também interêsse extraordinário, desta vez passando as fronteiras do País. Ouvimos exposições cheias do maior interêsse sôbre os projetos em andamento nas Amazônias boliviana, peruana, equatoriana, colombiana e venezuelana, como também ouvimos o pronunciamento minucioso de tôda a política que o Poder Federal está executando, ou em vias de executar, na Amazônia brasileira.

À esta altura, desejo pronunciar-me sôbre o que me parece o futuro da Amazônia. Não poderá ela, insisto sempre, comportar-se como até agora se tem comportado. É preciso dinamizar, numa mobilização homogênea e bem coordenada dos valôres espirituais e morais e das energias latentes na terra e no homem. Aquela fase predatória de sua vida, fase em que todos temos uma parcela de responsabilidade, pelo que deixamos de efetuar ou pelo que tivemos mêdo de efetuar, precisa ser definitivamente ultrapassada. Há que planejar, programar, promover e executar num estilo nôvo que nos possa permitir participar, com grandeza, do processo de desenvolvimento que dá uma feição diferente ao Brasil do Nordeste e do Sul. Devemos assumir compromissos conosco e ter deci-

sões impetuosas, na afirmação de nossa potencialidade e de nossa capacidade para realizar. A posse da terra não pode ficar à mercê das técnicas do passado e de sistemas que não têm mais nenhum sentido.

Houve um momento, desejo recordar porque isso me falou profundamente ao coração pelas repercussões que obteve a minha atitude, em que tive de assumir uma responsabilidade, inédita em nossa terra, perante o Brasil. Foi quando me opus, como simples cidadão e como governante, acobertado pela expressão unânime dos legisladores amazonenses — e aqui lhes deixo o meu agradecimento, e de tôda a coletividade de nossa terra, a uma perigosa iniciativa estrangeira, visando à implantação, na Amazônia brasileira, de instituições científicas, com técnicos e pesquisadores estrangeiros, programa próprio, comando vindo de fora e disponibilidades de capital e de instrumental que não eram nossos. A aventura era ousada, e partia do pressuposto de que não tínhamos capacidade para inventariar o que era a nossa Amazônia, uma vez que se decidira, lá fora, desconhecer a existência de nossas instituições científicas, de nossos pesquisadores, de nossos cientistas e da tradição que possuímos e podíamos oferecer ao exame mais rigoroso dos melhores nomes da ciência universal. A reação que se operou em todo o País, numa admirável manifestação, que refletia a existência de uma consciência brasileira nítida e objetiva, serviu para que a ousadia fôsse impedida de materializar-se. Não sou xenófobo, mas não admito que se despreze a nossa experiência e a nossa inteligência pragmática. Quinze (15) Assembléias Legislativas expressaram aplauso à minha conduta, dezenas de organizações particulares, Câmaras Municipais e Entidades Universitárias e quase tôda a imprensa brasileira, falaram eloqüentemente dêsse estado de consciência nacional. Em São Paulo, perante a Assembléia Legislativa, tive ocasião de expor a verdade, sob aplausos dos Deputados paulistas. Perante a Comissão de Valorização Econômica da Amazônia, na Câmara Federal, fiz também o depoimento necessário, ouvido da mesma maneira compreensiva.

Cabe aqui referir que, ao contrário do que se andou divulgando, o Senhor Presidente da República não me desestimulou, nem tampouco desaprovou a minha posição. Escrevi-lhe uma carta, como cidadão a outro cidadão, carta longa, de coração aberto. Sua Excelência, disse-me êle próprio, leu-a várias vêzes, entendendo-a no que expressava tão realìsticamente.

A Operação Amazônia, que se lança agora e vale como uma recomposição da política federal a ser executada na Amazônia brasileira, representa o estado de maturidade que a Nação está alcançando. Reflete um ímpeto, um pensamento e uma ação que não pode ser mais interrompida. Devemos acreditar nela, dar-lhe a segurança do nosso apoio para que seja uma realidade inequívoca. O Brasil, já afirmei em livro e em oração, já realizou, com o maior sucesso, uma política platina e uma política atlântica Inicia agora a política amazônica, que servirá à sua grande participação nos destinos do mundo.

Desejo que minhas últimas palavras sejam uma reflexão, um apêlo e uma confissão. Acredito no futuro de nossa terra, nos homens moços que aqui se estão formando e devem constituir, por isso, as suas elites diretoras. Peço-lhes que não sejam tímidos, nem descrentes do futuro. Tenham confiança em si próprios, em sua inteligência, em sua preparação, em suas intenções e em sua ação. Confesso que desejaria ter uma presença mais longa, no tempo, para acompanhar tôda essa renovação que me orgulha de ter principiado.

Escolhi para suceder-me um homem nôvo, da equipe que me ajudou a governar e em cujos propósitos de dinâmica confio integralmente. Não me passa pela mente que possa fugir ao desafio que nossa terra está propondo.

Para encerrar, a minha gratidão aos amazonenses que não se desencantaram com o que pude realizar — servidores do Estado, mocidade das Escolas, homens de emprêsa, trabalhadores. O futuro de nossa terra está em suas mãos, generosas, saudáveis e

suficientemente fortes para dominar a natureza, num passo decisivo para integrá-la aos melhores quadros da civilização brasileira.

PALÁCIO RIO NEGRO, em Manaus, 31 de Janeiro de 1967.

a) ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS
Governador do Estado

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato
E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura